



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso

Ano letivo 2014/2015 – 4º Ano

Tema:

“A CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA URBANA EM SÃO VICENTE”

Autor: Idalécio José Gomes da Cruz, N.º2639

Mindelo, 2017

ÍNDICE

1. Introdução.	12
2. Metodologia.	13
2.1 Abordagem: Quantitativa.	13
2.2 Amostra.	14
3. A Família.	14
3.1 Alguns modelos teóricos de Família.	15
3.2 Perspetiva Positivista.	16
3.3 Perspetiva Interpretativa.	16
3.4 Perspetiva Crítica.	16
3.5 Perspetiva Funcionalista.	16
3.6 Funções da Família.	17
3.7 Famílias nucleares e extensas.	17
3.8 Novas formas de Famílias.	17
4. Controlo social.	18
4.1 A Educação.	20
4.2 Características da Educação.	21
4.3 A Doutrina Social da Igreja.	22
4.5 Os Tribunais.	23
4.6 O Sistema Prisional Cabo-verdiano.	24
4.7 Reinserção Social.	25
5. As Vítimas do Crime.	26
5.1 Contribuições da Vitimologia.	27
5.2 Tipologia das Vítimas.	28
5.3 Direito das Vítimas.	29
5.4 Tipos de Criminosos.	29
6. Violência Urbana.	32
6.1 O Conceito de Polícia.	35
6.2 Origem e Funções da Polícia.	36
6.3 Estrutura da Polícia Nacional (PN).	36
6.4 A Polícia Judiciária (P J).	38
6.5 Atuação processual e autonomia da PJ.	38
6.7 Competências em matéria de investigação criminal-PJ.	39

6.8 Especificidades e exigências das funções da PJ.....	39
7. Conceito de Crime.	39
7.1. Tipicidade do crime.....	40
7.2. Teorias Sociológicas sobre o Crime e o Desvio.....	41
7.3. Perspetiva de Rotulagem.....	42
8. Trabalho Empírico (Análise dos Dados estatísticos).....	44
8.1. O Crime de Homicídio	59
8.2. Dados estáticos Sobre a Criminalidade em S.V (2012 á 2015).....	61
9. Resumo das Entrevistas.	61
10. Considerações Finais.....	64
11. Recomendações	66
12. Bibliografia:.....	68
13. Anexos.....	70
Anexo 1	71
Anexo-2.....	86
Anexo-3.....	92
ENTREVISTA:	92
Anexo-4.....	92
Questionário: A Criminalidade e a Violência Urbana em São Vicente.	92

I-Dedicatória

Dedico este trabalho a alguém especial, minha querida e amada mãe, **Celestina Ramos Gomes** que desde a tenra idade esteve sempre presente em todas as etapas da minha vida, transmitindo-me normas, regras e valores sociais que serviram de bases sólidas para que hoje eu pudesse estar aqui a concluir este objetivo tanto almejado e desejado.

Presto ainda este tributo a minha querida filha **Ellen Yohanna Lopes Gomes da Cruz**, que me deu mais inspiração e motivação para continuar a lutar e vencer todos obstáculos da vida. Igualmente é dedicado a minha amada companheira **Dilva Lima dos Santos**, que desde sempre me brindou com o seu carinho e apoio incondicional ao longo dessa árdua jornada.

Dedico ainda aos meus familiares, em especial as minhas irmãs, os meus amigos e colegas de jornada que também sempre estiveram comigo.

II-Agradecimento

Com o término do presente trabalho, nada mais justo agradecer em primeiro lugar a Deus por ter dado o dom da vida, para que pudesse nascer e crescer com vida e saúde, forças e coragem para superar as dificuldades e obstáculos encontrados ao longo deste percurso.

Agradeço a minha mãe, mulher guerreira e companheira que lutando diariamente não deixou faltar nada e incansavelmente ensinou-me os caminhos da dignidade.

A minha filha, minha companheira, a todo corpo docente do presente curso e em especial o nosso professor e coordenador, **Mestre Grcaciano Nascimento**, bem como os colegas de turma, em especial ao **Litos Sousa**, pelos seus contributos, companheirismos, espírito de equipa, motivação e apoio na aplicação dos questionários referentes a esta investigação.

Ao meu orientador, **Mestre Armindo Gomes Tavares**, por ter aceitado e sacrificado o seu precioso tempo a fim de me orientar no desenvolvimento do presente trabalho, com as suas benéficas orientações, sugestões e correções.

Por último e não menos importante, agradeço a Universidade do Mindelo de uma forma geral (O senhor Magnífico reitor, seu corpo docente, os serviços académicos e administrativos e os serviços gerais) que teve um papel de suma importância, senão a mais importante na concretização deste sonho. Com a sua belíssima e grande estrutura, os recursos humanos e materiais disponíveis, revelaram intensas de grande relevância, garantindo-me assim todas as condições necessárias para estudar, aprender e por conseguinte concluir com êxito o meu curso. Agradeço de igual forma a todos e todas que direta ou indireta contribuíram e fizeram parte da minha formação académica, um bem-haja a todos.

Muitíssimo obrigado !!!

III-RESUMO

O presente trabalho relata a problemática da criminalidade e violência urbana na cidade do Mindelo. O tema tem suscitado diversas opiniões no seio da sociedade civil e nos órgãos de poderes, central e municipal bem como na comunidade académica.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo o primeiro a revisão bibliográfica dos seguintes temas, Família, Violência Urbana, Policia e Crime de onde foi feito uma abordagem dos mais conceituados autores dos mesmos.

Aborda-se no segundo capítulo o trabalho empírico em que são analisadas o questionário aplicado a sociedade civil, aos magistrados judiciais e do ministério publico, a Policia Judiciaria e a Policia Nacional desta comarca e que ao longo do trabalho foi feita a análise dos mesmos.

No terceiro e último capítulo foram feitas as considerações finais de todo trabalho, onde foi proposto alguns pareceres para o combate a criminalidade e violência urbana.

Palavras-Chaves: Violência Urbana; Criminalidade, Família; Policia;

IV-Abreviaturas e Siglas

P N – Policia Nacional;

P J – Policia Judiciaria;

C R C V – Constituição da Republica de Cabo Verde;

C P – Código Penal;

C P P- Código Processual e Penal;

Mº Pº- Ministério Publico;

LOMP- Lei Orgânica do Ministério Publico;

DGGPRS-Direção Geral e Gestão Prisional e Reinserção Social,

DG-Direção Geral;

MN-Minutes;

MAI-Ministério da Administração Interna;

POP-Policia de Ordem Publica;

GF-Guarda Fiscal;

PM-Policia Marítima;

PF-Policia Florestal.

V-Listas de Gráficos Estatísticos

Graf.1-Sexo	Pag.41
Graf.2-Idade	Pag.41
Graf.3-Estado Civil	Pag.42
Graf.4-Habilitações Literárias	Pag.43
Graf.5-Residencia	Pag.44
Graf.6- Alguma vez foi vítima da violência urbana	Pag.44
Graf.7- Se sim quantas vezes	Pag.45
Graf.8- Que tipo de violência	Pag.45
Graf.9- Achas que esse fenómeno tem aumentado nos últimos anos	Pag.45
Graf.10- Na sua opinião quem comete maior número de crimes	Pag.46
Graf.11- Em termos de género, quem mais tem praticado violência/criminalidade urbana	pag.46
Graf.12- Para si o que levou ao surgimento da violência e da criminalidade na nossa sociedade	Pag.47
Graf.13- Sente-se seguro (a) na sociedade mindelense	Pag.47
Graf.14- Como analisa a ação da PN no combate a violência e a criminalidade urbana	Pag.48
Graf.15- Para você quais são os principais causas da violência/criminalidade urbana	Pag.48
Graf.17- Indique, na sua opinião, três medidas que os responsáveis políticos deveriam tomar para diminuir os casos de violência e criminalidade urbana	Pag.49
Graf.18- Os Agentes da PN estão preparados para combater a violência/criminalidade urbana	Pag.49
Graf.19-Se sim porquê	Pag.50
Graf.20- Os meios a disposição da PN são os mais adequados no combate a violência /criminalidade urbana	Pag.50
Graf.21- A questão de violência/criminalidade urbana o preocupa	Pag.50
Graf.22- Como se sente ao andar sozinho na rua	Pag.51
Graf.23- O tráfico de droga tem influenciado o aumentado da violência/criminalidade urbana	Pag.52
Graf.24-Na sua opinião, quem são os principais autores da violência/criminalidade urbana	Pag.52
Graf.25- Achas que a sociedade mindelense é uma sociedade violenta	Pag.52
Graf.26- Qual a sua perceção sobre a violência na cidade do Mindelo em relação aos anos anteriores	Pag.53

Graf.27- Em relação aos anos anteriores, na cidade do Mindelo, o grau de violência.
.....Pag.53

Graf.28- Em termos específico a sua localidade é violenta.....Pag.54

Graf.29- Pensa que os casos de violência acontecidos na sua localidade são cometidos
por.....Pag.54

CAPITULO I

1. Introdução.

O presente trabalho pretende demonstrar a problemática da criminalidade e violência urbana na ilha de São Vicente e como as pessoas estão vivenciando este fenómeno. Ao longo do processo de formação académica vão-nos surgindo várias interrogações e inquietações sobre os fenómenos sociais que assolam a sociedade cabo-verdiana, como por exemplo a criminalidade e violência urbana, que se tornou num problema de segurança nacional e que tem suscitado preocupações de varias entidades, e requerem com máxima urgência a criação de políticas sociais destinadas a erradicação desses males sociais.

O trabalho tem como objetivo identificar os crimes mais frequentes na cidade do Mindelo e demonstrar a preocupação das pessoas de como a criminalidade e violência urbana têm evoluído nos últimos anos na nossa sociedade e também perceber como as forças de segurança, o Ministério Público e o Poder Judicial, quais são as políticas sociais que usam ou que pretendem usar na resolução ou diminuição desse flagelo, bem como apontar algumas soluções aos governantes no combate a criminalidade e violência urbana.

O Trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, adiantes designados:

Capítulo I- Refere-se ao enquadramento da área temática, percorrendo os conceitos teóricos de acordo com a perspetiva de alguns autores.

Capítulo II – corresponde a análise detalhada do trabalho empírico, refere-se também na análise dos poderes judiciários e policiais sobre o tema em estudo e também faz uma breve análise das estatísticas criminais dos anos de 2012 a 2015.

Capítulo III- Considerações Finais.

Esse estudo foi a forma encontrada para ajudar na perceção desse fenómeno e entender melhor o que leva as pessoas a enveredarem para o mundo do crime e de certa forma encontrar algumas soluções para o seu combate e devolver a paz e serenidade a nossa sociedade. Ainda espero contribuir na perceção da criminalidade e violência urbana e também demonstrar a sociedade que esse fenómeno pode ser combatido se cada um fizer o que está ao nosso alcance e os Poderes Judiciais e Policiais funcionarem de forma eficaz e célere.

2. Metodologia.

Para a realização desse trabalho será desenvolvido um estudo descritivo acerca do fenómeno da Criminalidade/Violência Urbana, utilizando a Consultas bibliográficas, Legislação e Técnica de Entrevista para obtenção de conclusões. Essa técnica de entrevista vai ser uma técnica de observação não participante ou observação externa. A entrevista apresenta grande vantagem de utilização em pesquisas em que o universo pesquisado se compõe de pessoas não alfabetizados ou mais aptas a oralidade como forma de expressão, é também uma excelente técnica para as pesquisas ligadas aos assuntos de foro íntimo, pois permite a flexibilidade na emissão de opiniões

Quanto ao tratamento dos dados parte-se da análise de conteúdo, far-se-á a categorização e transcrição dos aspetos mais importantes das entrevistas, de acordo com os aspetos teóricos abordados. No processo de análise de dados, deve-se proceder a categorização, ordenação, manipulação e sumarização dos dados, com o objetivo de reduzir a quantidade de dados brutos, passando-os para uma forma interpretável e mensurável. Os dados recolhidos foram trabalhados no *software* aplicativo IBM SPSS 23.

O questionário trata-se da formulação, por escrito, das questões que no conjunto subsidiarão o resultado da pesquisa. É a técnica mais usada em pesquisas, isoladamente ou em associação a outras técnicas.

O questionário pode conter perguntas abertas e/ou fechada. As perguntas abertas são aquelas que exigem elaboração das respostas e são apresentadas em frases que expressam a opinião dos pesquisados. As perguntas fechadas têm alternativas fixas de respostas, e geralmente as opções vêm expressas no próprio questionário.

2.1 Abordagem: Quantitativa.

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

2.2 Amostra.

A estrutura da amostra foi constituída por pessoas singulares que vivem na cidade do Mindelo com idade superior a 16 anos. Foram aplicados 100 questionários de perguntas fechadas e abertas, a entrevista foi de modo aleatório entre indivíduos do sexo feminino e masculino.

3. A Família.

Família, segundo a definição clássica de George Murdock,” A família é o grupo social caracterizado por residência em comum, cooperação económica e reprodução. Inclui adultos de ambos os sexos, dois dos quais, pelo menos, mantêm uma relação sexual socialmente aprovada e uma ou mais crianças dos adultos que coabitam com relacionamento sexual, sejam dos próprios ou adotados.”

A definição de Murdock corresponde ainda hoje a um conceito de família bastante divulgada, mas não tem aplicação nas novas formas de família presentes nas sociedades contemporâneas.

Já a definição de Giddens parece-nos mais preferível. Para este sociólogo, a família “é um grupo de pessoas unidas diretamente pelo parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças”. Torna-se, assim, difícil encontrar elementos de valor absoluto que possa entrar na definição de famílias, dificuldades que resultam principalmente de o conceito de família ter várias dimensões, umas de natureza estruturais, outras de natureza funcional e outras de natureza relacional.

Os aspetos estruturais dizem respeito a forma como se adquire a qualidade de membro de uma família. Acentua-se por exemplo, o fato de duas pessoas se tornarem parentesco pelo casamento.

Numa perspetiva funcionalista, a família é a instituição social que satisfaz determinadas necessidades do indivíduo, a proteção e a socialização das crianças ou apoio emocional entre os cônjuges. Finalmente, muitas definições acentuam as relações que se estabelecem entre os membros da família, como relações afetivas as relações de poder ou outros. Mesmo quando se consideram todas estas dimensões é necessário ter em conta que a família é uma instituição em permanente evolução e que a sua estrutura, as suas funções e as relações que estabelecem entre os seus membros sofrem modificações ao longo do tempo.

Em termos de organização social, podemos afirmar que as famílias são grupos sociais que têm algumas características próprias.

A primeira característica é que as famílias permanecem por períodos alargados de tempo e cada um dos seus membros pode pertencer a duas famílias, uma em que nascem e na qual foi feita a socialização, chamada família de orientação e outra que pode vir a formar quando se une a pessoa de outra família de orientação, para ter vida em comum, chamada família de procriação.

A segunda característica dos grupos familiares é que são entre geracionais. De fato a família pode compreender várias gerações no caso da chamada família alargada, ou pelo menos duas, no caso de família nuclear composta apenas pelos pais e pelos filhos solteiros.

Os membros essenciais para a definição da família e, portanto o conceito de parentesco a qual pode ser definido como conjunto das relações que se estabelecem entre dois ou mais indivíduos pelo fato de terem uma ascendência comum, descenderem uns dos outros, ou por motivo de aliança com origem no casamento. Nos dois primeiros casos estamos perante o parentesco consanguíneo, no terceiro o parentesco de afinidade.

Exemplos de parentesco consanguíneos podem ser dados pelos laços que estabelecem entre pais e filhos, entre tios e sobrinhos e entre irmãos com os mesmos pais; as relações entre cônjuges e as relações entre os parentes de cada um dos cônjuges com os parentes do outro são exemplos de parentesco por afinidade.

3.1 Alguns modelos teóricos de Família.

É nas famílias que se fornecem os laços afetivos que desencadeiam um desenvolvimento saudável que possibilitam o ajustamento do indivíduo, aos diferentes ambientes que ele participa. Pode-se dizer que, “esses laços afetivos podem dificultar o desenvolvimento, provocando problemas de ajustamento social” (Booth, Rubin, et. al., 1998). Volling & Elins (1998) mostraram que o estresse parental, a insatisfação familiar e a incongruência nas atitudes dos pais em relação a criança geram problemas de ajustamento e dificuldades de interação social.

Saraceno (1992) afirma que “a família revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social dos acontecimentos e relações aparentemente mais naturais”. De facto, e dentro das relações familiares, tão como são socialmente definidas e regulamentadas que os próprios

acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer a natureza, recebem o seu significado e através deste são entregues a experiência individual: o nascer e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação, etc.

Neste sentido, a família deve ter em conta três funções básicas: a função económica, a biológica e a educativa e precisamente este, um dos indicadores que se utilizam para valorizar o seu funcionamento, ou seja, que a família seja capaz de satisfazer as necessidades básicas, materiais e espirituais dos seus membros, atuando como sistema de apoio; no acolhimento, socialização, relação e cuidados primários.

3.2 Perspetiva Positivista.

Para os positivistas existem verdades objetivas, processos e realidades que podem encontrar-se nas famílias. No seu estudo, o cientista social deve procurar objetividade, assumir uma posição livre de valores ou pelo menos uma posição de neutralidade. Assim, a ênfase dos positivistas é posta na investigação empírica, pois a teoria da família deve basear-se em dados empíricos obtidos segundo uma rigorosa metodologia.

3.3 Perspetiva Interpretativa.

Contrariamente aos positivistas, para os defensores desta abordagem apenas existem verdades subjetivas, sendo o conhecimento objetivo da família impossível. O conhecimento da família resulta da interpretação feita pelos vários autores os quais são influenciados pelos seus valores e experiência pessoal.

Em consequência disto, já que o cientista social não pode libertar-se dos seus valores, deve estar consciente desses valores quando estuda a família. O objetivo da investigação, neste caso, é a compreensão e não a explicação causal.

3.4 Perspetiva Crítica.

Os sociólogos que adotam a perspetiva crítica reconhecem que os teóricos da família são assentes em valores mas esses valores devem ser postos em causa com vista a mudança.

3.5 Perspetiva Funcionalista.

A perspectiva funcionalista também revela de grande importância já que está de certa forma com as teorias sistêmicas. Segundo Giddens (2013) “a perspectiva funcionalista vê a sociedade como um conjunto de instituições sociais que se desempenham funções específicas, assegurando a continuidade e o consenso do todo social”. Fuster & Ochoa (2000) vêem a sociedade na perspectiva funcionalista como “um organismo que luta para resistir as mudanças e mantém-se num estado de equilíbrio”. Assim e de acordo com esta perspectiva, é necessário que toda a sociedade de alguma forma se organize e se ordene para que os familiares possam relacionar-se biologicamente.

3.6 Funções da Família.

Segundo o sociólogo funcionalista norte-americano Talcott Parsons, as duas grandes funções desempenhadas pela família são “a socialização primária e a estabilização da personalidade”. (Parsons e Bales, 1956) A socialização primária é o processo através da qual a criança apreende as normas culturais da sociedade onde nasce. Em virtude dessa aprendizagem, ocorrido nos primeiros anos da infância, a família é a mais importante para o desenvolvimento da personalidade humana. Por estabilização da personalidade entende o papel desempenhado pela família na assistência emocional aos membros adultos da família. O casamento entre homens e mulheres adultos e o dispositivo através da qual a personalidade dos adultos é sustentada e mantida a um nível saudável. Afirma-se que o papel da família na estabilização das personalidades adultas na sociedade industrial é de importância crucial. Tal sucede porque a família nuclear está geralmente distanciada dos parentes extensos, tornando-se incapaz de manter laços de parentesco mais amplos, como ocorria antes da industrialização.

3.7 Famílias nucleares e extensas.

Designa-se por famílias nucleares a família constituída pelos pais e pelos seus filhos solteiros. A família extensa é constituída pela família nuclear e outros parentes, como tios, avós ou núcleos familiares com origem nos casamentos dos filhos. As famílias também podem ser classificadas relativamente a posição do indivíduo, são elas, a família de Orientação, onde o indivíduo nasce e a família de Procriação onde o indivíduo da origem a sua própria família.

3.8 Novas formas de Famílias.

A evolução das sociedades ocidentais deu origem às chamadas novas formas de família. Entre elas podem indicar-se as famílias unipessoais constituídas por uma só pessoa solteira ou viúva, as famílias reconstruídas que são as que resultam de uniões em que pelo menos um dos cônjuges trás para o novo casamento seus filhos dependentes; as famílias monoparentais constituídas por um dos pais e seus filhos; e as famílias homossexuais constituídas por duas pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos.

A família é a base, a estrutura de toda e qualquer sociedade. Ela é o primeiro e o mais marcante espaço de realizações, desenvolvimento e consolidação da pessoa humana. Mas, é devida à sua constante evolução e desenvolvimento, que ela tem sofrido profundas transformações sociais, económicas, políticas e culturais, e por isso, é preciso estudá-la a partir de vários prismas.

Todas essas perspectivas estão inter-relacionadas e contribuem de certa forma para a compreensão dessas contradições sociais existentes ou que vão surgindo no seio das sociedades e das famílias em particular.

4. Controlo social.

Entende-se por **controlo social** o conjunto de mecanismos de intervenção que cada sociedade ou grupo social possui e que são usados como forma de garantir a conformidade do comportamento dos indivíduos. Além disso, esses mesmos mecanismos servem como forma de intervenção diante das possíveis mudanças que possivelmente venham a se desenrolar no meio social. Nesse caso, as ferramentas de controlo social induzem a conformidade do sujeito com a sua nova realidade, seja de forma positiva, seja de forma negativa.

O filósofo político **Noberto Bobbio**, em sua definição de controlo social, faz a distinção de dois tipos de forma de controlo: as formas de controlo externas e as formas de controlo internas. A primeira forma de controlo (externa) refere-se às ferramentas de intervenção direta que são acionadas quando o indivíduo não se dispõe à uniformidade do comportamento geral. Nesse ponto, são utilizadas sanções, punições ou outras formas de intervenção para garantir que o sujeito se submeta ao contexto. Como exemplo, podemos citar a polícia e as leis que ela deve garantir que sejam seguidas.

Nesse sentido, a polícia tem o dever e o poder, legitimados pelo Estado, de garantir que as ações dos indivíduos não fujam às delimitações da lei.

Tendo isso em mente, podemos afirmar que a polícia é apenas uma ferramenta de aplicação dos mecanismos de controlo externo. As sanções e as punições, por exemplo, podem ser aplicadas pelo próprio grupo social ou sociedade em que estamos inseridos. A exclusão social é o mais claro exemplo de sanção que uma sociedade pode infligir a alguém. Ao não nos vestirmos de acordo com o que se estabelece como aceitável, por exemplo, estamos todos sujeitos a julgamentos e podemos ser considerados agentes de subversão social. Além disso, a privação de direitos, interdições físicas ou mesmo a reclusão são todas formas de controlo externas.

Em contrapartida, a área de controlo interna está associada àquilo que o meio social consegue interiorizar, isto é, tornar uma ideia, pensamentos ou qualquer outra característica, parte da consciência de um indivíduo. Normas e valores específicos desse meio social, considerados indispensáveis para a própria ordem social, são introduzidos ao processo de construção da identidade do sujeito, que passa a delimitar suas ações de acordo com esse conjunto normativo. Como Bobbio esclarece, os controles internos são aqueles que não ameaçam uma pessoa externamente, mas agem por meio de sua própria consciência.

Esse tipo de controlo, no entanto, é dependente de um processo de socialização bem construído. Sendo essa socialização realizada de forma suficiente, o indivíduo passa a tornar-se vigia de seus próprios comportamentos. O filósofo e teórico social **Michel Foucault** (1926-1984) dedicou sua obra *“Vigiar e punir”* (1999) para o entendimento das formas de controlo social externas e internas. Segundo o autor, a construção do sujeito dócil, útil e submisso à ordem estabelecida é possível apenas por meio de processos “disciplinadores”, nos quais o corpo e a mente do sujeito são moldados de acordo com o que se pede no meio social. Para entender esse fenômeno, Foucault voltou-se para a observação de instituições disciplinadoras, como a escola e os quartéis, onde os indivíduos que ali permanecem vivem sob o controle da instituição. O produto desse processo, quando bem-sucedido, seria um sujeito dócil e “útil” ao seu contexto social.

O controlo social é, portanto, um conjunto entre formas externas de intervenção no comportamento do sujeito desviante (como o criminoso que é detido pela polícia) e um processo de construção de uma consciência guiada pelas regras e normas de uma sociedade. Essas formas de controlo exercem força sobre a nossa individualidade, de forma que quase sempre delimitamos nossas ações de acordo com o que aprendemos ser certo ou errado.

4.1 A Educação.

Educação é o ato de educar, de instruir, é polidez, disciplinamento. No seu sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação vai se formando através de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida. O conceito de educação engloba o nível de cortesia, delicadeza e civilidade demonstrada por um indivíduo e a sua capacidade de socialização.

De acordo com o filósofo teórico da área da pedagogia René Hubert, a educação é um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente por um ser humano em outro, normalmente de um adulto em um jovem. Essas ações pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, económicos, culturais e políticos de uma sociedade.

No sentido técnico, a educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano, a fim de melhor se integrar na sociedade ou no seu próprio grupo.

A escola como um ambiente favorável à aprendizagem significativa, onde a relação professor-aluno acontece sempre com diálogo, valorizando o respeito mútuo. O espaço escolar deve sempre contribuir para a curiosidade, a criatividade, o raciocínio lógico, o estímulo à descoberta.

Ensinar é, portanto, buscar, indagar, constatar, intervir, educar. O ato de ensinar exige conhecimento e, conseqüentemente, a troca de saberes. Pressupõe-se a presença de indivíduos que, juntos, trocarão experiências de novas informações adquiridas, respeitando também os saberes do senso comum e a capacidade criadora de cada um.

A verdadeira aprendizagem é aquela que transforma o sujeito, ou seja, os saberes ensinados são reconstruídos pelos educadores e educandos e, a partir dessa reconstrução, tornam-se autônomos, emancipados, questionadores, inacabados. *“Nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador igualmente sujeito do processo”*. (FREIRE, 1996). Sob esse ponto de vista, percebemos a posição do educando como sujeito desse processo de reformulação do conhecimento, ao lado do educador. Ele passa a ser visto

como agente e não mais como objeto, isto é, ambos fazem parte do processo ensino-aprendizagem numa concepção progressista.

O referido autor considera ainda que, “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996). Dito de outra forma, o docente deve transmitir o conhecimento buscando proporcionar ao discente a compreensão do que foi exposto e, a partir daí, permitir que o mesmo dê um novo sentido, quer dizer, a ideia é não dar respostas prontas, mas criar possibilidades, abrir oportunidades de indagações e sugestões, de raciocínio, de opiniões diversas etc. Jamais impedir as interações, as opiniões, os erros e os acertos, isto é, todos esses elementos permitirão que o aluno alcance o real conhecimento e continue a buscá-lo incessantemente de forma autônoma e prazerosa.

4.2 Características da Educação.

A primeira característica que ressalta da educação é que ela é uma ação social e não uma ação individual. Ou seja, a educação não é o resultado de uma ação individual entre pai e o filho mas entre duas categorias sociais distintas, a geração adulta e a geração jovem. O adulto age como representante da geração adulta e transmite conhecimentos, atitudes e valores, considerados ajustados ao jovem e este recebe e aprende esses conhecimentos e valores.

A Segunda característica é que a educação é uma ação global em que vista todos os aspectos da vida social e não apenas alguns. É uma formação global em 2 sentidos: 1º do ponto de vista da formação do indivíduo visa desenvolver-lhe a inteligência, através da aquisição de conhecimentos e métodos de raciocínio e o carácter, através da interiorização de atitudes e comportamentos; 2º do ponto de vista da sociedade, a educação visa integrar o jovem na sociedade.

A terceira característica é que a educação é uma ação unilateral dos adultos sobre os jovens. Os adultos transmitem atitudes, conhecimentos técnicos e os jovens recebem, aprendem e incorporam na sua vida esses conteúdos (geração adulta à geração jovem) a geração adulta é o elemento ativo, transmissor da educação e a geração jovem o elemento receptor.

A terceira e **última característica** refere-se que ela é de natureza unitária e harmónica . Isto resulta do facto de o agente educativo ser um indivíduo ou um grupo específico, mas a sociedade no seu conjunto. Os indivíduos quando educam agem em nome e por delegação da sociedade. É a sociedade que investe os seus membros na função educativa, e os sanciona no respetivo exercício. A educação tem uma dupla função, duplo papel; unificação e de divisão. Por um lado, a educação opera visando uma determinada forma de coesão social; por outro, constitui um agente de reforço da divisão e da estratificação social existentes. A educação é múltipla, diversificando-se e orientando-se para cada estrato, no interior de uma classe, fazendo tomar consciência aos membros de um qualquer extrato dos seus estatutos e papéis sociais.

4.3 A Doutrina Social da Igreja.

Doutrina social é o conjunto de princípios que devem servir como base para o bom e pleno funcionamento de uma sociedade.

A doutrina social destina-se a formular ideias, fundamentos ou sistemas que ajudem nas chamadas “questões sociais”, ou seja, conjuntos de expressões que caracterizam as desigualdades sociais.

Na teologia, a doutrina social da igreja consiste no conjunto de crenças e ações próprias de cada doutrina religiosa, com o objetivo de definir os princípios (ou seja, o que é “certo” e “errado”) de como se viver em sociedade.

A diferença da doutrina social da igreja para a doutrina social de modo geral está justamente nas crenças do indivíduo religioso, que faz com que a sua fé religiosa influencie no modo como age e interage com a sociedade.

As doutrinas sociais, predominantemente, costumam ser instrumentos de ensinamento e disciplina de como agir, pensar e se comportar no contexto social em que está inserido.

A expressão “*doutrina social da Igreja*” designa o conjunto de orientações da Igreja Católica para os temas sociais. Ela reúne os pronunciamentos do magistério católico sobre tudo que implica a presença do homem na sociedade e no contexto internacional. Trata-se de uma reflexão feita à luz da fé e da tradição eclesial.

A função da doutrina social é o anúncio de uma visão global do homem e da humanidade e a denúncia do pecado de injustiça e de violência que de vários modos atravessa a sociedade.

Sendo assim, não é uma ideologia, nem se confunde com as várias doutrinas políticas construídas pelo homem. Ela poderá encontrar pontos de concordância com as diversas ideologias e doutrinas políticas quando estas buscam a verdade e a construção do bem comum, mas irá denunciá-las sempre que se afastarem destes ideais.

A doutrina social da Igreja *“situa-se no cruzamento da vida e da consciência cristã com as situações do mundo e exprime-se nos esforços que indivíduos, famílias, agentes culturais e sociais, políticos e homens de Estado realizam para lhe dar forma e aplicação na história”* (João Paulo II).

Com a sua doutrina social, a Igreja não quer impor-se à sociedade, mas sim fornecer critérios de discernimento para a orientação e formação das consciências. Nesta perspectiva, a doutrina social cumpre uma função de anúncio de uma visão global do homem e da humanidade, e também de denúncia do pecado de injustiça e de violência que de vários modos atravessa a sociedade (Compêndio da Doutrina Social da Igreja). Não entra em aspetos técnicos nem se apresenta como uma terceira via para substituir sistemas políticos ou econômicos.

Seu propósito é religioso, sendo matéria do campo da teologia moral. Sua finalidade é interpretar as realidades da existência do homem, examinando a sua conformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho. É uma doutrina dirigida em especial a cada cristão que assume responsabilidades sociais, para que atue com justiça e caridade. Ou seja, visa a orientar o comportamento cristão.

Por isso, a doutrina social implica responsabilidades referentes à construção, à organização e ao funcionamento da sociedade; obrigações políticas, econômicas, administrativas, convém dizer, de natureza secular, que pertencem aos fiéis leigos, não aos sacerdotes e aos religiosos.

4.5 Os Tribunais.

O tribunal é o órgão público que tem como objetivo a resolução de litígios. Estes órgãos são os principais meios de resolver disputas e se pressupõe que qualquer pessoa pode expor suas

reivindicações perante um tribunal, da mesma forma, os acusados de cometer atos ilegais tem a possibilidade de poder defender-se.

Há vários tipos de tribunais de acordo com a classificação que possuem. Assim, conforme sua composição pode referir-se a tribunais pessoais ou colegiais, onde as decisões são tomadas por um ou mais juízes; conforme sua natureza pode referir-se a tribunais ordinários, especiais e arbitrais, onde a questão a ser julgada pode ser considerada especial ou não e se os juízes são ou não funcionários públicos; conforme a fase de procedimento, na qual existem tribunais de instruções e de sentenças, onde preparam o julgamento ou ditam a sentença; conforme sua hierarquia, na qual podemos destacar os tribunais inferiores ou superiores; segundo sua competência, na qual podemos encontrar tribunais de competência especial ou comum, onde são tratados assuntos particulares ou de qualquer classe; e finalmente, segundo a instância, podem ser de única instância, primeira instância ou de relação.

Segundo a CRCV, o Ministério Público é o órgão detentora da ação penal, é ela quem representa o estado e os cidadãos, isto é defende e garante os direitos dos mesmos no território nacional, de acordo com a legalidade democrática, do interesse público e os demais interesses que as leis da república lhe confere. Ainda auxilia o estado ou governo com propostas nas revisões das demais leis nacionais, bem como na adoção de medidas ou políticas de combate a violação dos direitos das pessoas e do estado. O M^oP^o goza de estatuto próprio e de autonomia em relação aos demais órgãos do poder central e local.

Os seus representantes devem atuar com respeito pelos princípios da legalidade, objetividade e imparcialidade e aos demais estabelecidos na lei. Os magistrados do Ministério Público são responsáveis, hierarquicamente subordinados e não podem ser transferidos, aposentados ou demitidos, senão nos casos previstos na lei [artigos 227.º, n.º 2,3 e 4 da CRCV e artigo 3.º, n.º 2 da LOMP].

4.6 O Sistema Prisional Cabo-verdiano

A Direção Geral de Gestão Prisional e da Reintegração Social (DGGPRS) é um serviço dependente do Ministério da Justiça, cuja missão é assegurar a Gestão do Sistema Prisional e Reintegração Social. As suas competências, bem como, os seus serviços encontram-se definidos na Lei Orgânica do MJ, aprovada pelo Dec. Lei n.º 25/1988.

A Direção Geral de Gestão Prisional e de Reintegração Social (DGGPRS) é o serviço central encarregado de definir e executar a política do governo em matéria de reintegração social dos jovens e adultos em cumprimento de sentenças penais e bem assim da execução das medidas socioeducativas aplicadas pelo Tribunal.

Sob gestão da DGGPRS, o sistema prisional integra os seguintes tipos de estabelecimentos para a execução de medidas privativas de liberdade:

Cadeias Centrais – Praia e S. Vicente – reclusos sujeitos ao cumprimento de penas de prisão superior a dois anos. São dirigidas por um Diretor e coadjuvado por um Diretor Adjunto;

Cadeias Regionais – Fogo, Sal, S. Antão - reclusos sujeitos ao cumprimento de penas de prisão inferior a dois anos. Anteriormente, dirigidas por Procurador, mas há dois anos por um Diretor (nomeado em Comissão de Serviço).

4.7 Reinserção Social.

É um processo que começa com a avaliação social, no momento em que o profissional cria um projeto de vida ao indivíduo ou grupo excluídos socialmente, em aspetos importantes que lhes darão suporte ao seu novo projeto de vida, traçado a partir das suas características pessoais e da situação em que se encontram.

Neste processo de aprender a lidar com a sua relação com o problema, via tratamento (independente da sua modalidade), o paciente é exposto às demandas do mundo externo com todas as suas contradições e, sentimento como rejeição, insegurança, culpa, incapacidade, entre outros, colocando-o em frequentes situações de risco. Nesse sentido, o primeiro contato com os excluídos, é de extrema importância, na medida em que o profissional deverá assumir uma postura de acolhimento do paciente, no qual a atitude solidária e a crença na capacidade de o mesmo construir ou restabelecer sua rede social irão determinar o estabelecimento de um vínculo positivo entre ambos.

O autor Pereira afirma que a Reinserção Social deve ser entendida como:

Uma relação complexa entre o Estado, a sociedade e o indivíduo, com o objetivo de criar condições que permitam a este optar livremente por viver em sociedade e que também a própria sociedade se modifique, no sentido de aceitar o indivíduo como um membro útil a sua comunidade em vez de o marginalizar. Neste sentido as suas ações devem ser exercidas

em duas vertentes: uma vertente preventiva no sentido de agir com base numa abordagem integrada de combate as problemáticas e numa vertente educativa capacitando o indivíduo para exercer em plenitude o seu direito a cidadania, onde lhe é atribuído algumas responsabilidades que o vão ajudar a sair da situação em que se encontra.

5. As Vítimas do Crime.

O termo “vitimologia” foi utilizado pelo primeiro psiquiatra americano Frederick Wertham, mas ganhou notoriedade com o trabalho de Hans von Hentih “The Criminal na his Victim”, de 1948.

Hentig propôs uma abordagem dinâmica, interaccionista, desafiando a conceção de vítima como ator passivo. Salientou que poderia haver algumas características das vítimas que poderiam precipitar os fatos ou condutas delituosas. Sobretudo, realçou a necessidade de analisar as relações existentes entre vítima e agressor.

A vitimologia é hoje um campo de estudo orientado para a ação ou formulação de políticas públicas. Ela não deve ser definida em termos de direito penal, mas de direitos humanos. Assim, a vitimologia deveria ser o estudo das consequências dos abusos contra os direitos humanos, cometidos por cidadãos ou agentes do governo. As violações a direitos humanos são hoje consideradas questão central da vitimologia.

Vitimologia pode ser definida como o estudo científico da extensão, natureza e causas da vitimização criminal, suas consequências para as pessoas envolvidas e as reações da sociedade, em particular pela polícia e pelo sistema de justiça criminal, assim como pelos trabalhadores voluntários e colaboradores profissionais.

A definição abrange tanto a vitimologia penal quanto a geral ou vitimologia orientada para a assistência.

A expressão “vítimas” significa pessoas que individual ou coletivamente, sofreram dano, incluindo lesão física ou mental, sofrimento emocional, perda económica ou restrição substancial dos seus direitos fundamentais, através de atos ou omissos que consiste em violação de normas penais, incluindo aquelas que proíbem abuso de poder.

As vítimas de atos ilícitos, especialmente de delitos, passaram por fases que, no dizer de Garcia-Pablos de Molina, correspondem a um protagonismo, neutralização e redescobrimento.

O protagonismo correspondeu ao período da vingança privada, em que os danos produzidos sobre uma pessoa ou seus bens eram reparados ou punidos pela própria pessoa.

A vitimologia vem efetivamente, conferir novo *status* à vítima, contribuindo para redefinir suas relações com o delinquente; com o sistema jurídico; com as autoridades, etc. O próprio conceito de vítima precisou ser revisto, posto que já não corresponde apenas ao sujeito passivo (protagonista) do fato criminoso.

Ao lado do conceito mais amplo de vítima, surgiu também o de vitimização, que examina tanto a propensão para ser vítima quanto aos vários mecanismos de produção de danos diretos e indiretos sobre a vítima.

Israel Charny entende que o processo de vitimização diz respeito a relações humanas, que podem ser compreendidas como relações de poder. Fattah (1979) identificava no crime como que uma transação em que o agressor e vítima desempenhavam papeis. Assim a identificação de vulnerabilidade e de definibilidade da vítima são essenciais no processo.

A vulnerabilidade da vítima decorre de diversos fatores (de ordem física, psicológica económica e outras), o que faz com que o risco de vitimização seja diferencial para cada pessoa e delito. Nesse sentido, o exame dos recursos sociais efetivos de vítima deve ser levados em conta.

5.1 Contribuições da Vitimologia.

Os estudos da vitimologia tem dado imensa contribuição para a compreensão do fenómeno da criminalidade, contribuindo para melhor enfrentamento, a partir da introdução do enfoque sobre as vitimas atingidas e os danos produzidos.

O primeiro aspeto observado por Garcia-Pablo diz respeito á compreensão da dinâmica criminal, e a interação delinquente-vítima. Em que medida suas ações ou reações condicionam ou direcionam as ações dos agressores. E em que delitos o papel da vitima é de menor importância.

A análise sobre a vítima também é relevante para a prevenção do delito. A introdução da chamada “prevenção vitimaria”, que se contrapõe à prevenção criminal, realça a importância de se evitar que delitos aconteçam, a partir da reorientação às vítimas, e os próprios órgãos do estado, para que adotem condutas e perspectivas distintas, que reduzam ou eliminem as situações de risco.

Outro aspeto absolutamente relevante é que a vítima é fonte de informações. Com efeito, as pesquisas de vitimização fornecem imensos subsídios a respeito de como os delitos ocorrem, em que circunstâncias de tempo e lugar, e por quais fatores foram desencadeados. A partir da vítima, que é conhecida, e acessível de pronto, é possível identificar relações existentes ou não com a pessoa do agressor e outros fatores relevantes.

O medo do delito e o medo coletivo de ser a próxima vítima são também objeto do estudo da vitimologia. O medo, percepção e sentimento individual, mas com forte conteúdo de objetividade, ajuda a reconhecer a presença do risco e orientar a conduta para minimizá-lo ou mitigar os seus efeitos. Mas também o medo aprisiona e termina sendo, ele mesmo, fator de vitimização.

Finalmente, os estudos de vitimização ajudam melhor a compreender a interação existente entre a vítima e a justiça penal. O modelo clássico, com efeito, tem a vítima como objeto, ou pretexto, para a investigação. Mas ordinariamente não leva em conta os seus interesses legítimos. Isso fez com que fossem identificados fatores que pudessem contribuir para mensurar a qualidade de uma justiça criminal. Entre esses, são examinados como se concebe o facto delitivo e o papel dos protagonistas; como ou se se satisfaz a expectativa dos protagonistas; qual o custo social; qual a atitude dos usuários da justiça.

5.2 Tipologia das Vítimas.

Vítima Provocatória-aquela que por sua própria conduta incita o infrator a cometer a infração. Tal incitação cria e favorece a explosão prévia à descarga que significa o crime;

Vítima por imprudência: é a que determina o acidente por falta de cuidados. Ex quem deixa o automóvel mal fechado ou com as chaves na ignição;

Vítima mais culpável ou unicamente culpável;

Vitima infratora: cometendo uma infração o agressor caí, vitima exclusivamente culpável ou ideal, se trata de caso de legítima defesa, em que o acusado deve ser absolvido;

Vitima simuladora: o acusador se premedita e irresponsavelmente joga a culpa ao acusado, recorrendo a qualquer manobra com a intenção de fazer justiça num erro.

Meldelsohn conclui que as vítimas podem ser classificadas em 3 grandes grupos para efeitos de aplicação da pena ao infrator:

Primeiro grupo: vitima inocente, não há provocação nem outra forma de participação no delito, mas sim puramente vitima.

Segundo grupo: estas vítimas colaboraram na ação nociva e existe uma culpabilidade reciproca, pela qual a pena deve ser menor para o agente do delito (vitima colaboradora)

Terceiro grupo: nestes casos são as vitimas que cometem por si a ação nociva e o não culpado deve ser excluído de toda a pena.

5.3 Direito das Vítimas.

Basicamente os direitos das vítimas consiste no tratamento justo e respeito a sua dignidade e privacidade; proteção contra o agressor; informação sobre a tramitação processual acesso ao acusador público; restituição das coisas indevidamente tomadas ou apreendidas; informação sobre a condenação, a sentença, a prisão e a libertação do agressor.

5.4 Tipos de Criminosos.

Nos princípios do século XX, Cesare Lombroso, citado por Ballone (2004), pressupunha um conjunto de estigmas biológicos e anatómicos que caracterizavam o criminoso e revelariam nele a reminiscência de um nível inferior da escala do desenvolvimento humano.

Era uma espécie de determinismo biológico que marcava profundamente as pessoas tidas como sub-humanas. De acordo com o mesmo autor, Lombroso tentou relacionar certas características físicas, tais como o tamanho da mandíbula, à psicopatologia criminal ou a tendência inata de indivíduos sociopatas e com comportamento criminal.

Nessa época distinguia-se apenas dois tipos de criminosos; o criminoso ocasional, representado por uma pessoa normal e fortuitamente criminosa sob influência de diversas

circunstâncias e o criminoso nato, de natureza diferente da do homem normal, instintivo e cuja inclinação para o crime resultava de uma organização própria da sua biologia. De acordo com Ballone (2004), esse conceito em nada diferenciava o louco moral do atual.

Segundo Lombroso, os criminosos eram classificados em cinco tipos:

1. O Criminoso Nato, representado na maioria dos casos como o próprio nome indica, portador de um padrão genético causador de sua criminalidade. Ele é e seria o resquício do homem selvagem, uma espécie de subtipo humano, enfim, um ser diferente.
2. O Criminoso Louco ou Alienado, no qual existia uma perturbação mental associada ao comportamento delinquente, considerado como um Louco Moral ou um Perverso Constitucional.
3. O Criminoso Profissional, que não possui os estigmas biológicos inatos como os anteriores, mas que se tornava criminoso por forças e pressões do seu meio. Este criminoso começa por um crime ocasional e pode ter casos de reincidência.
4. O Criminoso Primário, que cometerá um ou outro delito por força de um conjunto de fatores circunstanciais do meio, mas não tenderia para a reincidência. De acordo com Lombroso, estes eram ainda predispostos por hereditariedade para o crime, mas não possuíam uma tendência genética para ele.
5. O Criminoso por Paixão, vítima de um humor exaltado, de uma sensibilidade exagerada, “nervoso”, explosivo e inconsequente, a quem a contrariedade dos sentimentos leva por vezes a cometer atos criminosos, impulsivos e violentos, como solução para as suas crises emocionais. Apesar de, os estudos de Lombroso terem limitado às relações entre anatomia e crime, entendendo-se este como uma espécie de anomalia morfológica, sua contribuição foi fundamental para o enriquecimento do conceito holístico do ser humano.

Nesta mesma época, partindo ainda das concepções biológicas de Lombroso, Enrico Ferri, de acordo com Balonne, elaborou um dos primeiros modelos integrativos do direito com a psiquiatria e a sociologia, valorizando como um importante fator na determinação do crime bem como o meio social onde se inseria o criminoso. Ainda assim, não se falava em juízo crítico e arbítrio do criminoso; ora se falava da biologia, a responsável pelo delito, ora a tal lesão ética, ora a psicologia claudicante do criminoso e, finalmente, poderia ser também o meio social propício ao crime.

Segundo Ballone (2004), ao longo de mais de um século houve apenas um deslocamento das teorias deterministas; inicialmente falava-se no determinismo biológico onde as constituições genéticas e hereditárias eram determinantes absolutas. Posteriormente foi a vez do determinismo moral, onde o indivíduo podia já nascer problemático ou normal. Mais tarde, foi a vez do determinismo psicológico, onde a maneira da pessoa reagir psicologicamente à vida era inata, absoluta e invariável e, finalmente, veio o determinismo social, reconhecendo circunstâncias sociais que empurrava invariavelmente a pessoa para o crime.

De qualquer forma o delinquente continuava sempre sendo vítima de alguma circunstância, interna ou externa, a qual eximia a responsabilidade plena pelo seu ato, como se pela sua constituição, fosse ela biológica, moral ou psicológica, ou ainda pelas adversidades sociais e culturais não lhe restasse outra opção senão o crime.

Classificação dos delinquentes segundo Guido Palomba Psiquiatra Forense:

Segundo Guido Arturo Palomba, Psiquiatra Forense, seguindo as doutrinas de Cândido Motta, podemos basicamente, ter cinco tipos de criminosos:

1º- Os Impetuosos: Agem em curto-circuito, por amor à honra, sem premeditação, fruto de uma anestesia momentânea do senso crítico. De entre os delitos que praticam relacionam-se principalmente o crime passional e alguns tipos de assassinatos e de agressão física. Em geral é um criminoso honesto, principalmente quando se trata de um delito passional dos amantes, dos maridos e das mulheres traídas.

2º- Os Ocasionais: São os levados pelas condições pessoais e influências do meio. Os fatores têm muito peso. Os delitos que mais praticam são o furto e o assalto.

3º- Os Habituais: São aqueles cujos marginais são incapazes de readquirir uma existência honesta. A emenda é a exceção. Cometem toda a sorte de delitos como assaltos, tráfico de drogas e assassinatos em série. Esses últimos são conhecidos como "assassinos contratados ou justiceiros".

O criminoso habitual é o que tem como profissão o crime; sai de casa para "trabalhar" cuja atividade é o delito.

4º- Fronteiriços: Não são propriamente doentes mentais e também não são normais. Apresentam permanentes deformidades ético-moral, distúrbio de afeto e da sensibilidade

cujas alterações psíquicas os levam ao delito. Quando tornam-se violentos, são os que praticam os atos mais perversos e hediondos de entre todos os outros tipos de criminosos. A característica principal dos criminosos fronteiriços é a extrema frieza e insensibilidade moral com que tratam as vítimas.

5º- Loucos Criminosos: Os delitos que praticam podem ser divididos em dois grandes grupos:

I - aqueles que agem graças a um processo lento e reflexivo;

II - aqueles que agem por impulso momentâneo.

No primeiro caso, a ideia surge do nada, inesperadamente, é a obsessão doentia e invencível. No segundo caso, a deliberação do crime é fruto de uma impulsão momentânea; é seguido de imediata execução. O ato é em curto-circuito, reação primitiva, sem motivo algum que possa justificar o tipo de atitude.

6. Violência Urbana.

A violência urbana tem sido um objeto crescente de estudo, essencialmente na sequência de sua transformação num importante problema social, particularmente construído pelas Mídias e pelos *opinion makers*. Com efeito, o problema social é construído por atores sociais em processo interativo, muitas vezes na busca de ocupação de posições hegemónicas no campo social ou político. Não raras vezes, o problema social criado transforma-se no processo de criação de uma realidade.

Relativamente à violência urbana, muitas vezes, a sua tematização nos Mídias e nos discursos políticos a partir de casos reais e que se transformam, ou melhor, são transformados em exemplos paradigmáticos de situações de insegurança social.

Constata-se, amiúde, uma inversão discursiva. Substituindo termos como segurança, vida social solidária e comunitária temos novos signos que se impõem: insegurança, medo, isolamento. A desconfiança tende a substituir a solidariedade, o isolamento e o enclausuramento tornam-se rotineiros. As casas transformam-se em jaulas, o desconhecido numa ameaça potencial. Determinados bairros e comunidades e, por via disso, seus habitantes são estigmatizados, perigos e perigosos em potencial. É a estigmatização espacial.

Este fenómeno que na última década tem se tornando um fenómeno crescente nos principais centros urbanos de Cabo Verde pode ser associado às novas formas de sociabilidade das sociedades modernas urbanas e industriais. Na verdade, Émile Durkheim construiu uma parte importante da teoria social a partir dos riscos da anomia social que as sociedades industriais europeias estavam conhecendo, com uma dissolução progressiva das formas tradicionais de controlo social.

O princípio da solidariedade mecânica estava sendo substituído, enquanto forma de sociabilidade, pelo princípio da solidariedade orgânica, resultante da divisão social do trabalho. É, aliás, o risco de anomia que impõe a necessidade da criação de instituições sociais de socialização, de repressão e disciplina.

Por sua vez, o processo de industrialização e urbanização dos Estados Unidos e a emergência da criminalidade levou ao surgimento dos estudos urbanos e industriais na chamada Escola de Chicago. A ecologia urbana, enquanto escola de pensamento sociológico, rapidamente buscou eventuais relações e correlações entre a criminalidade, a origem étnica e o bairro de residência, o que levou rapidamente a um processo de imputação de crimes às minorias étnico raciais e aos migrantes.

Como sustenta Ralph Taylor (2004) a violência e a criminalidade ocorrem nos espaços. Mais, ocorrem com maior regularidade em determinados espaços. Neste sentido, tende-se a estabelecer uma relação de determinação causal, primeiro, entre o espaço e a criminalidade e, segundo, entre determinadas formas espaciais e a criminalidade.

Diz ele explicitamente:

“Uma cadeia de raciocínios opera aqui: há mais crime em alguns lugares que em outros; a forma urbana ditada pelo projeto de urbanismo muda de lugar para lugar; o projeto de urbanismo, portanto, é o grande responsável pelas diferenças que podemos constatar entre distintos lugares; daí que se modificarmos os lugares com alta ocorrência de crimes através do projeto físico, essa ocorrência será afetada, declinará”. Este sentimento de insegurança, por vezes de longe mais impactante do que a realidade empírica que hipoteticamente lhe daria substância, tende a desfigurar os centros urbanos. Este é, de certa forma, o retrato do quotidiano das principais cidades cabo-verdianas.

A violência urbana é geralmente associada e imputada a adolescentes e jovens. Como refere Kátia Cardoso (2000) “A violência relacionada com os *thugs*, o tráfico de droga e o crescente sentimento generalizado de insegurança estão no topo dos problemas que afetam a cidade da Praia. Estes são,

também em meu entender, problemas relevantes, pelo que se torna urgente uma atuação rápida e eficaz do governo em relação aos mesmos.”

Retomando a dimensão urbana do fenómeno, fato é que o sentimento de insegurança, a que muitas vezes se associa o de impunidade, muda a configuração e a relação dos cidadãos e dos residentes com o espaço urbano. Pode-se, à limite, dizer que as funções urbanas conhecem uma mutação, um desvirtuamento. Muitos espaços e centralidades urbanas perdem sua utilidade pelo seu não uso. O consumo do medo impede o consumo de espaços urbanos. Noutros sítios é a ausência de espaços de comunidades, de convívio que coata as possibilidades de uma sociabilidade urbana assente na confiança e na solidariedade.

No contexto cabo-verdiano, com particular relevo para a cidade da Praia, tem-se afirmado que a criminalidade tem aumentado, sobretudo os crimes contra pessoas e contra a propriedade, com a ocorrência de homicídios, por vezes associados ao tráfico de drogas e ao confronto entre grupos juvenis rivais, denominadas tribos urbanas. Kátia Cardoso chama a atenção para a necessidade de uma abordagem cautelosa e adequada, particularmente em estudos de natureza científica para se evitar confundir e tornar sinónimos “problemas sociais” e “problemas sociológicos”. Refere ela que “Trata-se de uma questão recente, abordada quase exclusivamente nos meios de comunicação social, o que pode acarretar alguns riscos de empolamento e de pouca profundidade na análise” (Cardoso, 2009).

Ainda que a problemática da violência e da criminalidade nos espaços urbanos em Cabo Verde esteja na agenda pública poucos são os estudos de natureza académica que, até agora, tenham-se debruçado sobre o fenómeno. O primeiro, ainda que numa perspetiva comparativa, aborda a emergência dos *thugs* na cidade da Praia e a forma como as políticas públicas de segurança enquadra o fenómeno. Com efeito, Kátia Cardoso (2009) objetiva: “Questionar em que medida esta nova realidade social não é também consequência da apropriação de um conjunto de elementos sociais, culturais etc., globalmente difundidos partilhados por outros jovens nos mais variados contextos geográficos”

Acrescenta a autora que o entendimento da violência urbana e da delinquência juvenil a ela associada passa por seu enquadramento na dinâmica e na dialética do global /local, tendendo a produzir comportamentos e hábitos de consumo e de padrões de sociabilidade que se homogeneízam.

A violência juvenil urbana é analisada como possuidora de algumas características estruturais. Trata-se de uma violência essencialmente masculina, que se encontrada disseminada pelos

vários bairros dos centros urbanos, ainda que se possam apontar zonas de maior concentração de grupos e de atos violentos, agem de forma organizada em termos do *modus operandi* que, em alguns casos, é impulsionada do exterior. Isto, na perspetiva da autora se deve à “importação” e “aprendizagem” das técnicas e dos modelos de atuação com cabo-verdianos deportados do estrangeiro particularmente dos Estados Unidos da América, num primeiro período.

6.1 O Conceito de Polícia.

A Polícia, que outrora fora a “expressão «administração pública» era então toda a ação do Príncipe dirigida a promover o bem-estar e comodidade dos vassalos” que passara por expressar uma atividade extensa, e por muitos títulos benemérita, em diversos domínios relativos ao processo moral, económico e cultural da Nação. Esta atividade extensa desenvolve-se através de meios arbitrários e que, com a revolução Francesa, deixara de contribuir ou ser suporte de um Estado de polícia e autoritário para ser elemento integrante de um Estado subordinado no direito ou mundo jurídico.

A polícia é, ou deve ser, hoje, um garante da liberdade do cidadão face às ofensas ilícitas concretizadas e produzidas quer por outrem quer pelo próprio Estado.

O objetivo, a finalidade e a função da polícia mereceu a sua consagração nos Códigos de delitos e das Penas, promulgadas a 3 Brumário do ano IV, em França, que determinava que a polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual. O seu carácter principal é a vigilância. A sociedade considerada em massa é o seu objeto. Mas, a polícia historicamente manteve por estar sempre presente nos fenómenos em evolução e estar sempre em constante contato com a sociedade que é multifacetada, sempre a liberdade de ação que lhe permite decidir pela oportunidade de intervenção.

Justino de Freitas considerava a polícia como a *“parte da administração que tem por objetivo a manutenção da ordem pública e a segurança individual, sendo que podia ser vista como polícia política administrativa, a que consiste em impedir as infrações das leis e na sustentação da ordem pública em cada lugar, bem como em toda parte do reino”*.

A polícia para Sousa Duarte, devia ser entendida como *“cuidado incessante de autoridade e seus agentes pela execução fiel das leis da propriedade e da propriedade e da tranquilidade de todos os cidadãos”*, sendo como um para-raios que afasta os perigos dos governos e do povo, garantindo-lhes a “pública segurança por modo insensível e permanente”.

6.2 Origem e Funções da Polícia.

A instituição policial pode ser detetada em quase todos os países. Para Costa (2004) a palavra polícia deriva do termo grego polis, usado para descrever a constituição organizada da autoridade coletiva. Esta tem a mesma origem etimológica da palavra política, relativa ao exercício dessa autoridade coletiva. Assim pode-se perceber que a ideia de polícia está intimamente ligada à noção de política. A atividade de polícia é, portanto, política, uma vez que diz respeito à forma como a autoridade exerce seu poder.

Percebe-se que qualquer organização policial está diretamente ligada com a questão da ordem e da lei, bem como a política da segurança pública e defesa dos direitos e garantias dos cidadãos. Por conseguinte, é por meio da polícia que o Estado, vai exercer o controlo da ordem pública e cumprimentos das normas pela qual rege a sociedade em conformidade com o regime de organização política, adaptado por um determinado Estado (BAYLEY, 2001).

De acordo com Monjardet (2003) o surgimento e institucionalização de uma força pública que veio a ser denominada “polícia” possui três dimensões, (i) é caracterizado por uma divisão e uma especialização das tarefas, técnicas, procedimentos, saberes, além de, possuir uma estrutura hierárquica e normas (ii) é uma instituição criada pela autoridade política para promover, realizar ou salvaguardar interesses coletivos identificáveis e (iii) é mobilizada por um grupo profissional, caracterizada por interesses e cultura própria, como princípios de identidade frente ao não profissional e critérios internos.

A partir dessas dimensões aparece um órgão denominado de polícia, entretanto, os polícias desempenham varias funções de forma indireta tais como, socorro, mediação de conflitos entre outros. Giddens (2013), afirma que a partir do século XVI, quando inicia o monopólio dos meios da força, controlando milícias particulares, a partir disso, surgia a necessidade de estabelecer controlos sociais internos mais eficazes sobre os distúrbios populares.

6.3 Estrutura da Polícia Nacional (PN).

A nova estrutura policial de Cabo Verde foi criada como forma de garantir a racionalização dos meios humanos e materiais, integrando nela, Polícia de Ordem Pública (POP), Guarda Fiscal (GF), Polícia Marítima (PM) e Polícia Florestal (PF), ao qual é aprovado a primeira estrutura orgânica da Polícia Nacional, bem como definir as suas atribuições e competências dos seus Comandos, Órgãos e Serviços. A Polícia Nacional é uma força pública

uniformizada de natureza civil, profissional e apatidária que está exclusivamente ligada ao serviço do Estado de Cabo Verde e dependendo do membro do Governo responsável pela área de segurança e ordem pública, no caso, o Ministério da Administração Interna (MAI).

Por isso ela se enquadra na administração pública cabo-verdiana, para prosseguir sempre o interesse público, mas com respeito pela constituição, pela lei, pelos princípios da justiça, da transparência, da imparcialidade e da boa-fé e pelos direitos e interesses legítimos dos cidadãos, Artigo 244.º da Constituição República de Cabo Verde (CRCV, 2010).

A Polícia Nacional defende os seguintes valores: disciplina, lealdade, envolvimento, confiança, eficiência, responsabilidade, dedicação, empenho e tem como missão, (a) defender a legalidade democrática, prevenir a criminalidade e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública, exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; (b) manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública ou privada, prevenindo ou reprimindo os atos ilícitos contra eles cometidos; (c) coadjuvar as autoridades judiciais na investigação, realizando as ações que lhes são ordenadas como órgão de polícia criminal; (d) velar pelo cumprimento das leis e disposições em geral, designadamente as referentes à viação terrestre e aos transportes rodoviários; (e) combater as infrações fiscais e aduaneiras; (f) defender e preservar a floresta nacional e (g) assegurar o cumprimento das leis e regulamentos marítimos em articulação com outras forças e serviços competentes.

Como atribuições, (I) garantir a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas; (II) proteger as pessoas e os seus bens; (III) prevenir e combater a criminalidade e os demais atos contrários à lei e aos regulamentos; (IV) prevenir a criminalidade organizada e o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança; (V) prevenir e combater o tráfico de pessoas e emigração clandestina, (VI) adaptar as medidas de prevenção e repressão dos atos ilícitos contra a aviação civil, (VII) prosseguir as atribuições que lhe forem cometidas por lei em matéria de processo penal; (VIII) exercer, nos termos da lei, as competências específicas que lhe são conferidas quanto à realização de diligências de investigação criminal e cooperar com os demais órgãos de polícia criminal; (IX) colher as notícias dos crimes, investigar os seus agentes nos limites das suas competências específicas, impedir as consequências dos crimes e praticar as diligências e os atos cautelares necessários para assegurar os meios de prova, bem como apreender os objetos provenientes ou relacionados com a prática de factos puníveis nos termos da lei do processo penal; (X) fiscalizar e regular o trânsito rodoviário; (XI) fiscalizar as atividades sujeitas a licenciamento

administrativo; (XII) garantir a execução de atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada; (XIII) prestar ajuda às populações e socorro aos sinistrados, designadamente em caso de emergência, e apoiar em especial os grupos de risco, bem como qualquer outra colaboração que legitimamente lhe for solicitada; (XIV) cooperar com outras entidades que prossigam idênticos fins; (XV) prevenir e combater as infrações fiscais e aduaneiras, (XVI) vigiar e fiscalizar o território aduaneiro; (XVII) colaborar com a administração fiscal no combate à fraude e evasão fiscais; (XVIII) controlar as fronteiras aéreas e marítimas, atuando como polícia marítima e aérea, (XIX) defender e conservar o meio ambiente, os recursos naturais e a floresta nacional; (XX) contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos e (XXI) prestar serviço remunerado.

A organização e o funcionamento da Polícia Nacional assentam-se nos princípios consagrados na Constituição da República (CRCV, 2010), nos Código Penal (C P) e Código Processo Penal (CPP), nas leis estruturantes da Instituição, das quais destacamos o Decreto-Lei Nº. 6/2007, de 14 de Novembro, a sua orgânica aprovada pelo Decreto-Lei Nº 39/2007 de 12 de Novembro, bem como nas leis que regulam a investigação e Segurança Interna.

6.4 A Polícia Judiciária (P J).

A Polícia Judiciária é um organismo de prevenção e investigação criminal, auxiliar da administração da justiça, dotado de autonomia administrativa, organizado sob a superior direção do membro do Governo responsável pela área da Justiça. Em todos os atos praticados no exercício das suas funções, a Polícia Judiciária atua exclusivamente na defesa da sociedade, no integral cumprimento da legalidade democrática e no respeito dos direitos dos cidadãos.

6.5 Atuação processual e autonomia da PJ.

A Polícia Judiciária atua no processo penal na fase da instrução ou equivalente, praticando os atos que a lei permite diretamente ou por delegação, sob a direção e na dependência funcional do Ministério Público, sem prejuízo da sua organização hierárquica. Na fase da audiência contraditória preliminar ou equivalente, o Juiz pode requisitar à Polícia Judiciária a realização de diligências de investigação criminal.

6.7 Competências em matéria de investigação criminal-PJ.

Compete a Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal, coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover as ações de prevenção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

É da competência especificamente da Polícia Judiciária, a investigação dos crimes cuja competência reservada lhe é conferida pela presente lei e dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo; assegurar a ligação dos órgãos e autoridades de polícia criminal e de outros serviços públicos nacionais com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal, designadamente a INTERPOL; assegurar os recursos nos domínios da centralização, tratamento, análise e difusão, a nível nacional, da informação relativa à criminalidade participada e conhecida, da perícia técnico-científica e adequada às atribuições de prevenção e investigação criminais, necessários à sua atividade e que apoiem a ação dos demais órgãos de polícia criminal, entre outros.

6.8 Especificidades e exigências das funções da PJ.

As funções da Polícia Judiciária são de carácter permanente e obrigatório, sendo a permanência nos serviços assegurada, fora do horário normal, por um serviço de piquete, que funciona de acordo com o regulamento aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Justiça e das Finanças. Todo o pessoal da Polícia Judiciária tem o dever de comunicar superiormente qualquer facto do seu conhecimento que possa estar relacionado com a preparação ou execução de algum crime, quer se encontrem ou não a decorrer investigações.

O pessoal de investigação criminal que tenha conhecimento da preparação ou consumação de algum crime deve, em qualquer circunstância, mesmo que se encontre fora da sua área de atividade normal, tomar as providências para evitar a sua prática ou para descobrir e prender, com respeito pela lei, os seus agentes.

7. Conceito de Crime.

Os crimes distinguem-se das contravenções por serem infrações penais as quais a lei comina pena de reclusão ou de detenção, não importando se isoladamente, alternativamente com pena de multa. O crime, assim como toda infração penal caracteriza-se como uma prática de conduta tipificada pela lei penal.

Em sentido vulgar, crime é um ato que viola uma norma moral. Num sentido formal, crime é uma violação da lei penal incriminadora. No conceito material, crime é uma ação ou emissão que se proíbe e se procura evitar, ameaçando-a com pena, porque constitui ofensa (dano ou perigo) a um bem jurídico individual ou coletivo.

Como conceito analítico, o crime pode ser dividido em duas vertentes: a casualista e a finalista. A teoria casualista da ação (ou teoria clássica) observa o crime como um fato tipificado como tal por lei e ilegal. Tal divisão baseia-se no permissivo de que a culpabilidade é um vínculo subjetivo entre a ação e o resultado de certa conduta e não é considerada como quesito para caracterizar um crime, mas apenas dosar sua pena.

Para a teoria finalista da ação, a mais aceita pelas doutrinadoras, uma conduta só será considerada criminosa se for tipificada, ilícita e culpável, uma vez que os motivos e objetivos, subjetivos do agente são analisados e decisivos para a caracterização ou não da infração.

A conduta é considerada criminosa se for reconhecido o Dolo na motivação do agente criminoso, ou a culpa, quando a Lei Penal expressamente prever estas possibilidades.

7.1. Tipicidade do crime.

O crime é definido como típico pois é composto por uma ação ou emissão humana que provoca um resultado contrario ao direito e abrange; a conduta-ação voluntaria dirigida a determinada finalidade; o resultado consequência provocada pela conduta, vale lembrar que em alguns crimes a simples conduta conclui o crime, como o ato obsceno ou violação de domicílio; o nexo casual relação entre a conduta e o resultado; a tipicidade trata-se da classificação do ocorrido com a norma penal.

Para Giddens (2013), crime, é qualquer ação que viola as leis estabelecidas por uma autoridade politica. Neste caso, crime é todo o facto humano, declarado e punível por Lei Penal. Mas para, Bettiol (2007), afirma que o crime é qualquer facto do homem, lesivo de um interesse que possa comprometer as condições de existência, de conservação e de desenvolvimento da sociedade.

O crime advém de tensões estruturais e da ausência de regulação moral no seio da sociedade. Se as aspirações dos indivíduos e dos grupos sociais não coincidirem com as recompensas disponíveis, esta disparidade entre os desejos e a sua realização far-se-á sentir nas motivações desviantes de alguns dos membros desta mesma sociedade e consequentemente nas famílias.

A noção de crime nas sociedades democratas corresponde a certas formas de condutas que colocam em perigos os valores fundamentais e vitais, tanto para o indivíduo, mas também para a sociedade e para o próprio Estado.

Para a nação cabo-verdiana a noção de crime encontra-se prevista no código de Processo Penal e apreende um conjunto de pressuposto de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou uma medida de segurança criminal.

A noção de crime depende do contexto social e cultural e de forma política de cada sociedade particular onde prevalecem normas consuetudinárias pode não constituir crime noutra com normas tipificadas em códigos e com parâmetros mais formais.

Segundo Giddens (2013), algumas teorias sociológicas sobre o crime e o desvio, a criminologia positivista foi alvo de muitas críticas argumentam que uma explicação satisfatória do crime deve ser sociológica, já que o que se entende por crime depende das instituições sociais de uma determinada sociedade.

O mesmo autor afirma que, as teorias funcionalistas vêem o crime e o desvio como o resultado de tensões estruturais e da ausência de regulação moral no seio da sociedade. Se as aspirações dos indivíduos e dos grupos sociais não coincidirem com as recompensas disponíveis, esta disparidade entre os desejos e a sua realização far-se-á sentir nas motivações desviantes de alguns dos membros desta mesma sociedade.

Já Durkheim, via o crime e o desvio como factos sociais. Este autor acreditava que ambos eram elementos inevitáveis e essenciais das sociedades modernas. As pessoas no mundo moderno sentem-se menos coagidos do que nas sociedades tradicionais; por esta razão existe mais margem de manobra para a libertação de escolha assim inevitável que exista algum inconformismo.

7.2. Teorias Sociológicas sobre o Crime e o Desvio.

Definição do Desvio muitas pessoas assumem que numa sociedade bem estruturada esta moldada de modo a evitar comportamentos desviantes. Porém Émile Durkheim defendeu que o desvio desempenha um papel importante nas sociedades bem estruturadas. A partir do momento em que definimos o que é o «desvio» podemos identificar tanto os comportamentos que não são desviantes como as normas que partilhamos enquanto membros de uma dada sociedade. Daqui não resulta a necessidade de eliminar completamente o comportamento desviante. É mais provável, segundo Durkheim, que as sociedades queiram conter um desvio dentro de limites aceitáveis.

As teorias Funcionalistas consideram que o crime e o desvio resultam de tensões estruturais e da ausência de regulação moral no seio da sociedade. Se as aspirações dos indivíduos e dos grupos sociais não coincidirem com as recompensas disponíveis, esta disparidade entre os desejos e a sua realização far-se-á sentir nas motivações de alguns dos membros desta mesma sociedade.

A teoria Interaccionista os sociólogos que estudam o crime e o desvio segundo a tradição Interaccionista veem o desvio como um fenómeno socialmente construído. Estes autores rejeitam a ideia de que existem tipos de conduta inerentemente «desviantes». Pelo contrário, os integracionistas interrogam-se sobre o modo como os comportamentos são inicialmente definidos como desviantes e porque é que determinados grupos e não outros são rotulados como «desviantes».

As teorias de Controlo-consideram que o crime prove do conflito entre os impulsos que conduzem à atividade criminal e os dispositivos físicos e sociais que a detém. Esta teoria não está muito interessada em perceber as motivações que conduzem ao crime; pelo contrário, parte-se do princípio de que os indivíduos agem racionalmente que, quando lhe é dada a oportunidade, todos podem enveredar por atos desviantes. Um dos autores mais conhecidos da teoria do controlo social, Travis Hirschi, defendeu que os seres humanos são fundamentalmente seres egoístas que tomam decisões calculadas sobre envolver-se ou não, na atividade criminal, pensando todos os riscos e benefícios envolvidos nessa mesma ação.

7.3. Perspetiva de Rotulagem

Uma das abordagens mais importantes para entender o crime e o desvio é a perspetiva de rotulagem. Os teóricos da rotulagem interpretam o desvio não como um conjunto de características de um indivíduo ou grupo mas como um processo de interação entre aqueles

que se desviam e os que não o fazem. Segundo estes autores, para poder compreender a natureza do próprio desvio é necessário descobrir à razão por que determinadas pessoas ficam marcadas com o rótulo de «desvio».

As pessoas que representam as forças da Lei e da ordem, ou que são capazes de impor definições de moralidade convencional a outros, constituem os agentes na criação de categorias de desvio expressam, então, a estrutura de poder de determinada sociedade. De um modo geral, as regras que definem o desvio e os contextos em que são aplicadas são estabelecidos pelos ricos em relação aos pobres, pelos homens em relação às mulheres, pelos mais velhos em relação aos mais novos e pela maioria étnica relativamente às minorias.

As teorias sobre o crime são importantes por duas razões. Em primeiro lugar, acentuam corretamente as continuidades existentes entre o comportamento criminoso e o comportamento «normal». Os contextos em que determinadas atividades são consideradas criminosas e puníveis por lei são muito diversificadas – o que esta certamente relacionada com questões de poder e de desigualdade no interior da sociedade. Segundo, todas estas teorias estão de acordo quanto ao papel importante do contexto social nas práticas criminosas, ou o facto de alguém começar a ser visto como criminoso é algo que é influenciado de modo fundamental por aprendizagens e contextos sociais.

CAPITULO III.

8. Trabalho Empírico (Análise dos Dados estatísticos)

Sexo

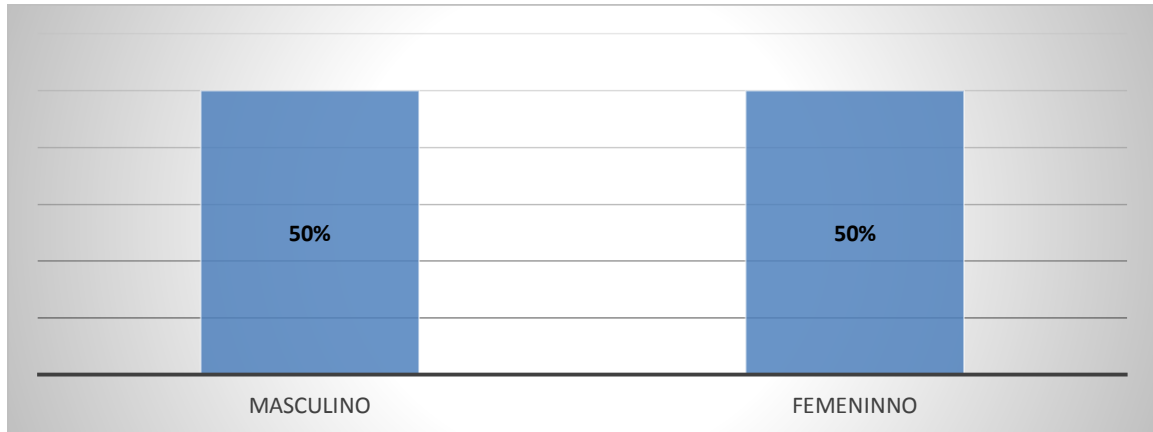


Fig.1 Sexo

Dos indivíduos que responderam o questionário, metade é do sexo masculino e a outra metade corresponde ao sexo feminino, representando cinquenta por cento cada.

Idade.

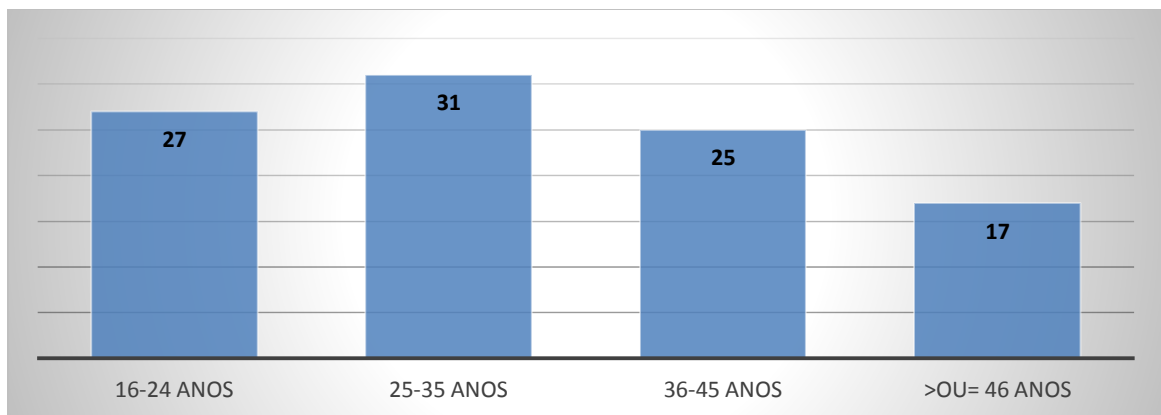


Fig.2 idade

Dos indivíduos da amostra, vinte e sete indivíduos com um peso de vinte e sete por cento tem idade compreendida entre dezasseis e vinte e quatro anos de idade, trinta e um indivíduos com um peso de trinta e um por cento pertencem a faixa etária de vinte e cinco á trinta e cinco anos de idade, vinte e cinco indivíduos com um peso de vinte e cinco por cento pertencem a faixa etária entre os trinta e seis anos a quarenta e cinco anos de idade e por fim dezassete dos indivíduos que tem um peso de dezassete por cento têm quarenta e seis ou mais anos de idade.

Estado Civil.

Dos cem entrevistados, setenta e dois indivíduos que têm um peso de setenta e dois por cento são solteiros, dezasseis indivíduos com um peso de dezasseis por cento são casados, nove indivíduos com um peso de nove por cento vivem em união de fato e por fim três indivíduos que tem um peso de três por cento têm outro estado civil.

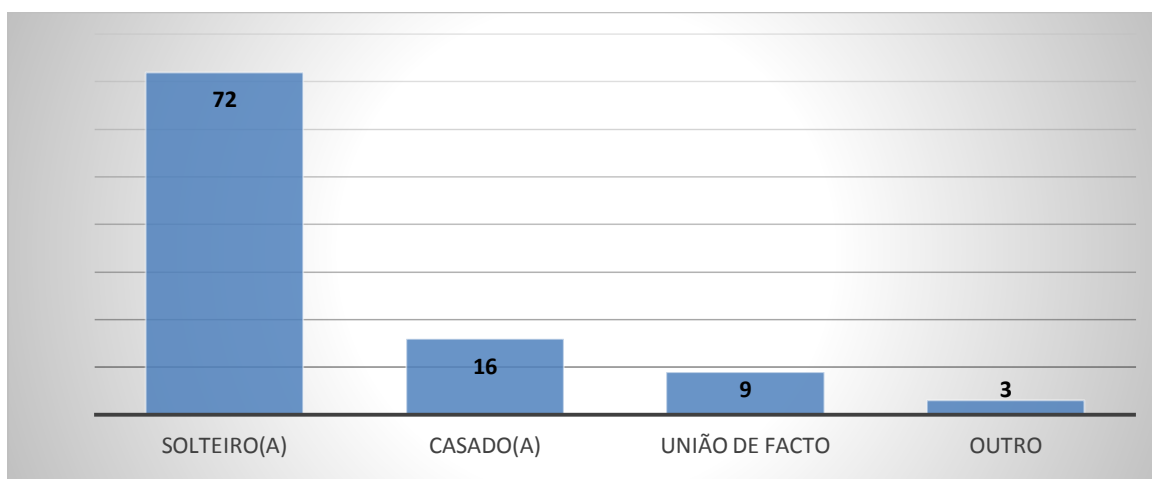


Fig.3 estado civil

Dos cem indivíduos entrevistados que responderam o questionário, vinte e oito indivíduos que tem um peso de vinte e oito por cento têm o Ensino Básico Integrado, quarenta e nove indivíduos que tem um peso de quarenta e nove por cento tem como habilitações literárias o ensino secundário, enquanto vinte e dois indivíduos com um peso de vinte e dois por cento têm o ensino superior e por ultimo um individuo como um peso de um por cento tem como habilitação literária outro.

Habilitações Literárias.

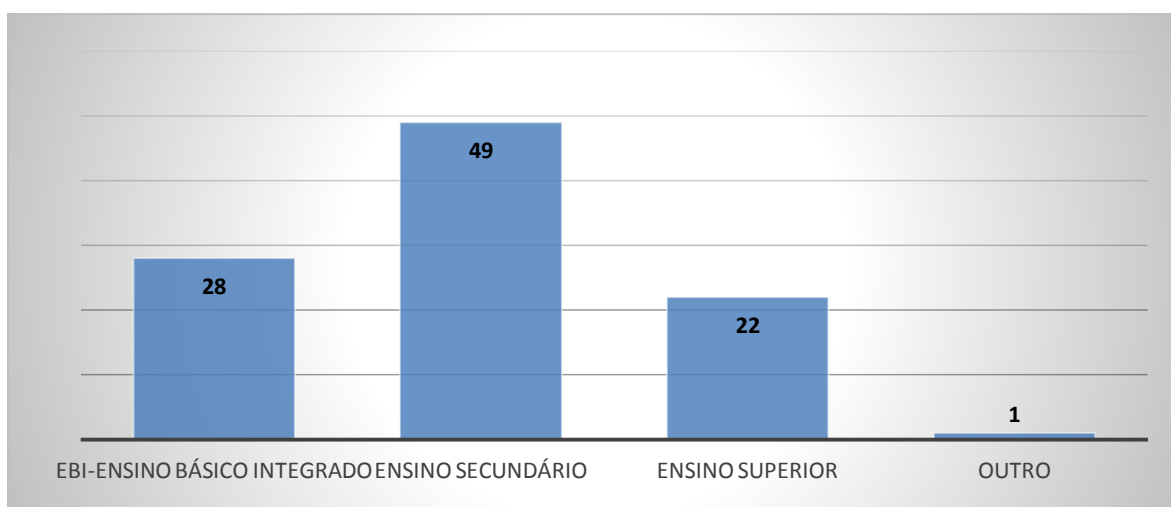


Fig.4-Habilitações Literárias.

Residências

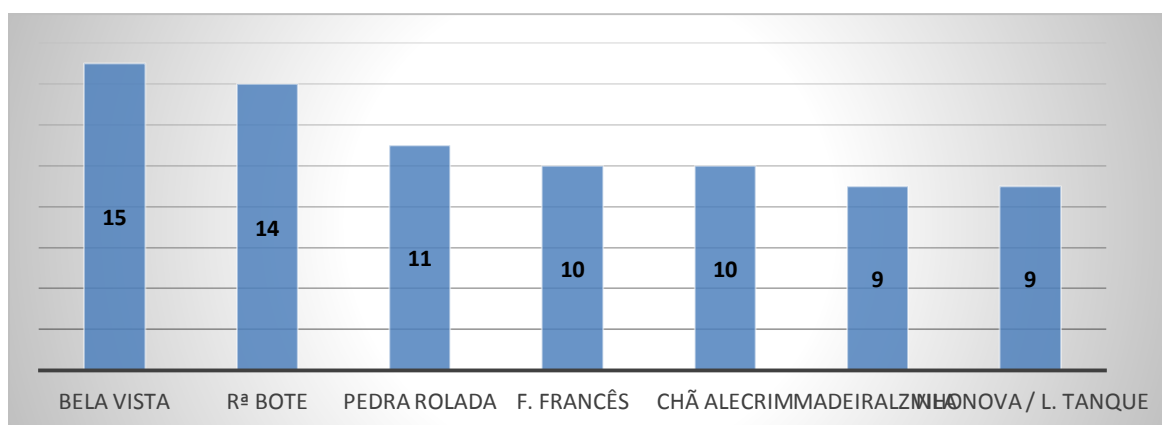


Fig.5-Residências.

Dos cem indivíduos entrevistados que responderam o questionário, quinze pessoas, com um peso de quinze por cento residem na zona de Bela Vista, catorze pessoas com um peso de catorze por cento da amostra residem na zona de Ribeira Bote, onze pessoas da amostra com um peso de onze por cento residem na zona de Pedra Rolada, dez pessoas da amostra com um peso de dez por cento residem nas zonas de Fonte Francês e de Chã de Alecrim respectivamente, nove pessoas que responderam o questionário com um peso de nove por cento da amostra residem nas zonas de Madeiralzinho e Lombo Tanque/V. Nova respectivamente, oito pessoas da amostra com um peso de oito por cento da amostra residem na zona de Ribeirinha, quatro pessoas que responderam o questionário que tem um peso de quatro por cento residem na zona de Monte Sossego, três pessoas que responderam o questionário com um peso de três por cento reside na zona de Ribeira de Craquinha/Fernando Pó, duas pessoas que responderam o questionário que tem um peso de dois por cento da amostra residem nas zonas de Fonte Inês, Cruz/Espia e Fonte Filipe respectivamente e por ultimo uma pessoa que respondeu o questionário que tem um peso de um por cento mora no Centro da Cidade.

Alguma vez foi ou não vítima da violência urbana?

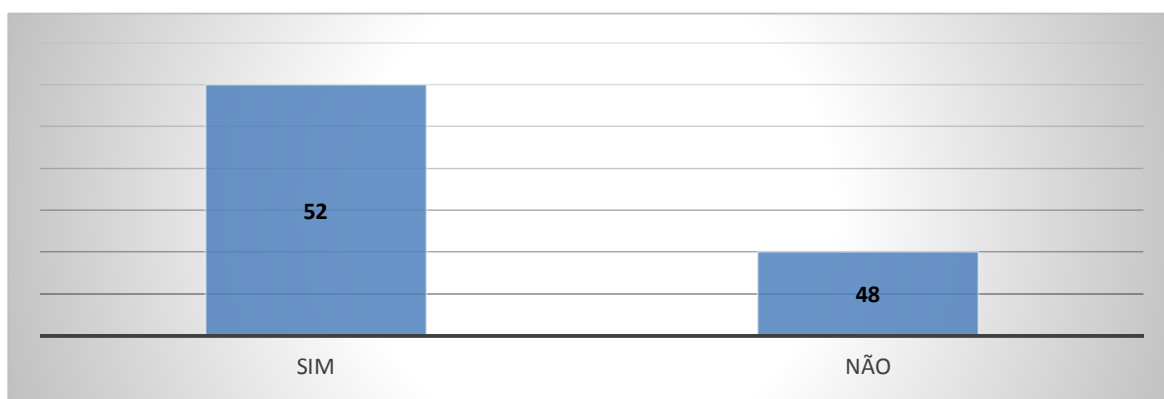


Fig.6 - Alguma vez foi ou não vítima da violência urbana.

Dos cem indivíduos que responderam o questionário, cinquenta e dois com um peso percentual de cinquenta e dois por cento afirmam que já foram vítimas da violência urbana enquanto quarenta e oito pessoas que tem um peso de quarenta e oito por cento afirmam que nunca foram vítimas da violência urbana.

Dos cem inquiridos que responderam o questionário, sessenta pessoas com um peso de sessenta por cento afirmam que já foram assaltadas uma vez, vinte e três pessoas com um peso de vinte e três por cento responderam que já foram assaltadas duas vezes e por último dezassete pessoas com um peso de dezassete por cento responderam que já foram assaltadas duas ou mais vezes.

Quantas vezes já foi vítima de violência urbana?

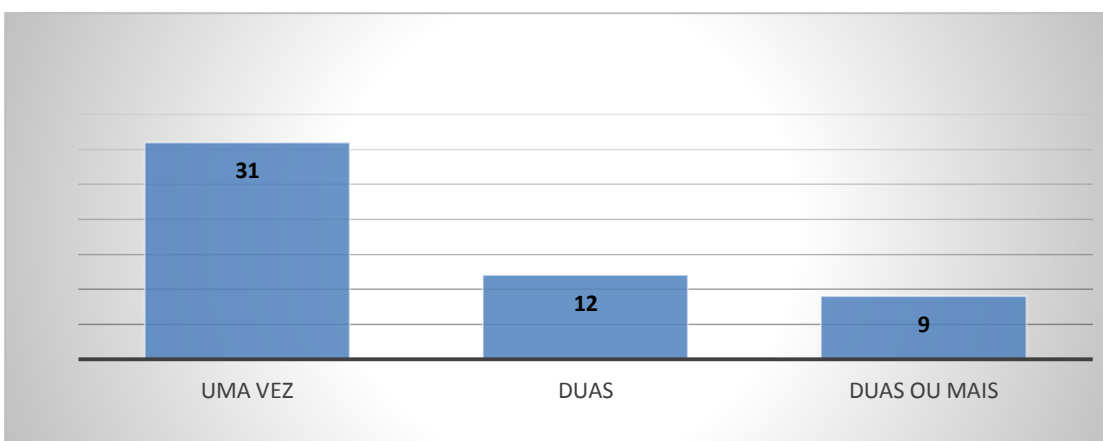


Fig.7 Quantas vezes já foi vítima de violência urbana

Das cinquenta e duas pessoas que afirmaram já serem vítimas da violência e criminalidade urbana, vinte e oito pessoas com um peso de cinquenta e quatro por cento afirmam que foram vítimas de assalto, enquanto quatro pessoas que tem um peso de oito por cento responderam que foram vítimas de roubo, dezanove inquiridos com um peso de trinta e seis por cento

responderam que foram agredidos fisicamente e por ultimo uma pessoa com um peso de dois por cento respondeu que foi vítima de agressão verbal.

Que tipo de violência já foi vítima?

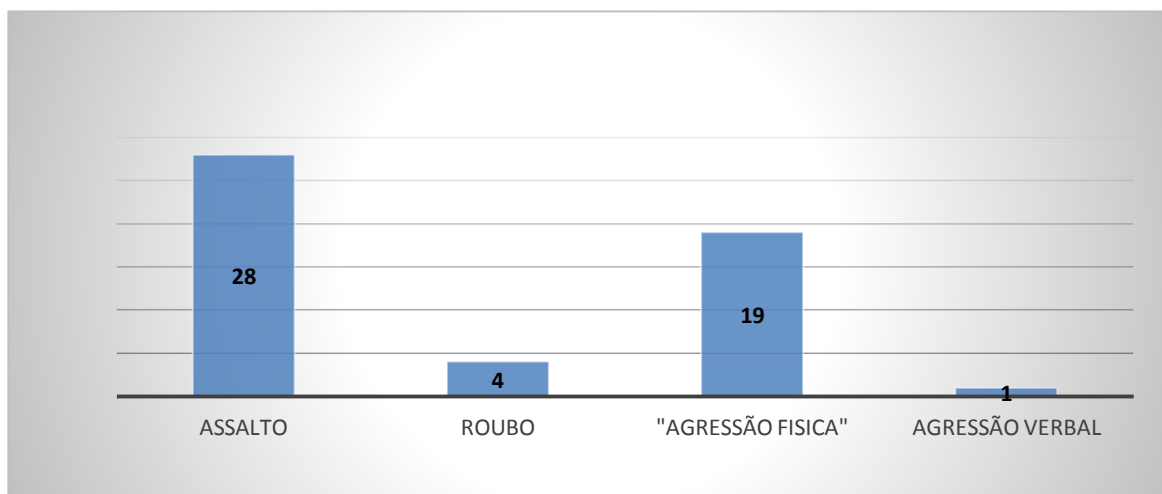


Fig.8 Que tipo de violência já foi vítima.

Perguntado aos inquiridos se esse fenómeno tem aumentado, sessenta e nove pessoas com um peso de sessenta e nove por cento responderam que sim, enquanto vinte e oito pessoas com um peso percentual de vinte e oito por cento responderam que não e três pessoas com um peso percentual de três por cento não sabem.

Achas que esse fenómeno tem ou não aumentado nos últimos anos?

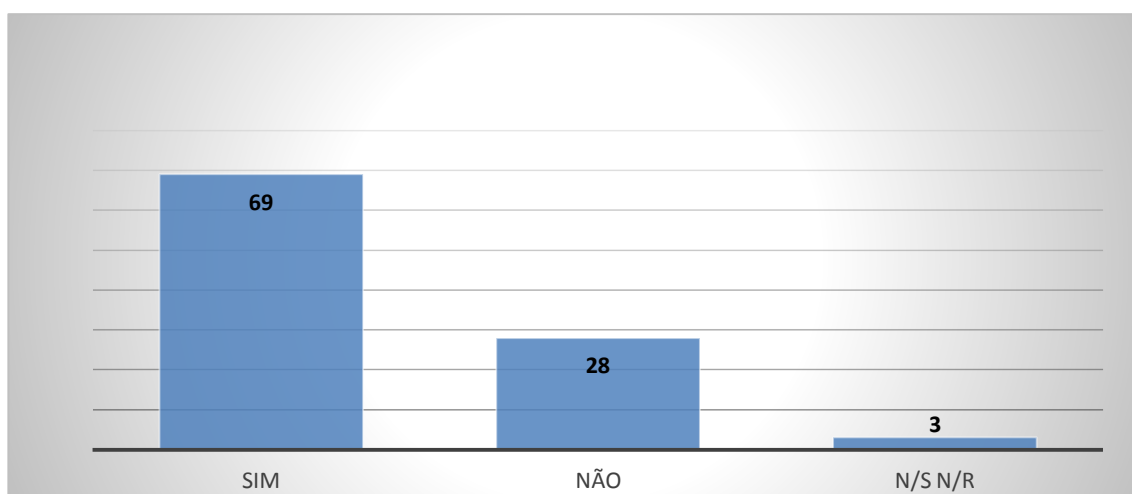


Fig.9-Achas que esse fenómeno tem ou não aumentado nos últimos anos.

Perguntado aos inquiridos quem comete o maior número de crimes, doze pessoas com um peso de doze por cento afirmam que são os adolescentes, oitenta e seis pessoas com um peso

de oitenta e seis por cento responderam que são os jovens, uma pessoa com um peso de um por cento respondeu que são os adultos e por último uma pessoa não respondeu.

Na sua opinião quem comete maior número de crimes?

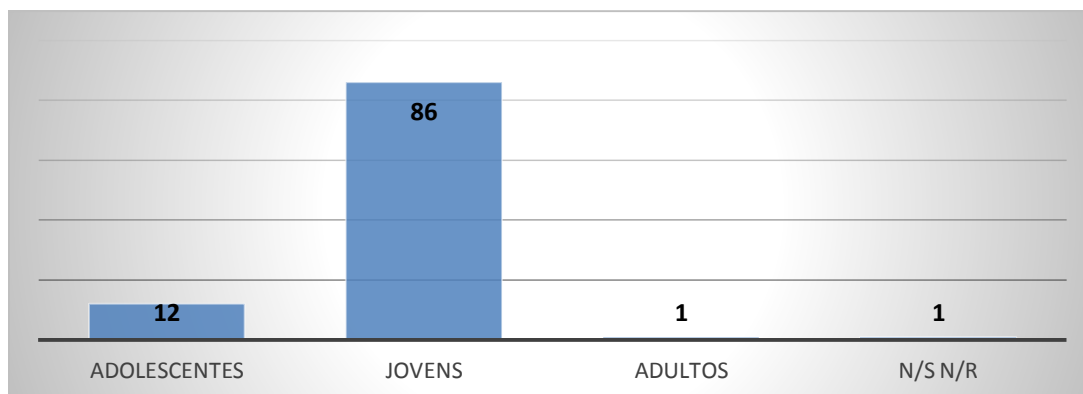


Fig.10- Na sua opinião quem comete maior número de crimes.

Em relação ao género quem comete mais crime na sociedade mindelense?

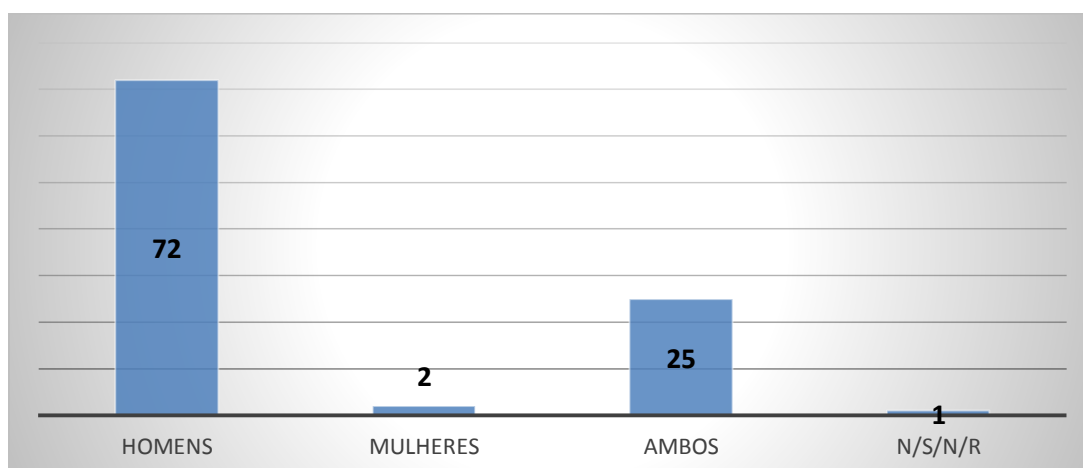


Fig.11- Em relação ao género quem comete mais crime na sociedade mindelense.

Dos cem inquiridos que responderam o questionário, setenta e dois com um peso de setenta e dois por cento responderam que são os Homens quem comete maior número de crimes, duas pessoas com um peso de dois por cento responderam que são as Mulheres, vinte e cinco pessoas com um peso de vinte e cinco por cento responderam que são ambos e por ultimo uma pessoa não sabe ou não respondeu.

Rapazes e raparigas socializam-se de modos diferentes. Mesmo que esta visão seja o reflexo de estereótipos, não deixa de ser verdade e aí esta a resposta concreta, a razão por que há uma grande disparidade de crimes perpetrados por homens. Os rapazes estão mais frequentemente reforçado nas suas atitudes e comportamentos viris mesmo agressivos, enquanto as atitudes e comportamentos de submissão serão mais valorizados nas raparigas.

A socialização é portanto sexuada, com efeitos muito importante nos planos sociais, profissional e familiar. Com efeito, verifica-se uma proporção muito mais elevada de rapazes entre os delinquentes.

A mulher é o agente da estabilidade social, enquanto o homem é considerado como aquele que deve correr riscos, Além disso, a conformidade com os papéis estereotipados é mais fácil para as mulheres do que para os homens.

O que leva o surgimento da violência e da criminalidade na nossa sociedade?

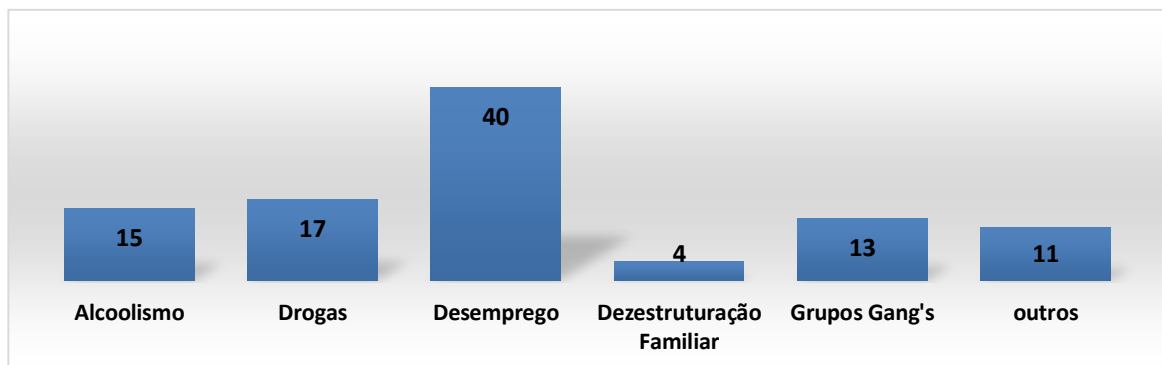


Fig.12- O que leva o surgimento da violência e da criminalidade na nossa sociedade.

Dos cem inquiridos que responderam o questionário, quinze pessoas com um peso de quinze por cento afirmam que o alcoolismo é responsável pelo surgimento da violência na nossa sociedade, dezassete pessoas com um peso de dezassete por cento responderam que a droga é o responsável, quarenta inquiridos com um peso de quarenta por cento responderam que é o desemprego o responsável pelo surgimento da violência na nossa sociedade, quatro pessoas com um peso de quatro por cento responderam que a desestruturação da família é a causa do surgimento da violência na nossa sociedade, treze inquiridos com um peso de treze por cento afirmam que os grupos de gangues são os responsáveis pelo surgimento da violência na nossa sociedade e por ultimo onze pessoas com um peso de onze por cento apontaram outras causas.

Sente-se seguro na sociedade mindelense?

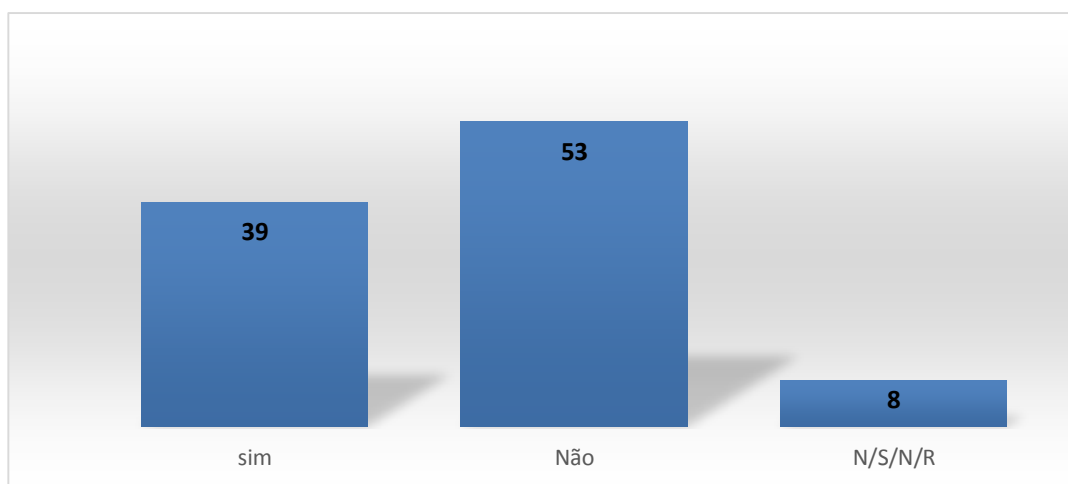


Fig.13- Sente-se seguro na sociedade mindelense.

Perguntado aos cem inquiridos se sentem seguro na sociedade Mindelense, trinta e nove pessoas com um peso de trinta e nove por cento responderam que sim, cinquenta e três pessoas com um peso de cinquenta e três por cento responderam que não e oito pessoas com um peso percentual de oito por cento não sabem ou não responderam.

Como avalia a intervenção da Policia Nacional no combate a violência e criminalidade urbana?

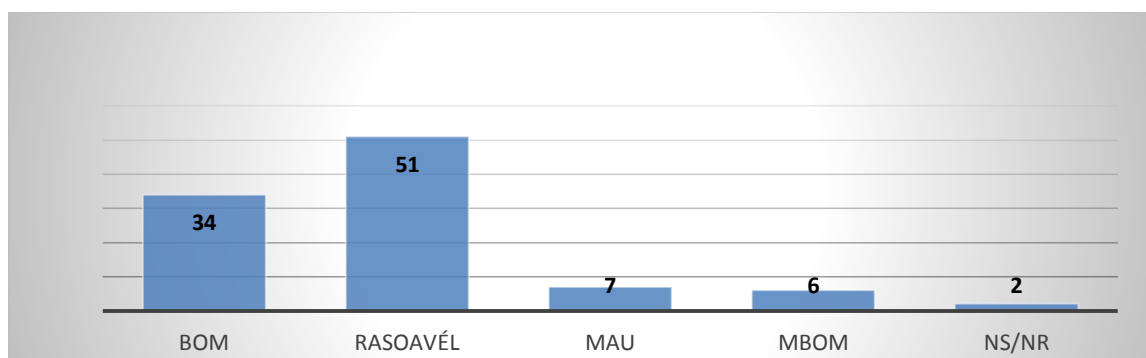


Fig.14- Como avalia a intervenção da Policia Nacional no combate a violência e criminalidade urbana.

Dos cem inquiridos que participaram no questionário, trinta e quatro pessoas com um peso percentual de trinta e quatro por cento avaliam de bom a intervenção da polícia, cinquenta e uma pessoas com um peso de cinquenta e um por cento avaliam de razoável a atuação da polícia, sete pessoas com um peso de sete por cento avaliam de mau, seis pessoas com um peso de seis por cento avaliam de muito bom e duas pessoas com um peso de dois por cento não responderam ou não sabem.

Para si quais as causas da violência e da criminalidade urbana?

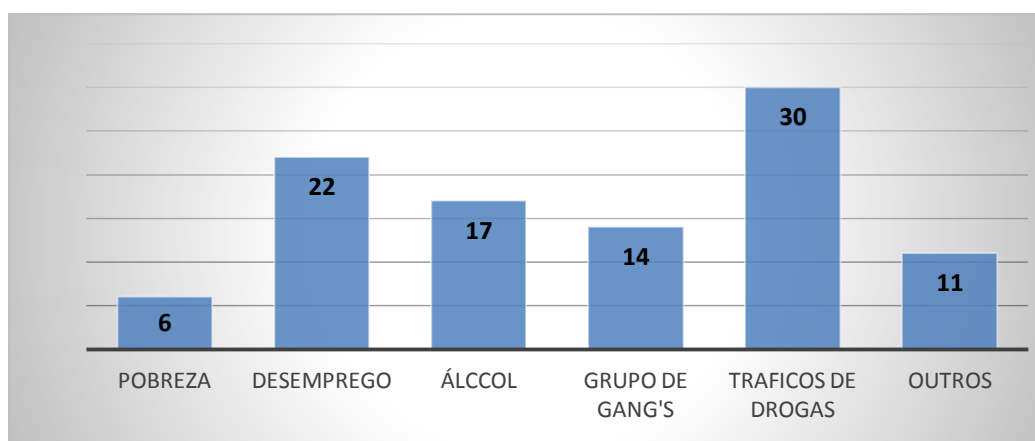


Fig.15- Para si quais as causas da violência e da criminalidade urbana.

Dos cem indivíduos da amostra, seis pessoas com um peso de seis por cento aponta a pobreza como uma das causas da criminalidade, vinte e duas pessoas com um peso de vinte e dois por cento apontam ao desemprego, dezassete pessoas com um peso de dezassete por cento apontam o álcool com uma das causas, catorze pessoas com um peso de catorze por cento apontam para os grupos de gangues como sendo umas das causas, trinta pessoas com um peso de trinta por cento apontam o tráfico de drogas como sendo uma das causas da criminalidade e por ultimo onze pessoas com um peso de onze por cento apontam outras causas.

Dos cem inquiridos que responderam o questionário, vinte e oito pessoas com um peso de vinte e oito por cento responderam por mais polícias, quarenta e sete pessoas com um peso de quarenta e sete por cento responderam por mais emprego, seis pessoas com um peso de seis por cento responderam por mais educação, cinco pessoas com um peso de cinco por cento responderam por mais formações profissionais, três pessoas com um peso de três por cento responderam por mais justiça e por ultimo onze pessoas com um peso de onze por cento apontaram outras medidas.

Indique três medidas a serem adotadas pelo governo para diminuir a violência e a criminalidade urbana?

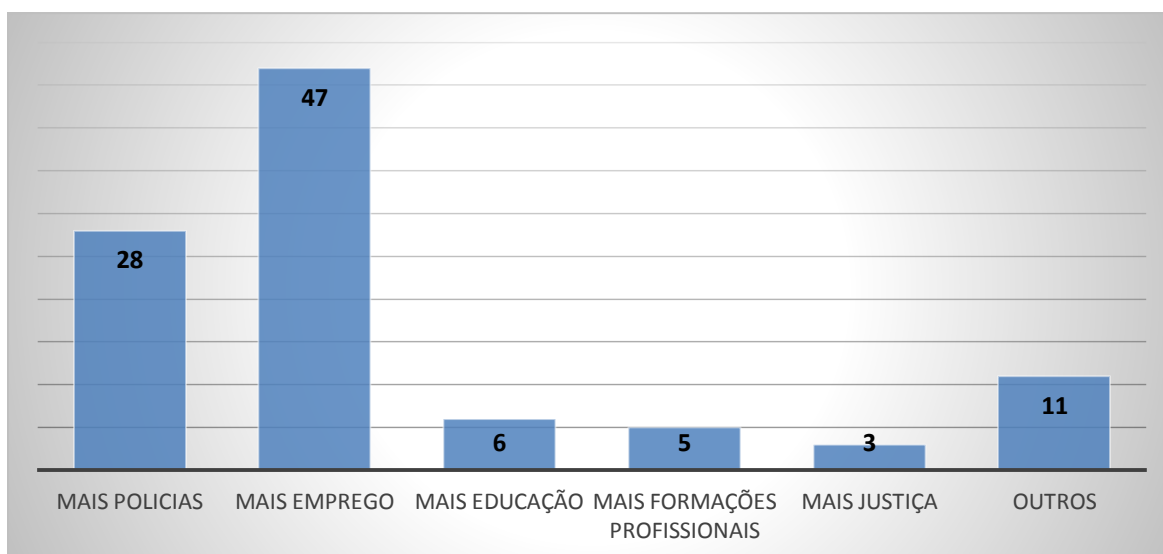


Fig.17- Indique três medidas a serem adotadas pelo governo para diminuir a violência e a criminalidade urbana.

Na sua opinião a Polícia Nacional esta preparada para combater a violência e a criminalidade urbana?

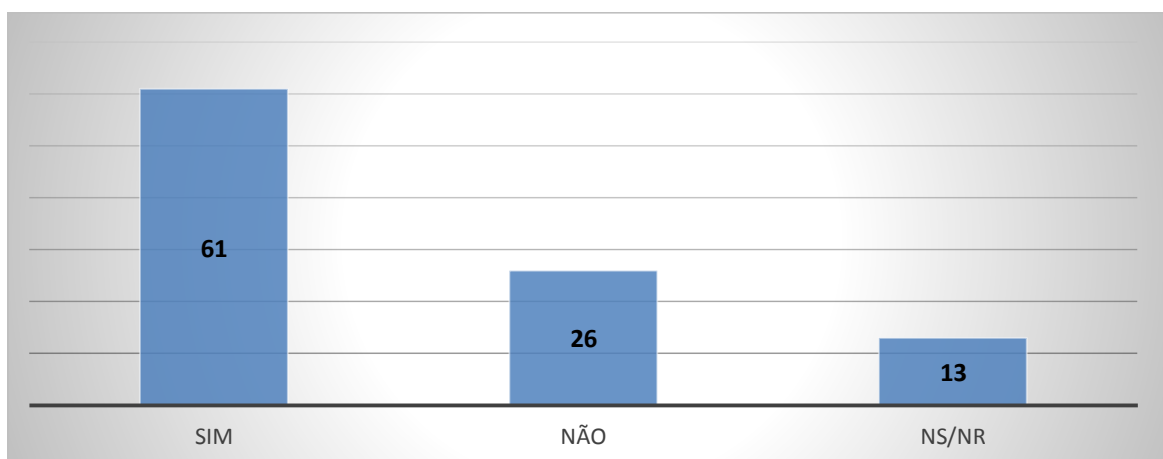


Fig.18 Na sua opinião a Polícia Nacional esta preparada para combater a violência e a criminalidade urbana.

Dos cem inquiridos da amostra, sessenta e uma pessoas com um peso de sessenta e um por cento da amostra afirmam que a polícia esta preparada para o combate a criminalidade, vinte e seis pessoas com um peso de vinte e seis por cento afirma que não estão e por ultimo treze pessoas com um peso de treze por cento não sabem ou não responderam.

Se sim ou Não, porquê?

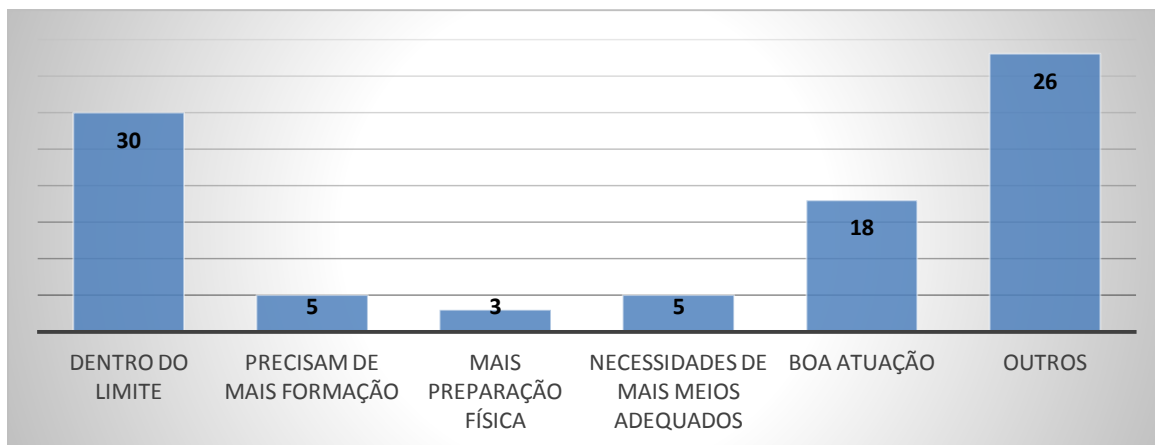


Fig.19- Se sim ou Não, porquê.

Das pessoas que responderam sim ou não, trinta indivíduos com um peso de trinta por cento acham que atuam dentro de limite, cinco pessoas com um peso de cinco por cento acham que as policias precisam de mais formações, três pessoas com um peso de três por cento acham que precisam de mais preparação física, cinco pessoas com um peso de cinco por cento acham que os policias precisam de mais meios adequados, dezoito pessoas da amostra que tem um peso de dezoito por cento acham que a policia faz uma boa atuação e por ultimo vinte e seis pessoas que per faz um peso de vinte e seis por cento apontam outras medidas.

Os meios disponíveis a Policia Nacional são ou não adequados ao combate a violência e a criminalidade urbana?

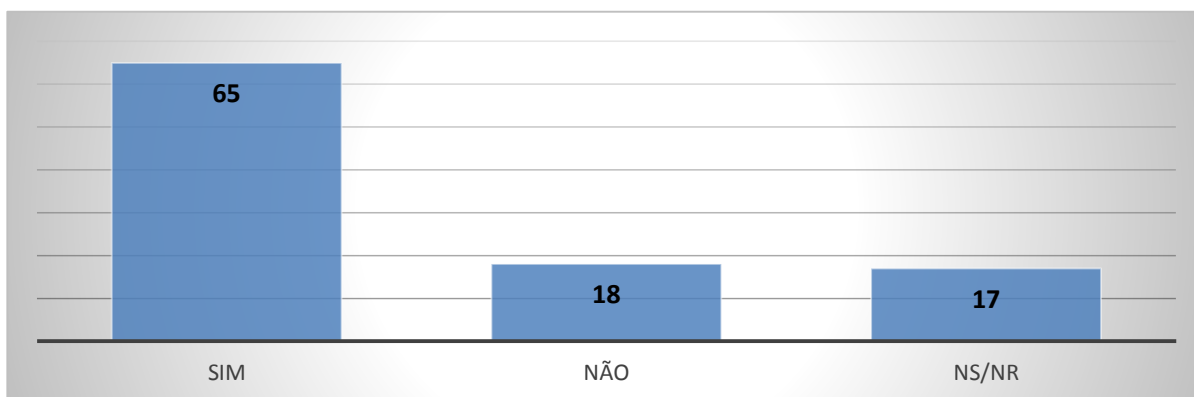


Fig.20 Os meios disponíveis a Policia Nacional são ou não adequados ao combate a violência e a criminalidade urbana.

Dos cem inquiridos da amostra que responderam o inquérito, sessenta e cinco que corresponde a sessenta e cinco por cento acham que os meios que estão a disposição da polícia são adequados, dezoito pessoas que corresponde a dezoito por cento da amostra acham que esses meios não são adequados e dezassete pessoas que corresponde a dezassete por cento não sabem ou não respondem.

Com que frequência a violência e a criminalidade urbana o preocupa?

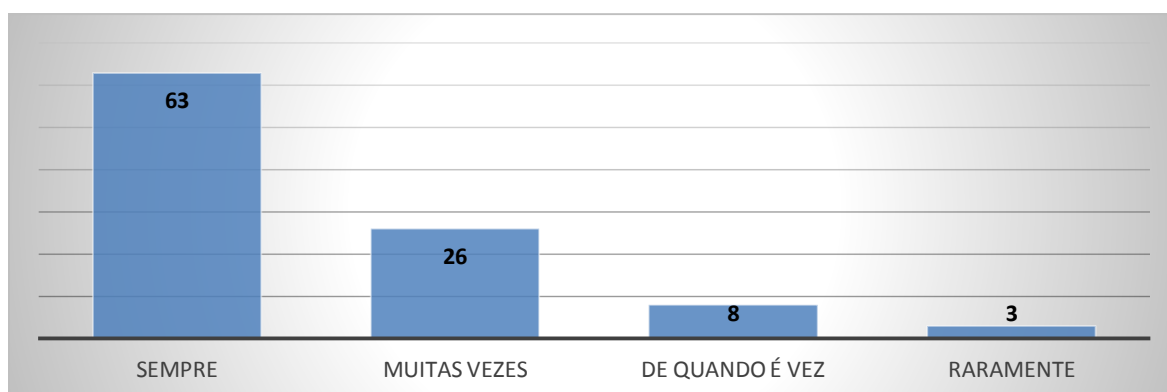


Fig.21- Com que frequência a violência e a criminalidade urbana o preocupa.

Dos cem indivíduos que responderam o questionário, sessenta e três pessoas que corresponde a sessenta e três por cento afirma que preocupam sempre com a questão de segurança urbana, vinte e seis pessoas que corresponde a vinte e seis por cento diz-se que preocupa muitas vezes, oito pessoas que corresponde a oito por cento da amostra diz-se que se preocupa de quando é vez e por ultimo três pessoas que corresponde a três por cento afirma que raramente preocupam com a questão de violência urbana.

Como se sente ao andar sozinho na rua?

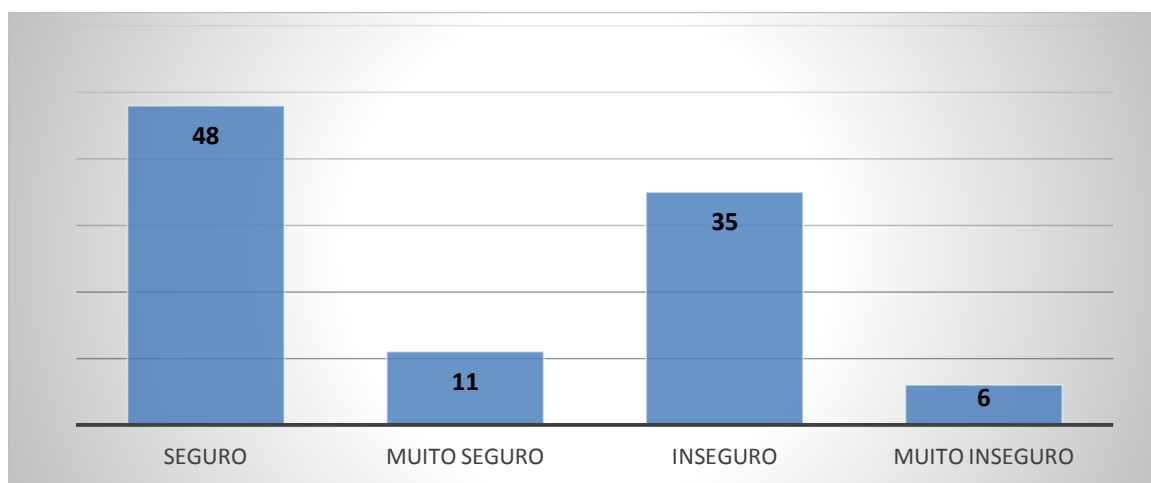


Fig.22 Como se sente ao andar sozinho na rua.

Das cem pessoas que fizeram parte da amostra, quarenta e oito delas que corresponde a quarenta e oito por cento da amostra sentem-se seguro nas ruas de Mindelo, onze pessoas que é equivalente a onze por cento da amostra sentem-se muito seguro nas ruas de Mindelo, trinta e cinco pessoas da mostra que corresponde a trinta e cinco por cento da amostra sentem-se inseguro nas ruas de Mindelo e por ultimo seis pessoas que corresponde a seis por cento da amostra afirmam sentirem muito inseguro nas ruas de Mindelo.

Para si o tráfico de drogas tem ou não influências no aumento da violência criminalidade urbana?

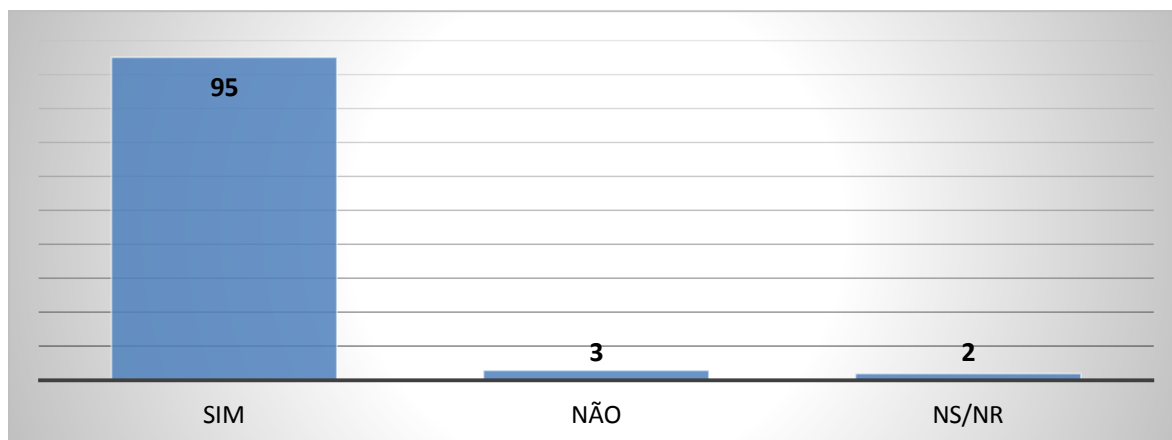


Fig.23- Para si o tráfico de drogas tem ou não influências no aumento da violência criminalidade urbana?

Das cem pessoas que fizeram parte da amostra noventa e cinco delas que corresponde a noventa e cinco por cento afirmam que o tráfico de drogas tem influências no aumento da criminalidade enquanto três pessoas que corresponde a três por cento da amostra acham que não e duas pessoas que é equivalente a dois por cento não sabem ou não responderam.

Na sua opinião quem os principais autores da violência e criminalidade urbana?

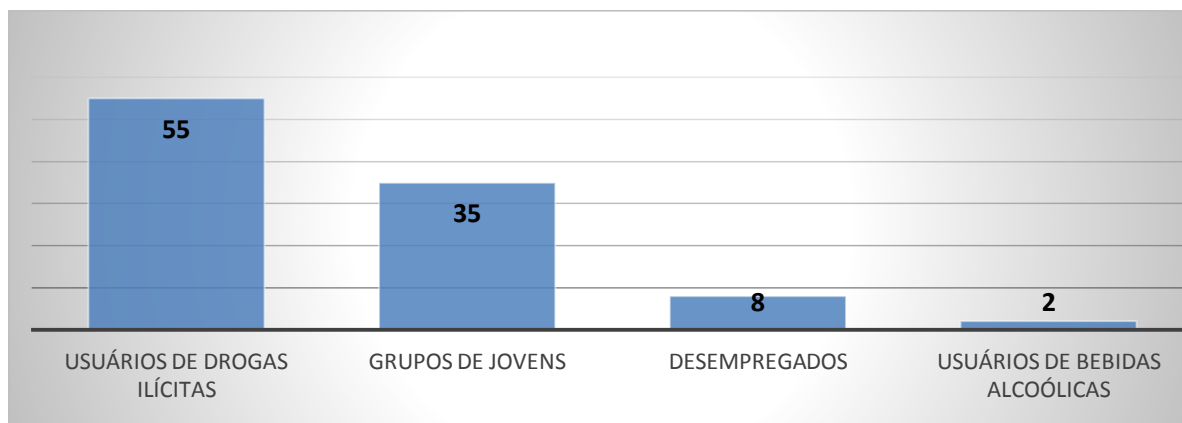


Fig.23- Na sua opinião quem os principais autores da violência e criminalidade urbana.

Dos inquiridos, cinquenta e cinco delas acham que os usuários de droga são os principais autores da violência, trinta e cinco pessoas que é equivalente a trinta e cinco por cento da amostra acham que são os grupos de jovens os principais autores da violência, oito pessoas da amostra que corresponde a oito por cento da amostra acham que são os desempregados os principais autores da violência e por último duas pessoas que é equivalente a dois por

cento da amostra acham que são os usuários de bebidas alcoólicas os principais autores da violência e criminalidade urbana.

Acha que a sociedade Mindelense é ou não violenta?

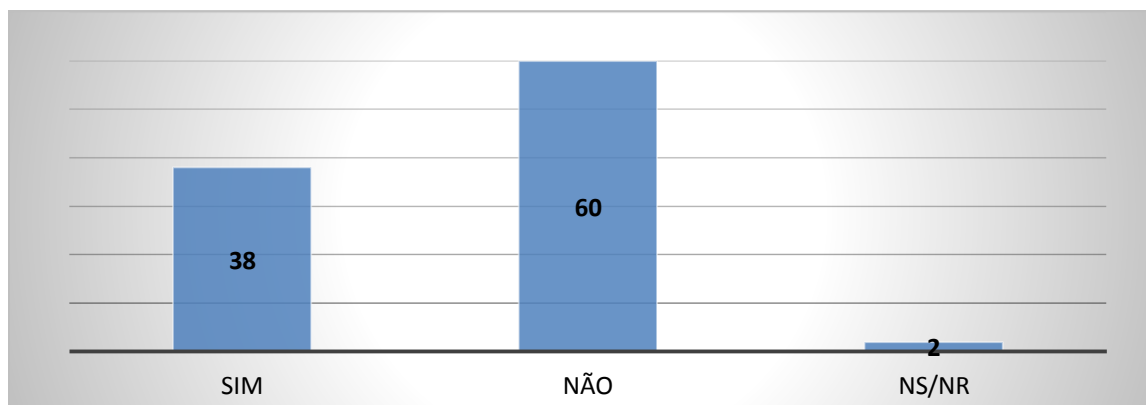


Fig.25- Acha que a sociedade Mindelense é ou não violenta.

Dos cem inquiridos e que responderam o questionário trinta e oito pessoas que corresponde a trinta e oito por cento da amostra acham que a sociedade Mindelense é violenta e sessenta pessoas que é equivalente a sessenta por cento da amostra acham que a sociedade Mindelense não é violenta e por último duas pessoas que é igual a dois por cento da amostra não sabem ou não responderam.

Qual a sua percepção sobre a violência na cidade do Mindelo em relação aos anos anteriores?

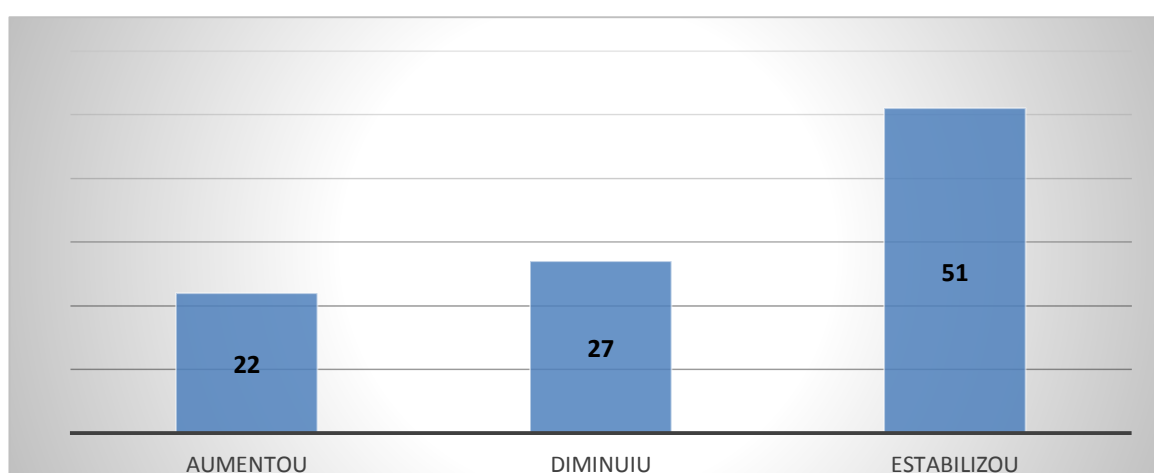


Fig.23- Qual a sua percepção sobre a violência na cidade do Mindelo em relação aos anos anteriores.

Das cem pessoas que participaram do inquérito, vinte e duas pessoas que corresponde a vinte e dois por cento responderam que a violência aumentou nos últimos anos, vinte e sete pessoas

que é equivalente a vinte e sete por cento da amostra responderam que a violência diminuiu nos últimos anos e por último cinquenta e uma pessoas que corresponde a cinquenta e um por cento responderam que a violência estabilizou nos últimos anos na cidade do Mindelo.

Em termos específicos, a sua zona de residência é ou não violenta?

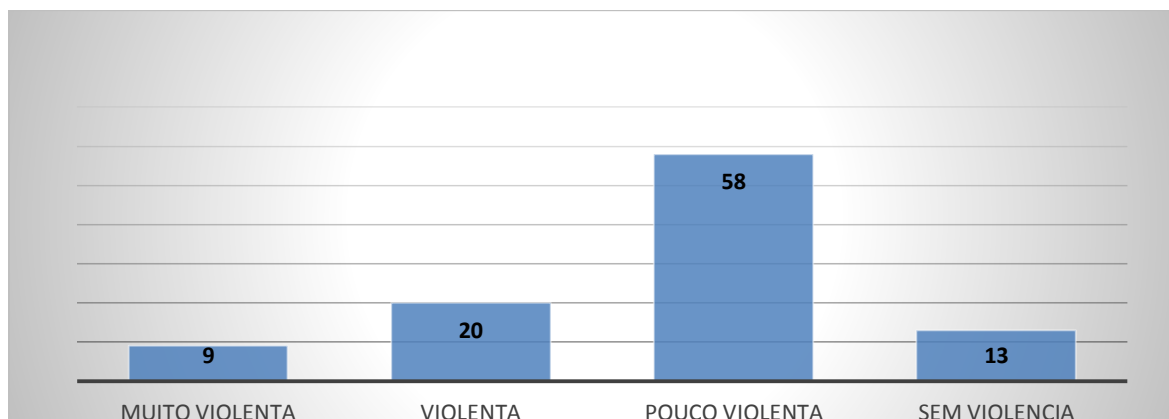


Fig.28- Em termos específicos, a sua zona de residência é ou não violenta

Dos cem inquiridos que responderam o inquérito, nove pessoas que é equivalente a nove por cento afirmam que a zona onde residem é muito violenta, vinte pessoas da amostra que é igual a vinte por cento da amostra afirmam que a zona onde habitam é violenta, cinquenta e oito pessoas que corresponde a cinquenta e oito por cento da amostra afirmam que a zona onde residem é pouco violenta, treze pessoas da amostra que corresponde a treze por cento da amostra afirmam que a zona onde residem não existe violência.

Na sua opinião os casos de violências que acontecem na sua zona, são cometidos por quem?

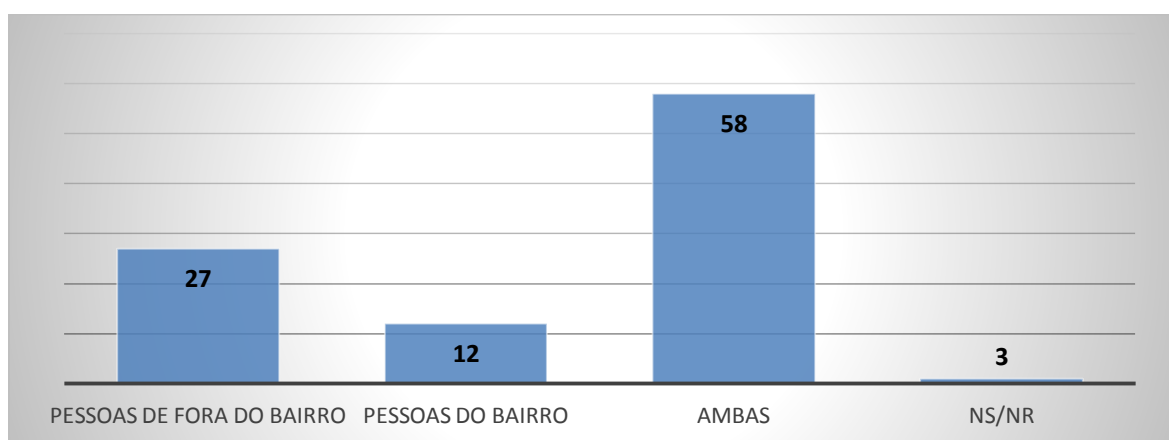


Fig.29- Na sua opinião os casos de violências que acontecem na sua zona, são cometidos por quem.

Dos cem inquiridos vinte e sete pessoas que corresponde a vinte e oito por cento da amostra afirmam que os casos de violência cometidos nas suas zonas são cometidos por pessoas que não residem na zona, doze pessoas da amostra que é equivalente a doze por cento afirmam que a violência praticada nas suas zonas são cometidos por pessoas que lá residem, cinquenta e oito pessoas da amostra que é igual a cinquenta e nove por cento afirmam que a violência praticada nas suas zonas são praticadas por pessoas da zona e também por pessoas que não pertencem zona e por ultimo três pessoa que corresponde a três por cento da amostra não sabe ou não respondeu.

8.1. O Crime de Homicídio

Para além dos crimes que foram referenciados no trabalho de terreno temos também o crime de homicídio que ocorre no centro urbano Mindelense .

O homicídio é um crime que significa haver tido um ato ou uma omissão, onde um indivíduo retira a vida de outra pessoa, de maneira culposa ou dolosa.

Deste modo, o homicídio doloso é o crime onde existe dolo, ou seja, é praticado com intenção de matar. Neste acaso, a pessoa tem plena consciência da consequência dos seus atos.

De igual modo, o homicídio culposo é o ato de causar a morte de uma pessoa sem ter a intenção de matar. Existe a culpa, porque o fato é que a pessoa morreu, mas não existe o dolo, a intencionalidade de matar. É o caso de homicídios por negligência.

Relativamente ao homicídio qualificado, é quando revela-se uma atitude especialmente censurável ou perversa do praticante. Pode ser quando o homicida tortura a sua vítima, aumentando o seu sofrimento.

Também pode ser considerado qualificado quando o motivo do homicídio está relacionado com a discriminação (racial, sexual ou religiosa). A premeditação de um homicídio também pode ser um fator que o classifica como qualificado. Por exemplo, uma pessoa que envenena outra poderá ser julgada por homicídio qualificado.

Os fatores que determinam o homicídio, como o motivo, meio, ou quando é feito para encobrir outro crime, são chamados de qualificadores. Se um homicídio tem dois

qualificadores, é considerado duplamente qualificado, se tem três qualificadores é triplamente qualificado.

No código penal cabo-verdiano o crime de homicídio esta qualificado da seguinte forma

Simple; quem matar outra pessoa será punido com pena de prisão de 10 a 16 anos. (artigo 122°).

Agravação em razão dos meios ou dos motivos- (artigo 123°)

Se o homicídio for cometido:

- a) Com emprego de veneno, tortura, asfixia, fogo, explosivo ou de outro meio insidioso ou que se traduza na prática de crime de perigo comum, ou, ainda, com outro ato de crueldade para fazer aumentar o sofrimento da vítima;
- b) À traição, ou mediante dissimulação ou outro meio ou recurso que torne difícil ou impossível a defesa por parte da vítima;
- c) Por avarice, pelo prazer de matar, para excitação ou para satisfação do instinto sexual, mediante paga ou recompensa ou sua promessa, ou por qualquer outro motivo fútil ou torpe;
- d) Com a finalidade de preparar, executar ou encobrir um outro crime, facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do agente de um crime;
- e) Por ódio racial, religioso ou político; a pena será de prisão de 15 a 25 anos.

Homicídio a pedido da vítima- (artigo 125°)

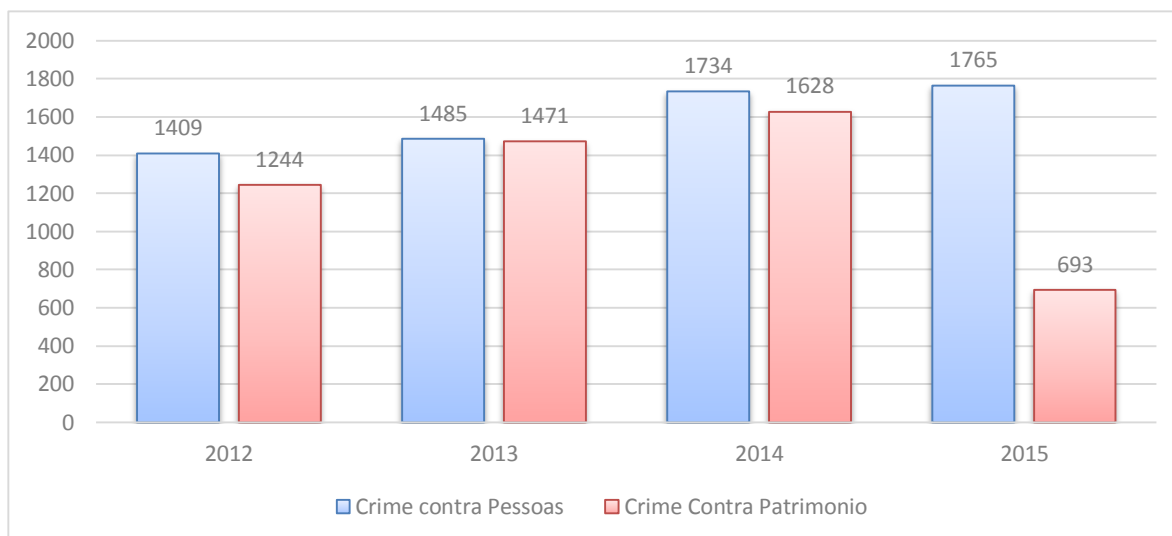
Quem matar outra pessoa determinado por pedido expresse, sério e instante que ela lhe tenha feito será punido com a pena de prisão de 6 meses a 4 anos.

Homicídio negligente- (artigo 126°)

1 - Quem, por negligência, matar outra pessoa será punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa de 100 a 300 dias.

2 - Se a morte for causada por negligência grosseira, a pena será de prisão de 1 a 5 anos. De acordo com os dados estatísticos da Policia Nacional (PN) dos anos de 2012 a 2015 a criminalidade em São Vicente teve um aumento expressivo em que os crimes contra as pessoas teve um maior aumento em relação aos crimes contra o património mas no ano de 2015 os crimes contra património teve uma redução muito acentuada.

8.2. Dados estáticos Sobre a Criminalidade em S.V (2012 á 2015).



Fonte- PN

No que tange aos crimes contra pessoas e património, relativamente aos anos de 2012 à 2015, podemos verificar que no ano de dois mil e doze (2012) a PN registou um total de mil quatrocentos e nove crimes contra as pessoas e um total de mil duzentos e quarenta e quatro crimes contra o património, no ano de dois mil e treze (2013) registaram mil quatrocentos e oitenta e cinco crimes contra as pessoas e mil quatrocentos e setenta e um crime contra o património já no ano de dois e catorze (2014) a PN registou mil setecentos e trinta e quatro crimes contra as pessoas e mil seiscentos e vinte e oito crimes contra o património e por ultimo no ano de dois mil e quinze (2015), registaram mil setecentos e sessenta e cinco crimes contra as pessoas e seiscentos e noventa e três crimes contra o património.

As estatísticas criminais produzidas pela PN, com dados provenientes das denúncias de crime e da própria atividade da mesma, constituem apenas uma percentagem da criminalidade real e, por este motivo, elas estão limitadas em termos de representatividade. Essa limitação deve-se ao facto de nem todos os crimes praticados chegarem ao conhecimento da Polícia.

9. Resumo das Entrevistas.

Todos os entrevistados falaram das respetivas leis que abarcam o fenómeno dos menores no mundo do crime e como também as medidas tutelares socioeducativas, medidas essas que vai desde a menos á mais gravosa medida de proteção, ou seja, desde a admoestação a

internamento em centro socioeducativo. Mas também referem ao papel fundamental da família, das igrejas e da sociedade na educação dos menores.

Os entrevistados estão de acordo que a economia é afetada pela criminalidade, referem que nenhum país com uma taxa de criminalidade alta consegue ter uma economia equilibrada.

Ambos são de acordo que o tráfico de drogas é o principal causador da criminalidade na sociedade. E que a maioria das pessoas que cometem crimes na maioria das vezes estão sob efeito de drogas tanto lícitas como ilícitas.

Todos estão de acordo que a legislação cabo-verdiana é uma legislação moderna e é suficiente para penalizar os agentes do crime. Mas alertam que não basta criar leis penais, aumentar a moldura penal de determinados crimes, o número de efetivos da Polícia Nacional, magistrados, polícia de investigação para sem meios se concluir que estão criadas as condições para combater a criminalidade.

Referem-se que a sociedade Mindelense está sujeita a uma pequena criminalidade que afeta o dia-a-dia das pessoas e está associada aos crimes contra a vida e contra a integridade física, a liberdade das pessoas e contra o património. Por ser mais visível, a tendência é achar que é ela que causa mais danos a nossa sociedade, embora diretamente afeta mais as pessoas em particular do que o próprio Estado.

A maioria dos entrevistados afirmam que nunca foram alvos de ameaças ou agressões na efetividade das suas funções.

Os entrevistados apontam como principais causas da violência na sociedade Mindelense a desestruturação das famílias, as desigualdades sociais, o uso e tráfico de drogas e a falta de políticas sociais.

Todos reconhecem que devido a profissão que desempenham o risco é naturalmente elevado e em muitos momentos sentem-se inseguros. Mas em relação a vida familiar sentem-se seguros.

Todos os entrevistados dizem que a sociedade Mindelense reconhece o trabalho por eles realizados em prol da mesma. Mas também criticam os sucessivos governantes que não tem dado o reconhecimento apropriado a Instituição Justiça enquanto pilar de um Estado de direito democrático.

Todos defendem que o aumento das penas de prisão não terá qualquer consequência ao nível da redução da criminalidade. Defendem sim uma punição mais afetiva do que uma simples ameaça de punição. As suspensões de penas geram uma certa impunidade.

Reconhecem que os investimentos feitos na área de segurança tem-se revelado insuficientes. Mas também afirmam que o Estado tem-se feito muito nos últimos anos, mas ainda é preciso fazer-se muito mais porque as pessoas vão adaptando-se aos métodos policiais.

Todos defendem que o investimento na educação é a condição essencial para ter uma sociedade ciente dos seus direitos e deveres. Também defendem mais investimentos no sector da justiça, pois, está é um dos sectores fundamentais para a subsistência do Estado de direito democrático.

Os interlocutores defendem que a sociedade Mindelense não é uma sociedade violenta, não obstante, algumas situações isolada que acontece de vez enquanto no seio dos jovens fomentados pelo uso de drogas e rixas entre grupos.

Todos apelam para uma maior união das famílias, preservação de alguns valores que tem-se perdido com a evolução das gerações, mais respeito ao próximo, tolerância, respeito pelos pais, entre outros. É imprescindível que a família enquanto núcleo essencial da sociedade esteja coesa e ciente dos seus direitos e deveres e por ultimo apelam que contactem a policia sempre, quando há um crime a acontecer ou na eminencia de acontecer.

CAPITULO III.

10. Considerações Finais.

A criminalidade e a violência urbana que se tem vivenciado nos últimos tempos em Cabo Verde, em particular nos grandes centros urbanos, Praia e Mindelo, põe á prova os entendimentos nem sempre concordantes, sobre essa matéria que hoje exige de cada um de nós (coletivo e/ou individual) um contributo participativo, através da assunção das responsabilidades enquanto cidadão.

A situação requer uma investigação profunda por parte dos especialistas em desenvolvimento humano e social, sendo-lhes permitido um papel de destaque mais expressivo na dinâmica atual do desenvolvimento do país.

A sociedade afirma que “*a prevenção e o combate a violência urbana são da exclusividade do Estado*”. Do ponto de vista político, essa percepção considerando a complexidade atual da criminalidade, põe em causa a capacidade das instituições estatais para defender os seus cidadãos e por conseguinte, a própria base do pacto social e promessa do Estado. Mas essa percepção, no sentido restrito mostra uma fragilidade geral latente por quanto a geração e o desenvolvimento de valores determinantes para a paz. A ordem e a tranquilidade social, enquanto bens comuns, é um processo partilhado e cuja construção depende também da envolvimento de instituições como a família, a igreja, as associações comunitárias, de entre outras.

Sebastian Roché (1964),” *o aumento da violência que se conhece desde o após-guerra não é imputável a uma categoria específica de indivíduos, mas a uma generalização dos comportamentos agressivos nas diferentes camadas sociais*”.

Esse mesmo autor afirma que observações revelaram, que bons alunos fora do recinto escolar, praticam a extorsão e roubo, com uso da violência e esses referidos atos são do conhecimento dos seus pais e encarregados de educação.

Muitos autores afirmam que a violência está enraizada nas relações sociais e não podendo ser considerada apenas como uma força exterior se impondo nos indivíduos e as coletividades, acredita-se também que o antídoto á sua construção pode ser encontrada no

seio da mesma. A assunção de sentimento de insegurança e aumento da violência expresso pela sociedade civil cabo-verdiana não se afigura tarefa fácil.

Até porque, não existe consenso entre os críticos dos fenómenos recentes sobre a questão do aumento da criminalidade, considerando se “a nossa sociedade é ou não violenta”.

O crime pode ser praticado tanto por homens como por mulheres, embora o estudo demonstra que o homem é quem pratica maior número de crimes na sociedade mindelense e esse comportamento está associado a fatores da própria personalidade, como os transtornos de personalidades antissociais e está ligado também ao consumo de outras drogas lícitas e ilícitas. Esse grupo social tem características comuns e normalmente são pessoas com um baixo capital social e cultural, que levam um nível de vida a margem da pobreza.

Dados do presente estudos apontam que, as zonas com maiores índice populacionais, foram as com maiores taxas de criminalidade contra pessoas e também consideradas as mais problemáticas.

Uma maioria esmagadora dos entrevistados afirmam terem sido vítimas da violência urbana. Onde muitas relataram que já foram vítimas mais do que uma vez.

A criminalidade e violência urbana teve um aumento bastante preocupante na cidade do Mindelo em que os principais responsáveis por esse aumento foram os jovens que assumiram o papel de maiores infratores.

Com base na análise estática, o desemprego aparece como um dos principais motores da criminalidade urbana na sociedade mindelense. A maioria desses desempregados são jovens que abandonaram o sistema educativo e não têm ocupação, são de famílias com poucos recursos económicos e veem no crime o *modo operandi* para se sobreviverem.

A sociedade mindelense embora com uma taxa de criminalidade aceitável pela sua densidade populacional não é uma sociedade violenta.

A população mindelense avalia a atuação policial de bom embora os mesmos reivindicam mais meios humanos e materiais para uma maior e eficaz atuação no combate a criminalidade e violência urbana. Investir na polícia é investir na qualidade de vida, procurando a paz social, não almejada no policiamento tradicional que só se preocupa em combater o crime.

O fenómeno da criminalidade e violência urbana é uma preocupação da sociedade mindelense, muitos afirmam que andam nas ruas com algumas precauções para não serem mais uma vítima desse fenómeno.

O tráfico de drogas também aparece como um dos principais fatores da criminalidade e violência urbana e por conseguinte os usuários de droga são os que mais praticam crimes na sociedade para poderem satisfazerem o vício.

Muito se tem afirmado que, "a criminalidade resulta da pobreza e desigualdade social", o certo é que ela existe em todas as camadas sociais. Nas classes médias e altas é, normalmente cometido através de fraudes, contudo, atualmente os jovens desta camada social também estão a cometer assaltos e outras formas de violência e criminalidade, pois a mensagem que estão a passar é que ser delinquente (bandido, violento, etc.) é ser herói ou vítima.

11. Recomendações

- Uma forte aposta na criação de empregos principalmente nas camadas mais jovens e formações profissionais nas áreas de maior empregabilidade. Criar meios socioeconómicos que possam dar as famílias formas de criarem os seus próprios rendimentos para não ficarem dependentes do Estado;
- Melhorar as condições educacionais e os programas educativos para que possam criar interesses nos jovens de forma a diminuir o insucesso e o abandono escolar. Promoverem a cultura de cidadania e de inclusão social virada para a sociedade;
- Melhorar as condições habitacionais, as estradas que dão acesso as localidades, uma melhoria significativa na iluminação pública na cidade;
- Disponibilizar aos agentes da justiça melhores condições de trabalho, mais meios humanos e materiais para que possam sentir-se motivados no combate a criminalidade e violência urbana e também maior celeridade na resolução dos processos criminais;
- Acabar com o sentimento de impunidade, porque muitas pessoas cometem crimes são julgados e as penas são suspensas e isso gera algum desconforto tanto nos agentes da justiça com também no seio da sociedade;
- Criar políticas de reinserção social que vão de encontro a aqueles que se encontrem ou sentem-se marginalizados pela sociedade;
- Dar um forte combate ao alcoolismo como também as drogas que são os principais impulsores da violência e criminalidade urbana.

12. Bibliografia:

Amaro, F.-Introdução a Sociologia da Família-Universidade Técnica de Lisboa, Inst. Superior de Ciências Sociais e Políticas,2006

Bordonaro, L. (2010). “Semântica da violência juvenil e repressão policial em Cabo Verde”. Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania), nº 30, pp. 169-190.

Bordonaro, L.; Lima, R.W. (2011). “A gestão das crianças em situação de rua e o surgimento do ‘estado serviço social’ em Cabo Verde”, em V. Müller (Org.), Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos. Maringá: Eduem, pp.107-138.

Bordonaro, L. (2012a). “Tolerância Zero Crioula: Cabo Verde”, em J.M. Pureza, S. Roque e K. Cardoso (Orgs.). Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, pp. 83-106.

Cardoso, K. (2012). “Thugs e violências: mitos, riscos e omissões”, em J.M. Pureza, S. Roque e K. Cardoso (Orgs.). Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, pp. 18-56.

Cardoso, K. (2009). O que há de global na violência coletiva juvenil na Cidade da Praia? Algumas pistas iniciais de reflexão. Revista de estudo Cabo-verdianos, no2.

Centros de Estudos Judiciários, Jornadas de Direito Penal Revisão do Código Penal, alterações no Sistema Sancionatório e parte Especial – volume II

Dias, I. (2004). Violência na Família. Uma Abordagem Sociológica: Biblioteca Das Ciências Sociais, Porto: Edições Afrontamento.

Fernandes, R. C. (2006). A importância das Estatísticas Criminais para a Prevenção e Investigação da Criminalidade.

Furtado, C. Pinheiro, A. Almeida, H. (2011). Estudo sobre a relação da organização do espaço urbano e a violência urbana em Cabo Verde. Praia: MAHOT.

Giddens, A. (2013) -Sociologia-9ª Edição Lisboa: revista e atualizada, Fundação Calouste Gulbenkian.

Giddens, A. (2004).Sociologia (4ª ed.).Lisboa: revista e atualizada, Fundação Calouste Gulbenkian.

Lima, R.W. (2010). “Thugs: vítimas e/ou agentes da violência?”. Revista Direito e Cidadania (Edição Especial – Política Social e Cidadania), nº 30, pp. 191-220.

Lima, R.W. (2012d). “Rappers cabo-verdianos e participação política juvenil”, em F. Marcon e L. Bordonaro (Orgs.), *Revista Tomo* (Dossiê: Juventudes, expressividades e poder em perspectivas cruzadas), nº 21, pp. 263-294.

Lima, R.W. (2012a) “A gestão da violência juvenil grupal e o surgimento do Estado Securitário em Cabo Verde”. II Jornadas de Reflexão do Dia Internacional da Família:

Lima, R.W. (2012b). “Delinquência juvenil coletiva na Cidade da Praia: uma abordagem diacrónica”, em J.M. Pureza, S. Roque e K. Cardoso (Orgs.).

Jovens e trajetórias de violências. Os casos de Bissau e da Praia. Coimbra: Almedina/CES, pp. 57-82.

Maria Leandro, E.- Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas – Universidade Aberta, 2001

Martins, F. (2013). Entre projeto e convivência. Ser jovem nas periferias pobres do Mindelo, Cabo Verde. Tese de Doutoramento – Antropologia. Lisboa: ISCTE-IUL.

M, M. Guedes Valente – Teoria Geral do Direito Policial, 3ª Edição-2012, Edição Almeida S.A.

Tavares, A. – A Problemática da Criminalidade em São Vicente. Breve reflexão sobre as Estatísticas Criminais, 2008-2012

Rebelo, J.- Violência e Criminalidade. Uma Perspetiva cabo-verdiana, 2015

Legislação Consultada:

Constituição da República de Cabo Verde, (2010). 2ª Revisão Ordinária, Assembleia Nacional, Praia, 4ª Edição.

Código Penal de Cabo Verde-Decreto Legislativo nr. 4/2003, de 18 de Novembro.

Código de Processo Penal de Cabo Verde – Decreto Legislativo nr. 2/2005, de 7 de Fevereiro.

Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade – Lei nr. 16/VII/2007, de 10 de Setembro.

13. Anexos

Anexo 1

a) Entrevista feita ao Meritíssimo Juiz

1- Qual a sua opinião sobre os menores no mundo do crime?

Creio que infelizmente, o crime não envolve apenas pessoas maiores de idade mas também os menores a quem o Direito Penal qualifica como sendo inimputáveis, O que não significa que estão isentos de reações, consequências criminais, na medida em que podem constituir objeto de sanções criminais tutelares educativas. Os menores se envolvem em crimes por motivos diversos: Desde logo, quando a instituição familiar deixa de funcionar adequadamente e os votem à respetiva sorte. Sem solução desenvencilham na vida acabando por praticar crimes de diminuta natureza como pequenos furtos, injúria, briga e dano; Por outro lado, a deficiência no ensino escolar desmotiva e acaba por levar a que os menores abandonem a escola e o ensino precocemente. De qualquer forma, são raros os casos de crimes perpetrados por menores;

2- Achas que a economia tem algo a ver com o aumento da criminalidade?

Não creio que a economia seja um facto essencial de aumento da criminalidade. Se é verdade que as justificações muitas vezes apresentadas durante os julgamentos vão no sentido de que o desemprego impura os jovem à prática de crimes, não menos verdade que nem sempre os crimes por exemplo contra património (roubo, furto) têm na sua lógica a satisfação de necessidades básicas como “matar a fome”, se não, para satisfação de vícios e luxúrias que não têm nada a ver com as necessidades básicas.

3- Qual é a relação que o tráfico de droga tem com a criminalidade?

A droga infelizmente, se tornou um drama, uma epidemia do nosso século. Ela contribui muito para a prática de crimes. A experiência que temos da prática judiciária é que a esmagadora maioria dos crimes de roubo, furto inclusive de homicídio foram perpetrados por indivíduos com auxílio ou sob efeito de droga.

4- A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente ou não no combate a criminalidade?

Claro que sim. A criminalidade não se combate apenas com feitura de leis mas sim o problema está na sua execução, portanto, a existência de legislação deixa de alcançar o fim para o qual foi projetada se falhar a sua execução e meios para se atingir os fins dela constante.

5- Que análise faz da criminalidade na nossa sociedade?

A verdade é que a criminalidade é um fenómeno com flutuações. O que significa que, consoante época (Ex: Festividades etc) assim a sua elevação ou diminuição. Mas, de qualquer forma apesar de tudo considero que a sociedade São-vicentina tem um nível de criminalidade razoável e não alarmante.

6- Alguma vez foi alvo de ameaças ou agressão devido as suas funções?

São ossos de ofício.

7- Para si quais são as principais causas da violência na sociedade mindelense?

Droga principalmente e perdas de valores como a urbanidade, compreensão e respeito pelas instituições e os respetivos membros.

8- Durante o desempenho das suas funções e na sua vida familiar tem-se sentido seguro ou não?

A questão da segurança é algo polémica, na medida em que poderá estar subjacente às instituições com tais tarefas que muitas vezes não as cumprem.

9- Sente-se que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?

Até certo ponto, sim. O certo é que os governos não têm educado os cidadãos para o valor da Instituição Justiça enquanto pilar de um Estado de Direito Democrático e isso leva a que o cidadão confunda em certas circunstâncias a Justiça e os seus membros – Magistrados- com a função política e aí “chove” crítica muitas vezes injustas e maldosas.

10- É a favor ou não do aumento das penas no combate a criminalidade?

A prática tem demonstrado que apesar do aumento da pena os crimes mais hediondos (como de homicídio, abuso e agressão sexual de crianças) não deixam de aumentar. Portanto, há que se investir em valores como a dignidade da pessoa humana, em instituições como o ensino e no capital humano como forma de prevenir a criminalidade.

11- Os investimentos do governo na área de segurança têm-se relevado suficiente ou não?

Infelizmente, a verdade é que apesar de muitos investimentos nessa matéria, é sempre necessário mais já que a sociedade não para de crescer e transmutar-se-

12- O recrutamento de mais profissionais para a área da Justiça revela ser mais viável do que o investimento na educação da sociedade?

Permita-me deixar aqui uma pergunta também ventilada por um Professor e Psiquiatra Brasileiro e autor Augusto Curry “O que é mais importante: A prevenção ou a cura da doença” Ou seja, se não se investir no ensino (prevenir) as crianças, jovens e adultos do futuro praticarão crimes e a Justiça terá de os curar, mandando-os para a cadeia.

13- Na sua opinião, acha que a sociedade mindelense é violenta?

Nem por isso. E talvez creio que a razão está não só no facto da pequenez da ilha como também na cultura “pacífica” da sociedade Mindelense.

14- Que apelo o Sr. faz à sociedade mindelense no sentido de combater a criminalidade?

Manter sempre vigilante e optar por uma cultura de tolerância, tranquilidade e denunciar às autoridades competentes as práticas criminosas.

b) Entrevista a um magistrado do Ministério Público desta Comarca

1- Qual a sua opinião sobre os menores no mundo do crime?

Como é sabido os menores com idade superior a 16 anos e inferior a 18 anos de idade são imputáveis criminalmente, ou seja, passam a responder penalmente, quer por ação ou omissão, por facto tipificado na lei penal como crime. Embora, em razão da idade, podem ver as suas penas livremente atenuadas nos termos do art.º 84.º, al. c) do Código Penal.

É sabido também que menores, com idade superior a 12 anos e inferior a 16 anos, vêm praticando, com maior frequência, factos tipificados na lei como crime, mas, pelo facto de os mesmos serem inimputáveis, em razão da idade (v. art.º 17.º do Código Penal), não respondem criminalmente por tais práticas.

Verifica-se cada vez mais na nossa sociedade, sobretudo nos meios urbanos de maior concentração populacional, uma onda crescente delinquência perpetrada por esses menores com a violação das normas penais, que não tem que ver com razões de debilidade económica, nem por falta de amparo familiar, mas sim determinado pelo confronto com a lei tendo esses menores a plena consciência do resultado socialmente danoso em consequência de tal confrontação e, mesmo assim, não se abstêm de praticar essas condutas tipificadas na lei como crime.

O nosso legislador, percebendo dessa situação e dos malefícios que tais praticas vem provocando à sociedade, aprovou a Lei Tutelar Sócio Educativa – Decreto-Legislativo n.º 2/2006, de 27 de Novembro, que visa educar o menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade, tipificando para o efeito um conjunto de medidas tutelares socioeducativas, medidas essas que vai desde a menos para a mais gravosa, ou seja, desde a admoestação a internamento em centro socioeducativo (v. art.º 1.º a 6.º do referido diploma legal).

O combate a delinquência juvenil passa, a nosso ver, pela aplicação mais efetiva da lei supra referida, mas, também, por uma maior educação e consciencialização dos menores para o direito. Esse dever de educar os menores para o direito é da família, da comunidade, das escolas, das instituições religiosas e do próprio Estado.

2-Achas que a economia tem algo a ver com o aumento da criminalidade?

A questão tal como é colocada nos leva a questionar que tipo de economia se esta a falar, ou seja, se trata de uma economia em desenvolvimento ou de uma economia desenvolvida.

A experiência nos diz que nas economias em desenvolvimento, ao contrário do que se pensa, a criminalidade tende a aumentar nas épocas em que a economia se retraia, ou seja, nas épocas em que o desemprego aumenta ou o nível salarial tende a baixar.

Existem outros fenómenos que, independentemente do nível de crescimento económico, podem incrementar o nível de violência, entre os quais podemos destacar a criminalidade organizada transnacional – associada ao tráfico de drogas, armas e de seres humanos – e a expansão do terrorismo.

Em Cabo Verde, como sabe, nos últimos anos a economia tem tido um crescimento anémico, o que tem originado elevada taxa de desemprego. Tal fenómeno, como dissemos supra, pode ser um dos fatores que tem contribuído para o aumento da criminalidade nos dois maiores centros urbanos do nosso país (Praia e Mindelo). Porém outros fenómenos podem estar associados indiretamente ao aumento da criminalidade violenta no nosso país, entre os quais, a dita criminalidade organizada associada ao tráfico de droga.

Não sendo especialista na área de criminologia, o que dissemos supra não passa de mera opinião de um leigo.

3-Qual é a relação que o tráfico de droga tem com a criminalidade?

Podemos dizer que o tráfico de droga tem uma relação direta com o aumento da criminalidade visto que o mesmo, além de ser um crime grave, também potencia a prática de outros crimes designadamente dos crimes contra a vida, a integridade física, a liberdade e a saúde dos virtuais consumidores de estupefacientes e da sociedade em geral, e, indiretamente, de crimes contra o património, afetando direta e indireta a vida em sociedade, pois coloca em causa a tranquilidade, a coesão social, a saúde pública e dificulta a inserção social dos consumidores.

Julgamos que a nossa sociedade, ainda, não tem a consciência da dimensão dos males que o tráfico de droga e os crimes conexos (entre os quais a lavagem de capital) lhe vêm causando. Só um estudo feito nesse âmbito poderia responder melhor a sua questão.

4-A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente ou não no combate a criminalidade?

Salvo melhor opinião, pensamos que a nossa legislação penal, é uma legislação moderna e é suficiente penalizar os agentes de crimes. Contudo a criminalidade não é reprimido apenas com recurso às normas penais, pois estas, embora chama a atenção do potencial criminoso que se praticar determinado facto tipificado na lei como crime (previsão) sofrerá as consequências igualmente penais (estatuição), como sejam, a sujeição a uma pena de prisão ou de multa (penas principais) e outras penas acessórias.

Não basta criar leis penais, aumentar a moldura penal de determinados crimes (os mais graves), o número de efetivo dos agentes da Policia Nacional, Magistrados e agentes da Policia criminal para, sem mais, se concluir que estão criadas as condições para combater a criminalidade.

As leis penais são um meio e não um fim em si mesmas. A par das leis penais é necessário criar mecanismo eficiente de prevenção da criminalidade. Para isso é necessário conhecer os fenómenos associados ao aumento da criminalidade e, uma vez conhecidos, criar os mecanismos adequados para os combater ou atenuá-los, se possível logo à nascença.

5-Que análise faz da criminalidade na nossa sociedade?

Podemos analisar a criminalidade, consoante o grau de lesão ao bem jurídico protegido, em dois tipos: sendo a pequena criminalidade e a criminalidade organizada, onde ambos são constatadas em cabo verde.

O primeiro (pequena criminalidade) é mais visível, por que afeta o dia-a-dia das pessoas, e está associada aos crimes contra a vida e a integridade física, a liberdade das pessoas e contra o património (furto, assaltos com violência, roubos em residências, etc.). Por ser mais visível, entende-se que ela causa mais danos à sociedade, embora diretamente afeta mais as pessoas em particular do que o próprio Estado. Entretanto a pequena criminalidade pode resultar da grande criminalidade, sobretudo se esta estiver associada ao tráfico de drogas, armas e de seres humanos.

A grande criminalidade subdivide, por sua vez, em criminalidade organizada interna e criminalidade organizada transnacional.

Quanto à primeira, diríamos que é um fenómeno de origem local, podendo sofrer influências externas e forma-se a partir de jovens originários dos bairros problemáticos que, para se afirmarem na sociedade organizam em grupos denominados de gangues ou *thugs*, tendo como único propósito a prática de crimes, alguns deles, muitas vezes, violentos. Ex. os grupos de *thugs* existentes nas Cidades da Praia e do Mindelo.

A segunda é um fenómeno da sociedade global, dissimulado, de carácter económico, capaz de minar o sistema económico-financeiro público e ou privado de um país e de infiltrar nas estruturas políticas, jurisdicionais e administrativas do Estado, colocando em causa a integridade e segurança interna desse Estado, tendo em vista a sua captura.

Os tipos de crimes graves, geralmente associados a esse tipo de criminalidade transnacional são: O tráfico de drogas, álcool, de tabaco, de seres humanos, de órgãos de seres humanos, de espécies de animais e vegetais ameaçadas de extinção; Tráfico de armas e de material nuclear; Prostituição internacional; tráfico de medicamentos fraudulentos; Fraudes financeiras (bancários); Falsificação de dinheiro ou de documentos; Extorsão (de proteção ou de dinheiro); Jogo ilegal, etc.

Em Cabo verde, nos últimos tempos, a criminalidade organizada transnacional tem-se evidenciado sobretudo a associada ao tráfico de droga, associação criminosa associada ao tráfico de droga e lavagem de capital.

Esse tipo de criminalidade, embora muito grave porque afeta os pilares do próprio Estado, é muitas vezes “tolerado” pelo cidadão comum que desconhece, muitas vezes os malefícios que a mesma causa à sociedade.

6-Alguma vez foi alvo de ameaças ou agressão devido as suas funções?

Não.

7-Para si quais são as principais causas da violência na sociedade mindelense?

Cremos que este item já foi respondido nos itens precedentes.

8-Durante o desempenho das suas funções e na sua vida familiar tem-se sentido seguro ou não?

No desempenho da nossa função temos a consciência dos riscos que estamos sujeitos, mas em nenhum momento sentimos a nossa segurança posta em causa.

9-Sente-se que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?

Julgamos que a sociedade tem a plena consciência do trabalho que desempenhamos e que tem uma ideia positiva da importância que o mesmo representa para ela (sociedade).

10-É a favor ou não do aumento das penas no combate a criminalidade?

Salvo melhor entendimento, achamos que o aumento da pena da prisão não terá qualquer consequência ao nível da redução da criminalidade. Pois o criminoso quando decide praticar um crime sabe das consequências penais a que está sujeito mas mesmo assim não se coíbe de o praticar.

11-Os investimentos do governo na área de segurança têm-se relevado suficiente ou não?

Sobre essa questão não temos elementos que nos permitam afirmar que os meios têm sido ou não suficientes.

12-O recrutamento de mais profissionais para a área da Justiça revela ser mais viável do que o investimento na educação da sociedade?

O investimento na educação é a condição essencial para se ter uma sociedade ciente dos seus direitos e deveres. É preciso investir na educação e sobretudo manter as pessoas informadas dos seus direitos e deveres.

A par do investimento que tem que ser feito ao nível da Educação é necessário, também, investir nos recursos ligados à área da justiça, pois esta é um dos sectores fundamentais para a subsistência do Estado de Direito democrático.

13-Na sua opinião, acha que a sociedade mindelense é violenta?

Julgamos que, apesar de não dispormos dos dados estatísticos sobre o índice da criminalidade, a sociedade Mindelense não é violenta. É certo que aparece, por vezes, um ou outro crime violento que, pela sua natureza, provoca nas pessoas um sentimento de insegurança e consequentemente a percepção de que se vive numa sociedade violenta. Contudo essas ocorrências esporádicas não são suficientes para, sem mais, caracterizar a sociedade mindelense de violenta.

14-Que apelo o Sr. faz à sociedade mindelense no sentido de combater a criminalidade?

O combate a criminalidade, a nosso ver, passa essencialmente pela consciencialização das pessoas. É necessário que as pessoas conheçam os seus direitos e deveres. É imprescindível que a família, enquanto núcleo essencial da sociedade, esteja coesa e ciente dos seus deveres e direitos. É fundamental que as instituições governamentais e não-governamentais assumam

os seus papéis de formação e de informação das pessoas. É necessário maior investimento na educação parental e social. É prioritário tornar as escolas em verdadeiros centros de aquisição de conhecimentos quer ao nível pessoal, como social, profissional e académico. As instituições religiosas devem assumir um papel superior na criação do saber e na formação espiritual e social dos seus fiéis. As empresas públicas e privadas devem ser capazes de criar riqueza, apostar na criação de emprego e na responsabilização social das empresas. Os serviços de reinserção social tem que ser capazes de acompanhar e orientar o delinquente por forma a reintegrá-lo na sociedade.

c) Entrevista feita a um Inspetor da PJ

1. Qual a sua opinião sobre os menores no mundo do crime?

Temos dois tipos de menores no mundo do crime que podemos classificar, menores de 18 anos que é o menor civil e o menor criminal que é a partir dos 16 anos. Em relação as pessoas que cometem crime a partir dos 16 anos nós temos menores que cometem todo tipo de crime, consomem drogas, roubam sobre tudo, mas também os menores de 16 anos não são imotáveis a nível criminal normalmente tomam medidas socioeducativas para esses jovens já que existem legislação própria para esses tipos de comportamento dos menores de 16 anos.

2. Achas que a economia tem algo a ver com o aumento da criminalidade?

Pode dizer-se que se a economia estiver baixa as famílias não tem rendimento. As pessoas cometem crimes relacionados com a evasão da propriedade alheia, vendem drogas para o sustento do dia-a-dia mas sobre tudo é um problema de educação, mas nos últimos tempos verificamos que os roubos na via publica diminuíram porque muitos dos indivíduos que praticavam o crime de roubo estão empregados, mesmo não sendo um trabalho efetivo não estão no mundo do crime e de certa forma ajuda na economia da família.

3. Qual é a relação que o tráfico de droga tem com a criminalidade?

O tráfico de droga é por si um crime. Os indivíduos normalmente que consomem drogas, canábis ou outras drogas normalmente a um ritual de consumo em grupo e nos grupos de pares os indivíduos tentem competir com os outros elementos que tem os mesmos objetivos e vão procurar mostrar no grupo quem é o mais valente, mas normalmente as pessoas que consomem não são pessoas violentas mas também a casos em que os indivíduos identificam-se com o grupo e cometem crimes com violência.

A violência urbana engloba também o roubo na via publica que identifica com os consumidores de cocaína que não tendo dinheiro para poderem comprar a droga e satisfazer

o vício. Já a canábis não causa dependência e o seu preço está à altura de muitos dos seus usuários.

4. A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente ou não no combate à criminalidade?

Tem algumas lacunas na Lei que limitam a atuação das autoridades sobre tudo relacionado com as buscas. Nós temos muitas limitações em relação a isso. Os órgãos policiais criminais têm uma dependência muito elevada do Ministério Público em relação a processos criminais. Revistas essas lacunas pode melhorar a atuação dos policiais de investigação e de uma forma geral a legislação é boa. Penso que os agentes policiais devem ter mais autonomia nas atuações.

5. Que análise faz da criminalidade na nossa sociedade?

O crime evoluiu muito nos últimos anos. Hoje comete-se crimes que eram impensáveis na década de 90, (ex: crimes informáticos, crimes de colarinho branco, tráfico de drogas internacionais), hoje estamos num mundo dominado pela informação. Os jovens têm muito informação de vários ordens e procuram as vezes imitar os “*Gangs*” estrangeiros para serem reconhecidos no seio do grupo de pertença, as vezes cometem crimes para se identificar e conseguirem a liderança do grupo. Muitas vezes os jovens recorrem à violência para resolver as suas frustrações e a tendência é cada vez evoluírem na concretização e realização dos atos criminosos e muitas vezes esses atos causam pânico à nossa sociedade como a forma dos mesmos são realizados (ex. chacina de Monte Tchota). Tudo isso mostra a evolução do crime.

6. Alguma vez foi alvo de ameaças ou agressão devido às suas funções?

Ameaças diretas não. As vezes as pessoas fazem ameaças verbais durante a execução de um mandato ou mesmo em operações de algum risco.

7. Para si quais são as principais causas da violência na sociedade mindelense?

Eu penso que a violência tem muito a ver com a educação. Nós estamos numa sociedade em que é preciso resgatar alguns valores que foram perdendo ao longo dos anos e respeito pela vida humana, respeitar o direito à vida, respeitar o direito à propriedade alheia. O consumo de droga muitas vezes é o principal fator para a violência urbana mas também é preciso investir muito mais na educação.

8. Durante o desempenho das suas funções e na sua vida familiar tem-se sentido seguro ou não?

Sim, sinto-me seguro.

9. Sente-se que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?

Reconhecem quando o trabalho é bem feito mas também quando a um certo desleixo criticam de uma forma geral penso que é bem reconhecido.

10. É a favor ou não do aumento das penas no combate a criminalidade?

Penso que temos uma Lei boa em termos de punição é preciso mesmo que a justiça seja mais célere. Eu sou a favor mais da punição efetiva do que o simples ameaça de punição. Algumas pessoas cometem crimes graves e são punidos com penas de prisão e essa mesma pena é suspensa e gera alguma impunidade.

11. Os investimentos do governo na área de segurança têm-se relevado suficiente ou não?

Tem-se feito muito no combate a criminalidade em termos de formações, mas depende também das pessoas que são beneficiadas com essas formações. O estado tem-se feito muito nos últimos anos, mas ainda é preciso fazer-se muito mais porque as pessoas vão adaptando – se aos métodos policiais, da justiça, e encontram formas de cometerem crimes porque quem os comete são pessoas normalmente que não cumprem regras.

12. O recrutamento de mais profissionais para a área da Justiça revela ser mais viável do que o investimento na educação da sociedade?

Penso que se deve fazer as duas coisas ao mesmo tempo, investir na justiça mas também na sociedade em geral logo isso inclui também os criminosos e fazer uma forte aposta na reinserção social.

13. Na sua opinião, acha que a sociedade mindelense é violenta?

A sociedade mindelense não é violenta.

14. Que apelo o Sr. faz à sociedade mindelense no sentido de combater a criminalidade?

As pessoas devem colaborar mais com a justiça. Mais união das famílias, mais segurança para as pessoas que colaboram com a justiça porque as vezes são sujeitos a represálias. É preciso denunciarem os atos criminosos e terem mais cuidado com os seus bens e evitarem comportamentos de riscos.

d) Entrevista feita a um Oficial da PN

1- Qual a sua opinião sobre os menores no mundo do crime?

Em São Vicente, a questão que se põe sobre os menores e o crime, hoje em dia prende-se com a falta de acompanhamento e proximidades dos pais, que faz com que muitos menores

entram para o mundo do crime. Há alguns anos atrás essa problemática, aquando do despoletar do fenómeno da Guerra dos “Gangs”, muitos menores entraram para o mundo do crime, o que já não se nota, nos dias de hoje em termos estatísticos.

2- Achas que a economia tem algo a ver com o aumento da criminalidade?

Acho que a economia tem muita a ver com a criminalidade, visto que quando a economia se desenvolve, se desenvolve paralela à ela novas formas de criminalidade, por um lado e por outro lado, aumentam o número de pessoas nas grandes cidades e por conseguinte o auto da criminalidade.

3- Qual é a relação que o tráfico de droga tem com a criminalidade?

A relação entre o tráfico de drogas e a criminalidade é que ele por si só já é crime, mas acarreta consigo outras formas de cometimento de crimes, nomeadamente lavagem de capital, assaltos e roubos.

4- A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente ou não no combate a criminalidade?

A legislação cabo-verdiana tem tido alguma eficiência, mas não está a acompanhar o desenvolvimento do país e o aumento da criminalidade.

5- Que análise faz da criminalidade na nossa sociedade?

A cidade do Mindelo nos dias atuais em termos de criminalidade, esta tem-se baixado em relação aos anos anteriores, mas é preciso pensar-se novas formas de combate a ela.

6- Alguma vez foi alvo de ameaças ou agressão devido as suas funções?

Sendo um policial, muitas vezes já fui alvo de ameaças, tentativa de agressão, derivado às minhas funções, mas contudo nunca cheguei a ser agredido.

7- Para si quais são as principais causas da violência na sociedade mindelense?

Na minha opinião, acho que as principais causas da violência em Mindelo prendem-se com desvios comportamentais derivados de perdas de valores básicos da nossa sociedade, o desemprego e o abandono escolar.

8- Durante o desempenho das suas funções e na sua vida familiar tem-se sentido seguro ou não?

Sim, sinto-me seguro tanto durante o desempenho das minhas funções como na minha vida familiar.

9- Sente-se que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?

Acho que o nosso trabalho vem sendo cada vez mais reconhecido pela sociedade Mindelense, mas ainda o reconhecimento está aquém do desejado.

10- É a favor ou não do aumento das penas no combate a criminalidade?

Sou a favor do aumento das penas em alguns casos, mas o que é necessário é o aumento da probabilidade dos condenados cumprirem na íntegra as penas aplicadas, para que os possa afastar os prevaricadores da prática de crimes.

11- Os investimentos do governo na área de segurança têm-se revelado suficiente ou não?

Os Investimento do Governo na área de segurança têm-se revelado manifestamente insuficientes.

12- O recrutamento de mais profissionais para a área da Justiça revela ser mais viável do que o investimento na educação da sociedade?

Não. É claro que é necessário mais profissionais para a área de Justiça, mas nunca podemos descuidar da educação que é uma pedra fundamental de qualquer sociedade. O que dever existir é um equilíbrio entre elas.

13- Na sua opinião, acha que a sociedade mindelense é violenta?

A Sociedade Mindelense não é uma sociedade violenta, existem caso de violência, como em qualquer sociedade, dependendo cada um da sua cultura e nível de desenvolvimento que acarreta consigo alguns problemas, entre os quais a violência.

14- Que apelo o Sr. faz à sociedade mindelense no sentido de combater a criminalidade?

O apelo que faço a sociedade Mindelense é para preservarem alguns valores que têm-se perdido com o andar das gerações, valores como o respeito ao próximo, tolerância e ajuda ao próximo, respeito pelos pais entre outros. É a perda desse valor que tem levado a sociedade a se transformar numa sociedade violenta e com índices criminais mais elevados.

e) Entrevista feita a um Subchefe da PN

1- Qual a sua opinião sobre os menores no mundo do crime?

Esse tipo de situação tem vindo a aumentar dia após dia na sociedade mindelense, por causa do fenómeno “crianças de rua”. Essa problemática é essencialmente causada por falta de apoio familiar, principalmente nas famílias monoparentais.

2- Achas que a economia tem algo a ver com o aumento da criminalidade?

3- A economia está ligada a criminalidade por causa do baixo índice da escolaridade, alcoolismo, consumo de drogas e desigualdade social, entre quem cometa o crime e as vítimas do mesmo crime.

4- Qual é a relação que o tráfico de droga tem com a criminalidade?

O consumo e o tráfico de drogas está sempre ligado com a criminalidade, porque a maior parte das ocorrências policiais que são geradas diariamente, um grande percentual é em decorrência do uso de drogas, pois os crimes são cometidos por pessoas que estão sob o efeito de substâncias tóxicas ou praticando delitos com o intuito de conseguir dinheiro para a compra e o consumo das mesmas.

5- A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente ou não no combate a criminalidade?

A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente no combate a criminalidade, porque existe diversas leis que são aprovados com intuito de dar combate a esse fenómeno e, que tem dado aos tribunais ferramentas suficientes no sentido de responsabilizar os criminosos. O que tem dificultado imenso, é a morosidade da justiça, que deixa um sentimento na população, que a justiça não está a ser feita.

6- Que análise faz da criminalidade na nossa sociedade?

A criminalidade na nossa sociedade está muito ligado a uso de drogas, principalmente a pequena criminalidade, como roubos, furtos, principalmente assaltos e roubos a pessoas na via pública. Existe também uma criminalidade um pouco mais violenta, com ocorrência de alguns homicídios derivado de rixas entre grupos rivais e roubos a pessoas na via pública, com bastante ênfase na cidade da Praia.

7- Alguma vez foi alvo de ameaças ou agressão devido as suas funções?

Desde início das minhas funções, nunca sofri ameaças ou agressão.

8- Para si quais são as principais causas da violência na sociedade mindelense?

As principais causas começam na estrutura familiar (famílias desorganizadas, monoparentais, educação entre outros); desigualdade social (a desigualdade social é um fenómeno que ocorre principalmente nos países com baixo índice de desenvolvimento e com distribuição desigual de recursos); Uso e tráfico de drogas (O uso e tráfico de drogas são as principais causas da violência na sociedade mindelense); Crescimento urbano desordenado.

9- Durante o desempenho das suas funções e na sua vida familiar tem-se sentido seguro ou não?

Durante o desempenho das minhas funções e na minha vida familiar tenho tido um sentimento de alguma segurança.

10- Sente-se que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?

O trabalho da Polícia é bem reconhecida pela sociedade Cabo-verdiana, tendo em conta os estudos feitos e os relatos que recebemos no dia-a-dia das pessoas.

11- É a favor ou não do aumento das penas no combate a criminalidade?

Não sou a favor porque, o combate a criminalidade, não necessariamente passa para o aumento das penas, mas sim na educação cívica da população.

12- Os investimentos do governo na área de segurança têm-se relevado suficiente ou não?

Os investimentos na área da segurança têm sido muito insuficiente, principalmente em meios humanos e materiais.

13- O recrutamento de mais profissionais para a área da Justiça revela ser mais viável do que o investimento na educação da sociedade?

Na minha opinião, o investimento na educação da sociedade seria mais viável.

14- Na sua opinião, acha que a sociedade mindelense é violenta?

A sociedade mindelense não é violenta, não obstante, algumas situações de violência isolada, que acontece de vezes enquanto no seio dos jovens, fomentado pelo uso de drogas e rixas entre grupos.

15- Que apelo o Sr. faz à sociedade mindelense no sentido de combater a criminalidade?

Apelo que faço, é pedir as famílias a terem mais atenção na educação dos seus filhos, porque a falta de educação caseira é a principal causa da delinquência nas ruas; as escolas para introduzirem temas nos seus programas, que chamem atenção aos jovens dos malefícios que a criminalidade trás a sociedade; Contactar sempre a Polícia, quando há um crime a acontecer ou na iminência de acontecer.

f) Entrevista feita a um Agente da PN

1.Qual a sua opinião sobre os menores no mundo do crime?

Muitos menores estão no mundo do crime, uns por especial apetência pela prática de delitos e outros são aproveitados por pessoas maiores de idade, na prática de crimes, sabendo que os menores são inimputáveis.

2.Achas que a economia tem algo a ver com o aumento da criminalidade?

Sim. Nenhum país inseguro consegue desenvolver sem nenhuma dificuldade. Não consegue atrair investidores externos. O turismo é deficiente, entre outros problemas, impeditivos de crescimento económico, devido a criminalidade.

3.Qual é a relação que o tráfico de droga tem com a criminalidade?

O tráfico de drogas faz aumentar a criminalidade. Os recursos económicos são escassos, o que leva as pessoas a praticar crimes (furtos, roubos, corrupção, sequestros, entre outros) para arranjar dinheiro e obter a droga. Também, quando se consome a droga, fica mais fácil praticar crimes como o homicídio e outros.

4.A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente ou não no combate a criminalidade?

Sim, com a legislação que temos é possível combater a criminalidade.

5.Que análise faz da criminalidade na nossa sociedade?

O problema maior é a violência urbana e o tráfico de drogas. Quanto a violência urbana, mais preocupante, é a criminalidade na Ilha de Santiago, com maior incidência na Cidade da Praia, com brigas frequentes entre grupos de jovens (Gangues), resultando em muitos homicídios e ofensas a integridade físicas. Relativamente a droga, devido a posição geográfica de Cabo Verde, vem sendo utilizado por narcotraficantes transnacionais, para fazer a droga chegar noutros países, fazendo aumentar a criminalidade interna.

6.Alguma vez foi alvo de ameaças ou agressão devido as suas funções?

Não.

7.Para si quais são as principais causas da violência na sociedade Mindelense?

O tráfico e o consumo de drogas.

Famílias desestruturadas.

Falta de políticas sociais...

8.Durante o desempenho das suas funções e na sua vida familiar tem-se sentido seguro ou não?

A minha profissão é naturalmente de risco elevado, pelo que no exercício das minhas funções, muitas vezes, senti inseguro. Na vida familiar, tenho sentido seguro.

9.Sente-se que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?

Sim, a maioria parte da sociedade reconhece.

10.É a favor ou não do aumento das penas no combate a criminalidade?

Sim, sendo certo apenas o aumento de penas pode não chegar. Há um conjunto de medidas, que articuladas num sistema, combatem a criminalidade.

11.Os investimentos do governo na área de segurança têm-se relevado suficiente ou não?

Não. As forças de segurança precisam de meios humanos e materiais, precisam de formações. Muitas políticas públicas de segurança são ineficazes.

12.O recrutamento de mais profissionais para a área da Justiça revela ser mais viável do que o investimento na educação da sociedade?

Neste momento, penso que sim, uma vez que há um certo entendimento de que a falta de celeridade processual é devido a carência de profissionais na justiça, enquanto a educação está funcionando bem com os profissionais que tem.

13.Na sua opinião acha que a sociedade mindelense é violenta?

Não.

14.Que apelo o Sr. faz à sociedade mindelense no sentido de combater a criminalidade?

Exercer mais a cidadania, cumprindo as suas obrigações, exigindo o seu direito a segurança e contribuindo para que haja mais segurança e justiça.

Anexo-2

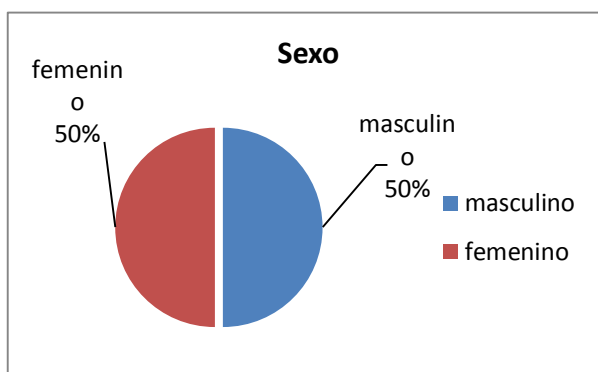


Gráfico n.º.1

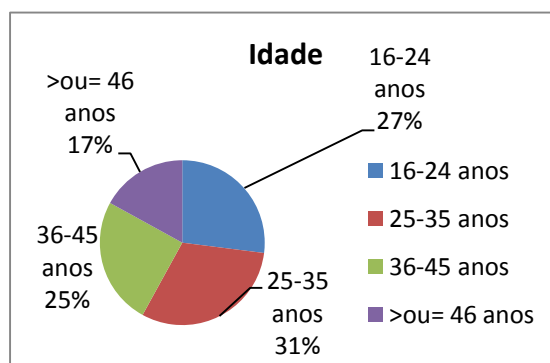


Gráfico n.º.2

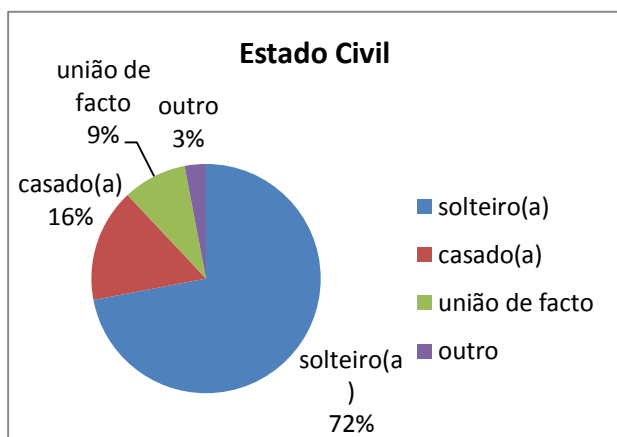


Gráfico n.º3

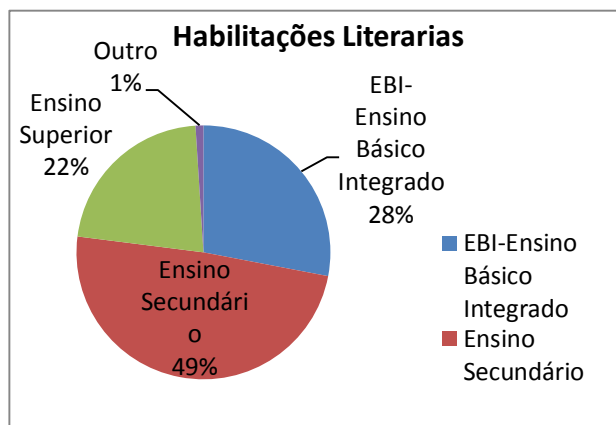


Gráfico n.º.4

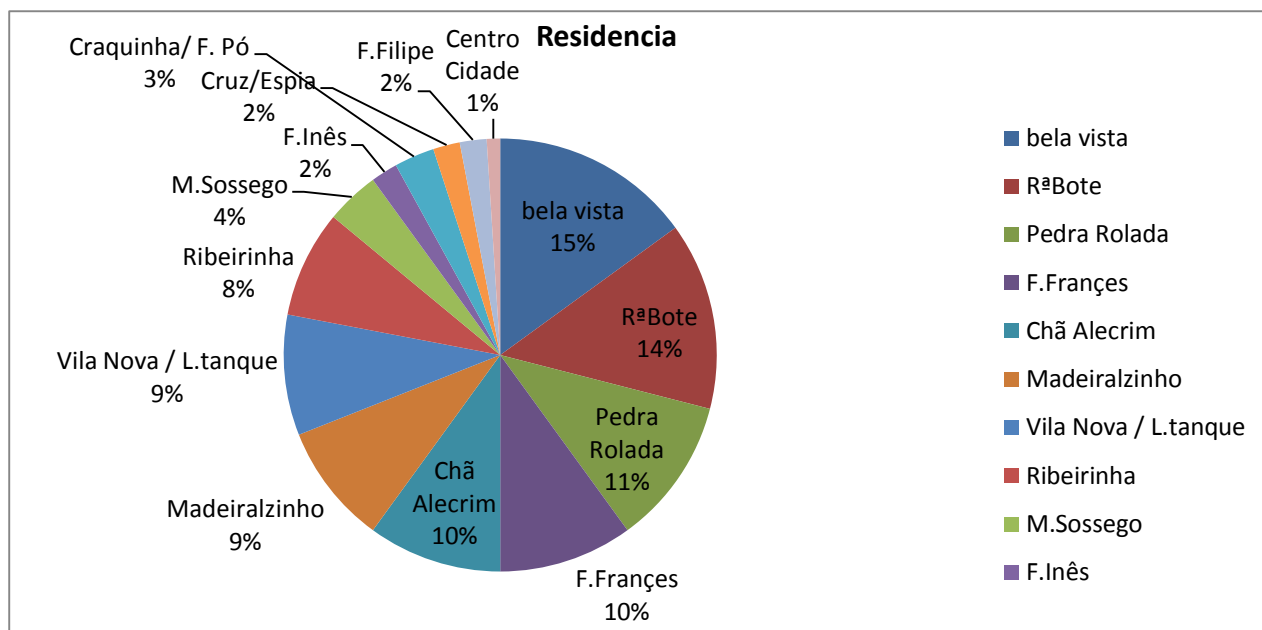


Gráfico nº.5

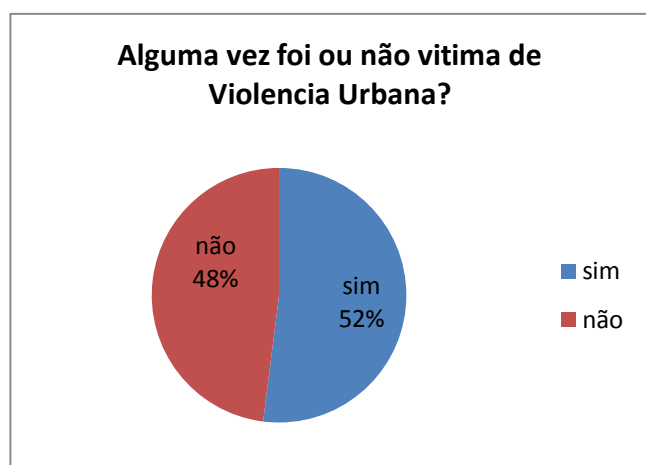


Gráfico nº.6

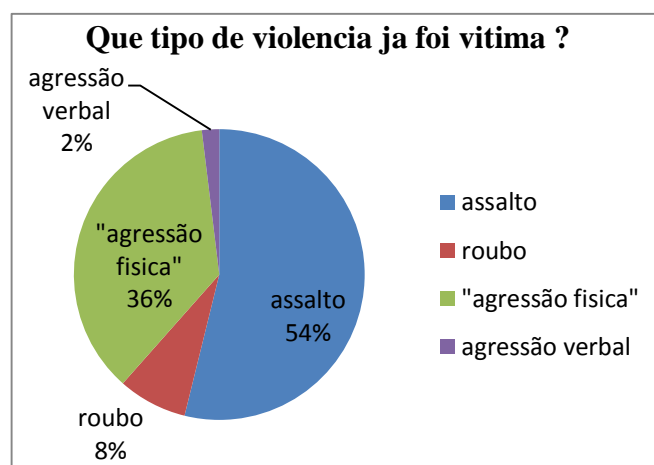
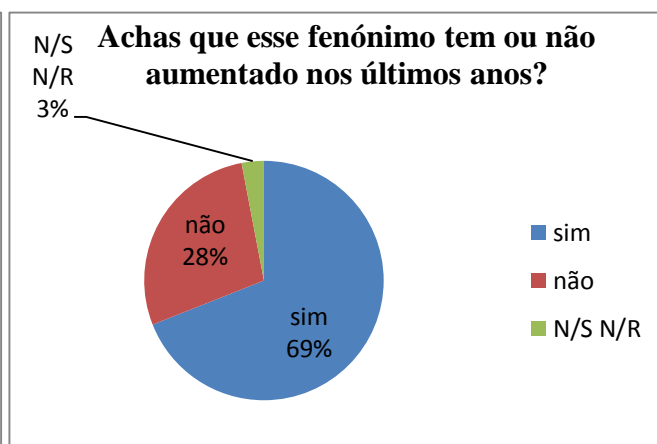
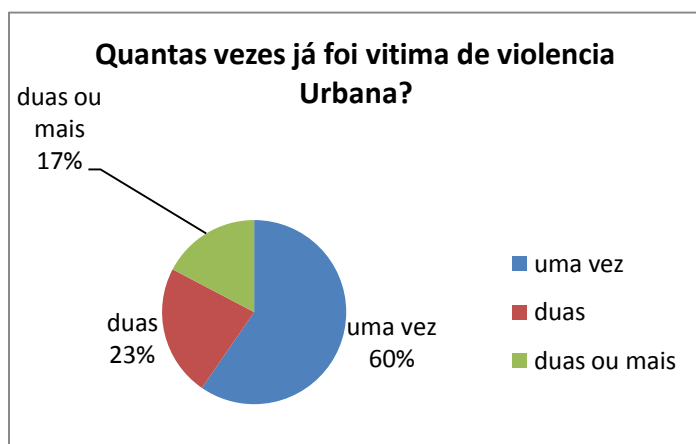


Gráfico nº.7



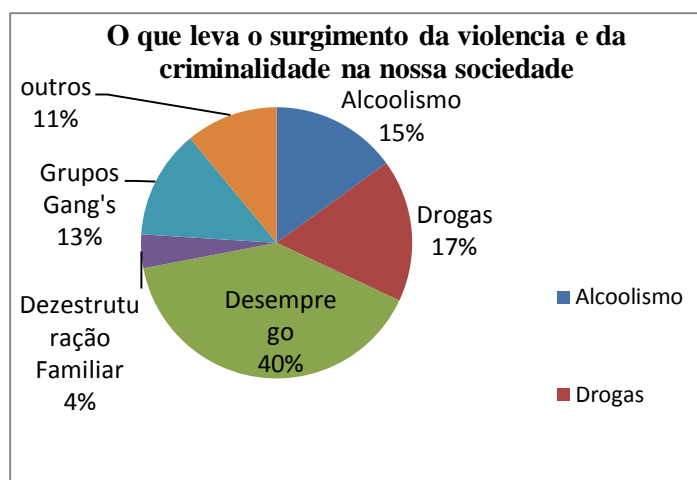


Gráfico nº.8

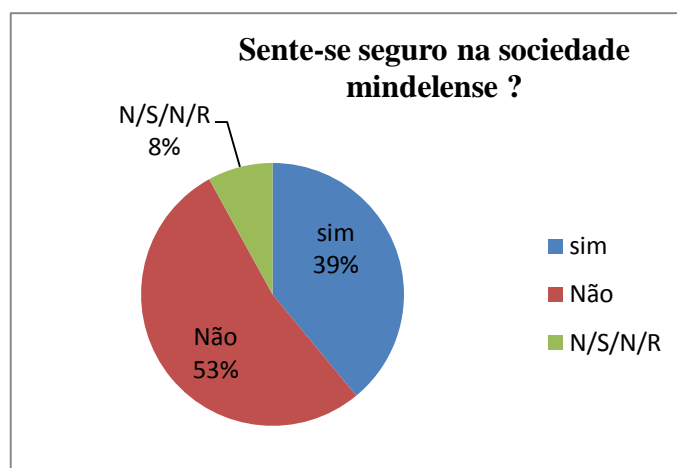


Gráfico nº.9

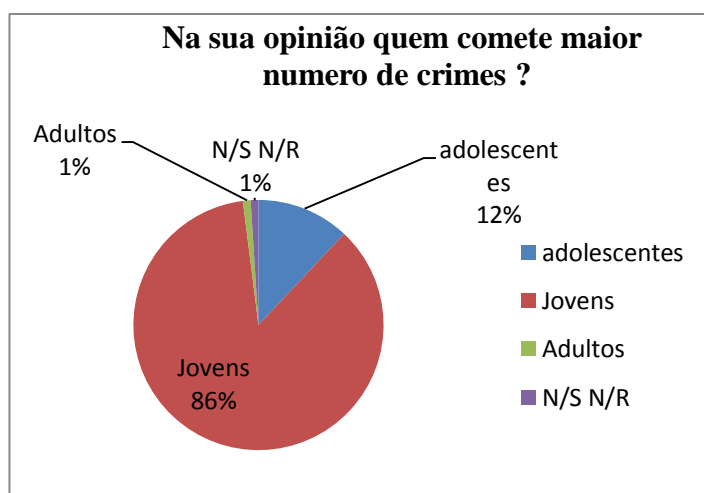


Gráfico nº.10

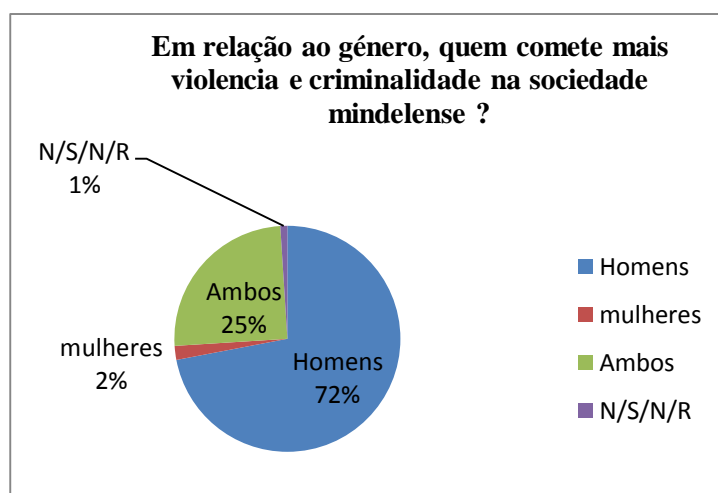


Gráfico nº.11

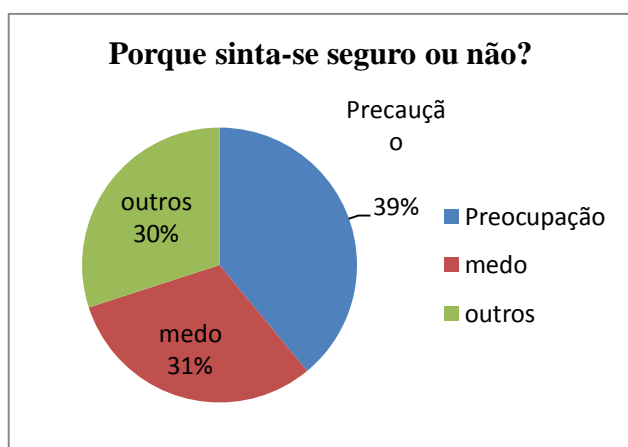


Gráfico nº.12

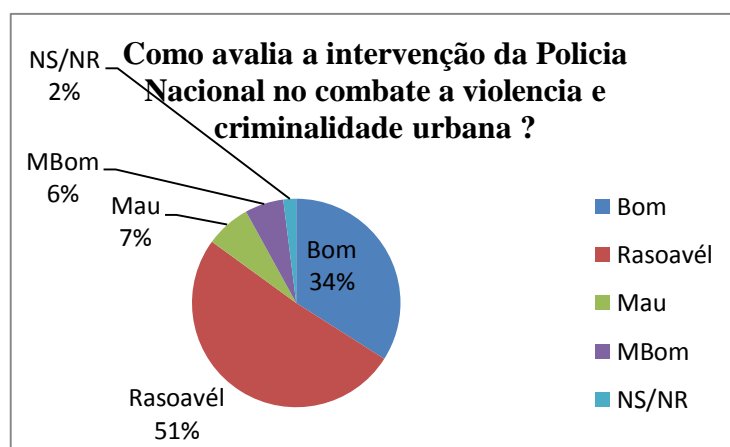


Gráfico nº.13

Gráfico nº.14

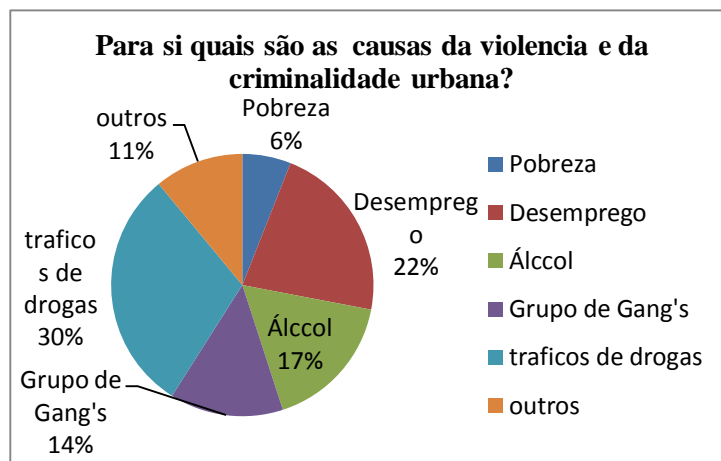


Gráfico nº.15

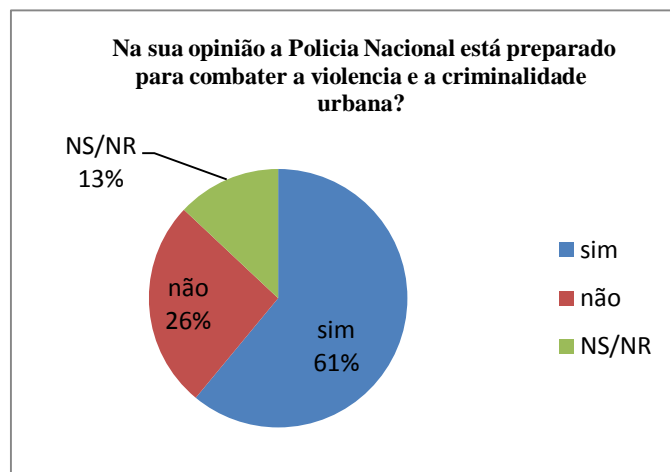


Gráfico nº.16

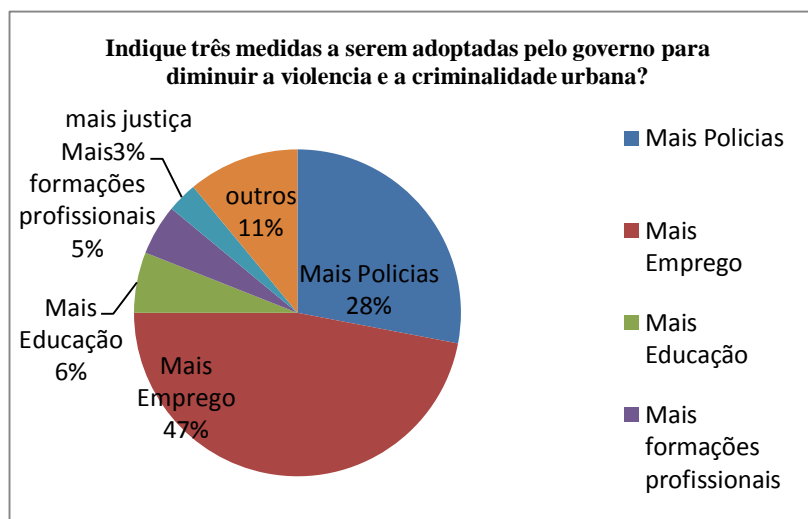


Gráfico nº.17

Gráfico nº.18

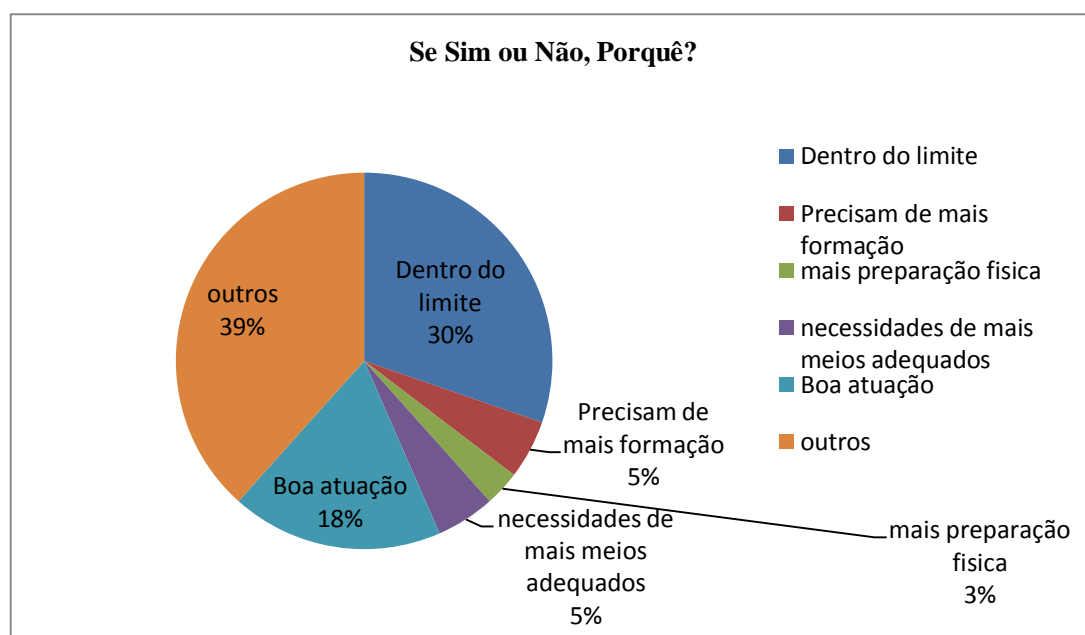


Gráfico nº.19

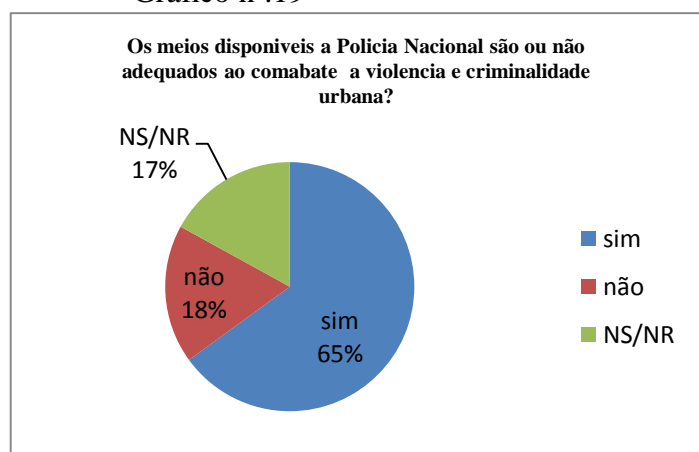
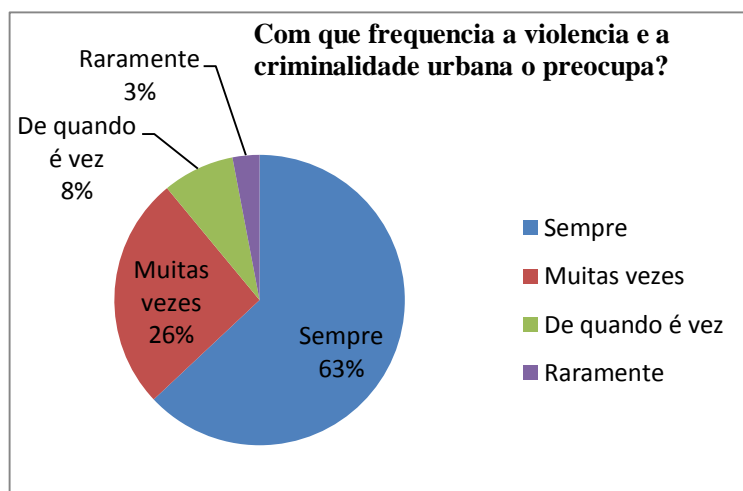


Gráfico nº.20



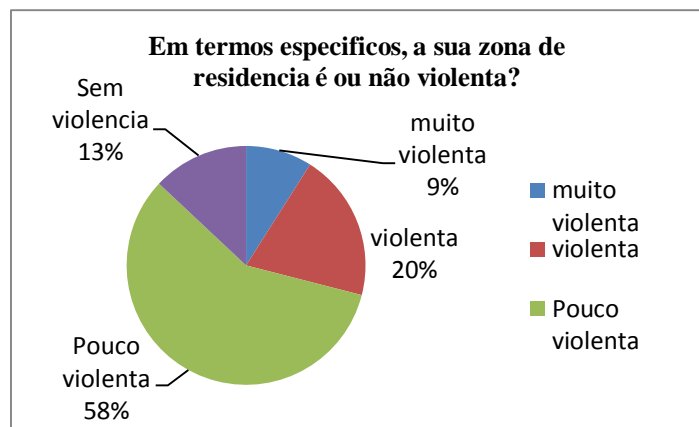


Gráfico nº.22

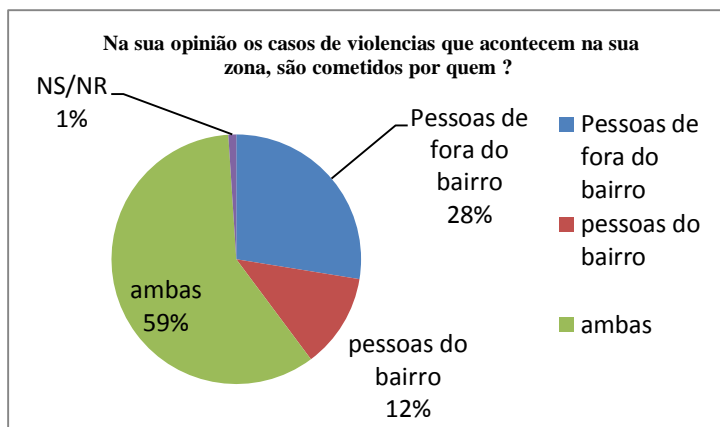


Gráfico nº.23

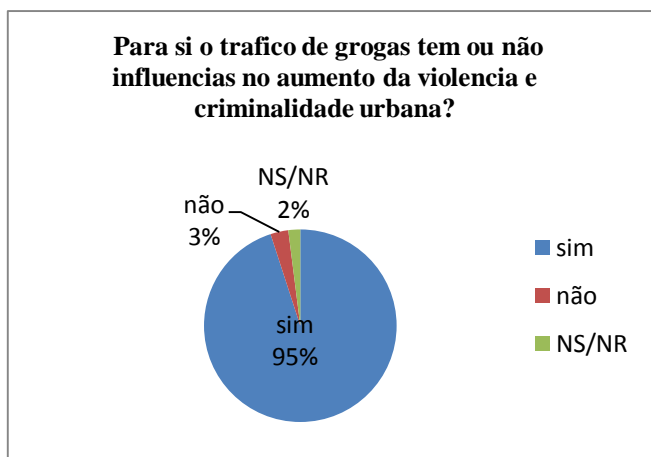


Gráfico nº.24

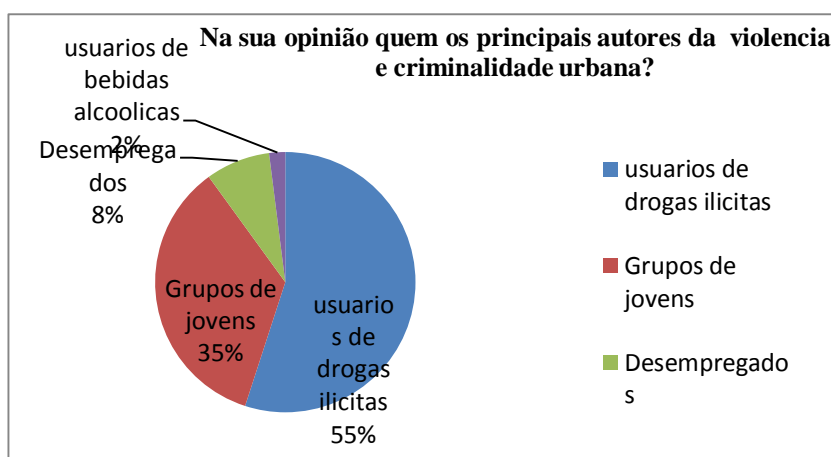


Gráfico nº.25

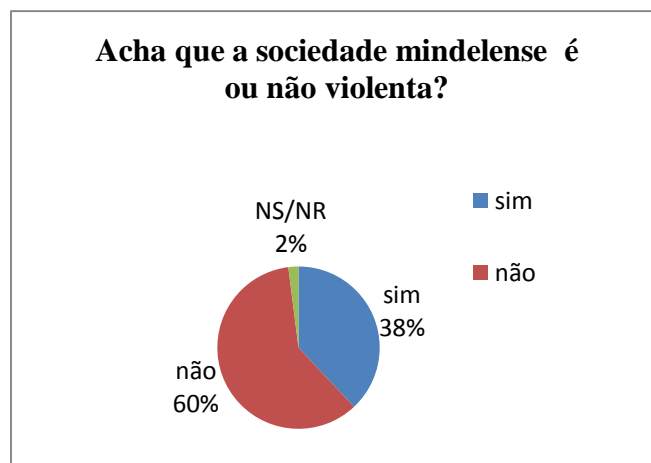


Gráfico nº25

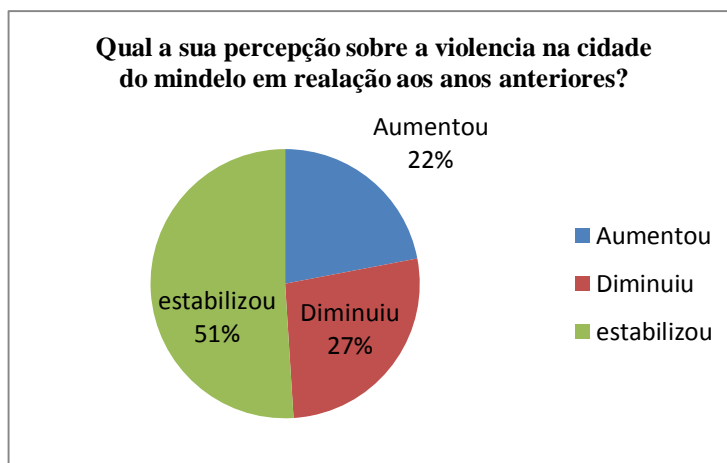


Gráfico nº26

Anexo-3

ENTREVISTA:

1. A sociedade mindelense é violenta?
2. Qual a sua opinião sobre os menores no mundo do crime?
3. Achas que a economia tem algo a ver com o aumento da criminalidade e violência urbana?
4. Qual é a relação que o tráfico de droga tem com a criminalidade e violência urbana?
5. A legislação cabo-verdiana tem sido eficiente ou não no combate a criminalidade?
6. Que análise faz da criminalidade na nossa sociedade?
7. Alguma vez foi alvo de ameaças ou agressão devido as suas funções?
8. Para si quais são as principais causas da violência na sociedade mindelense?
9. Durante o desempenho das suas funções e na sua vida familiar tem-se sentido seguro ou não?
10. Sente-se que o seu trabalho é reconhecido pela sociedade?
11. É a favor ou não do aumento das penas no combate a criminalidade e violência urbana?
12. Os investimentos do governo na área de segurança têm-se relevado suficiente ou não?
13. O recrutamento de mais profissionais para a área da Justiça revela ser mais viável do que o investimento na educação da sociedade?
14. Que apelo o Sr. faz a sociedade mindelense em prol do combate a criminalidade e violência urbana?

Anexo-4

Questionário: A Criminalidade e a Violência Urbana em São Vicente.

Este questionário destina-se somente a realização de monografia referente ao fim do curso de Sociologia. Este inquérito é especificamente para obter a opinião dos mindelense em relação ao tema acima referido. Desde já agradecemos a sua participação e informamos-lhe que as suas respostas serão mantidas no anonimato.

1-Sexo:

- 1.Masculino
- 2.Femenino

2-Idade:

- 1.16 -24anos
- 2.25- 35anos
- 3.36- 45anos
- 4.46 á mais anos

3-Estado Civil:

- 1.Solteiro
- 2.Casado
- 3.União de facto
- 4.outro_____

4-Escolaridade:

- 1.EBI
- 2.Ens.Secundario
- 3.Ens.Superior 4.Outro_____

5-Residencia:_____

6-Alguma vez foi vítima da violência urbana?

- 1.Sim
- 2.Não

Se não ir para P 7

6-1-Se sim quantas vezes?

- 1 Uma vez
- 2. Duas vezes
- 3.Mais de duas vezes.

6.2-Que tipo de violência:

- 1. Assalto
- 2. Roubo
- 3. Agressão física
- 4. Agressão verbal
- 5. Sequestro
- 6. Outro: _____

7-Achas que esse fenómeno tem aumentado nos últimos anos?

- 1.sim
- 2 Não
- 3.Ns/Nr

8-Na sua opinião quem comete maior número de crimes?

1. Adolescentes
2. Jovens
3. Adultos
4. Ns/Nr.

8-1-Em termos de gênero, quem mais tem praticado violência/criminalidade urbana?

1. Rapazes/Homens
2. Mulheres/Raparigas
3. Ambos

9-Para si o que levou ao surgimento da violência e da criminalidade na nossa sociedade? _____

Sente-se seguro(a) na sociedade mindelense?

1. Sim
2. Não
3. Ns/Nr

10.1Porquê? _____

11-Como analisa a ação da PN no combate a violência e a criminalidade urbana?

1. Mau
2. Razoavel
3. Bom
4. M. Bom
5. Ns/Nr

12-Para você quais são os principais causas da violência/criminalidade urbana?

13-Indique, na sua opinião, três medidas que os responsáveis políticos deveriam tomar para diminuir os casos de violência e criminalidade urbana? _____

14.Os Agentes da PN estão preparados para combater a violência/criminalidade urbana?

- 1- Sim
- 2- Não
- 3- Ns/Nr

14.1Porquê _____

15.Os meios a disposição da PN são os mais adequados no combate a violência /criminalidade urbana?

- 1- Sim

2-Não

3-Ns/Nr

16-A questão de violência/criminalidade urbana o preocupa?

1-Sempre

2-Muitas vezes

3-De vez em quando

4-Raramente

17-Como se sente ao andar sozinho na rua?

1-Muito seguro(a)

2-Moderadamente segura(a)

3-Nem seguro(a) nem inseguro(a)

4-Moderadamente inseguro(a).

18-O tráfico de droga tem influenciado o aumento da violência/criminalidade urbana?

1-Sim

2-Não

3-Ns/Nr

19-Na sua opinião, quem são os principais autores da violência/criminalidade urbana?

1-Usuarios de droga

2-Grupos de Jovens

3-Desempregados

4- Alcoólatras

20-Achas que a sociedade mindelense é uma sociedade violenta?

1-Sim

2-Não

3-Ns/Nr

21-Na sua opinião em que período do ano a sociedade mindelense é mais violenta?

1-Verão

2-Inverno

3-Todo o ano

22-Em relação aos anos anteriores, na cidade do Mindelo, o grau de violência:

1-Aumentou

2-Estabilizou

3-Diminuiu

23-Em termos específico a sua localidade é violenta?

- 1-Muito violento
- 2-Violento
- 3-Pouco violento
- 4-Sem violência

24-Pensa que os casos de violência acontecidos na sua localidade são cometidos por:

- 1. Pessoas de fora do bairro
- 2. Pessoas do bairro
- 3. Pessoas do bairro e fora do bairro
- 4. Outro:_____

MUITO OBRIGADO...